

ANNALES FAJE

ISSN 2526-0782

VII Colóquio de
Teologia e Pastoral

CAMINHOS DA PASTORAL HOJE

13, 14 E 15 DE MAIO



ANAIS

COMUNICAÇÕES

EDIÇÃO DIGITAL | TEXTOS COMPLETOS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CONFERÊNCIA	
Geraldo De Mori	6
<i>Propor a fé na pós-modernidade</i>	
3. SEMINÁRIOS	
Maria Inês Millen	19
<i>A pastoral da periferia e nas periferias</i>	
Manoel José de Godoy	42
<i>Observações críticas sobre as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 2019-2023</i>	
4. COMUNICAÇÕES	
Matheus da Silva Bernardes	53
<i>Solidariedade como princípio de organização pastoral e eclesial</i>	
Denilson Mariano da Silva	62
<i>Mudar o foco: uma urgência para o processo de iniciação à vida cristã</i>	
Priscila Cirino Teixeira	72
<i>A Exortação Apostólica Amoris Laetitia: retomada do espírito conciliar e novas perspectivas para as famílias</i>	
Reginaldo Martins da Silva	82
<i>Juventude numa Igreja em saída. Evangelização da juventude na Diocese de Mogi das Cruzes</i>	
Leila Maria Orlandi Ribeiro	92
<i>Mídia e campanha da fraternidade, caminho pastoral para a justiça e a paz</i>	
Deivid Rodrigo dos Santos Tavares	101
<i>O compromisso com a realidade humana no canto litúrgico-pastoral: uma luz desde Medellín e Puebla</i>	
José Flávio Mamende	111
<i>Os desafios da pastoralidade: tensão e dialética entre teologia e pastoral</i>	
Eduardo Pessoa Cavalcante	121
<i>O pontificado do Papa Francisco à luz dos elementos fundamentais do Concílio Vaticano II</i>	
Tailer Douglas Ferreira	131
<i>A esperança transforma a história: por uma pastoral mais escatológica</i>	
Elson da Silva Pereira Brasil	138
<i>Artes de conviver e evangelizar: reflexões sobre a evangelização da juventude hoje</i>	

Apresentação

Organizadores

O Concílio Vaticano II consagrou o “princípio da pastoralidade” em teologia. Este princípio, mais que diminuir o caráter dogmático e doutrinal da reflexão teológica, é sua tradução viva em cada tempo e lugar. Segundo João XXIII, no discurso de abertura do Concílio, “é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo” (João XXIII, 1962). Com esse intuito foram elaboradas as Constituições, Decretos e Declarações conciliares, num esforço impressionante de “*aggiornamento*”/atualização de alguns dos elementos constitutivos da fé da Igreja. As repercussões da recepção do “princípio da pastoralidade” no corpo eclesial logo se fizeram notar: na reforma litúrgica (*Sacrosanctum Concilium*), na compreensão da Igreja (*Lumen Gentium*), no lugar que a Sagrada Escritura passou a ocupar na vida e na reflexão cristãs (*Dei Verbum*), na postura da Igreja diante do mundo moderno (*Gaudium et spes*), com repercussões no diálogo ecumênico (*Unitatis redintegratio*; *Orientalium ecclesiarum*), no diálogo inter-religioso (*Nostra aetate*) e no modo de se pensar a missionaridade (*Ad gentes*), na visão da hierarquia (*Christus dominus*), do ministério ordenado (*Presbyterorum ordinis*), da vida religiosa (*Perfectae caritatis*), da vocação dos leigos (*Apostolicam actuositatem*), da formação dos presbíteros (*Optatam totius*), dos meios de comunicação (*Inter mirifica*), da educação (*Gravissimum educationis*) e da liberdade religiosa (*Dignitatis humanae*).

O “princípio da pastoralidade” fecundou profundamente a Igreja e a teologia do Brasil no período que se seguiu ao Concílio. Prova disso foram os diversos Planos de Pastoral da CNBB, que posteriormente se tornaram as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) e que modificaram a maneira de se realizar a evangelização e a pastoral no país, dando origem, dentre muitas iniciativas, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), às diferentes pastorais, que renovaram a catequese, a liturgia, a leitura da Bíblia, a pastoral juvenil, o engajamento dos fiéis nos movimentos sociais de cunho sociotransformador, como as pastorais da terra, operária, indígena, negra, da criança, do menor, dentre outras, o diálogo ecumênico e inter-religioso, sem contar o trabalho de reflexão que deu origem à teologia da libertação, nascida numa parceria fecunda com toda essa criatividade pastoral. As conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), que neste ano de 2019 celebra 40 anos, foram fundamentais nesse processo, consagrando a opção preferencial pelos pobres.

O período de recepção do Concílio no Brasil coincidiu com o do regime militar, que eliminou vários direitos políticos, perseguiu, prendeu e torturou opositores, promoveu um

processo de desenvolvimento marcado pela crescente desigualdade entre ricos e pobres. O país iniciou então um processo acelerado de urbanização, que não levou, porém, à melhoria de vida das populações mais pobres. A ação da Igreja nesse período contribuiu para o processo de redemocratização, formando lideranças que atuaram em vários movimentos sociais e políticos na busca de maior cidadania, justiça e inclusão social. Além desta perspectiva, a pastoral da Igreja favoreceu a socialização de muitos fiéis na vida urbana, que passou a ser predominante no país a partir dos anos 70', sem contar o anúncio explícito do Evangelho, através de celebrações, da catequese, dos círculos bíblicos e das diversas pastorais que atingiram milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A partir dos anos 80', com o início do pontificado de João Paulo II, uma mudança importante começou a dar-se na compreensão da recepção do Concílio. O período de criatividade foi pouco a pouco substituído pelo que João Batista Libanio chamou de "volta à grande disciplina" (LIBANIO, 1983), ou seja, um retorno ao doutrinal e ao dogmático. Para isso foram determinantes os novos movimentos eclesiais de carácter internacional, muitos deles com viés pentecostal. Na mesma época as igrejas evangélicas conheceram um grande sucesso no país com a criação de novas denominações, muitas delas, chamadas de neopentecostais, movidas pela "teologia da prosperidade", afinadas com a emergência de um indivíduo relegado à própria sorte e desejoso de ser incluído no mercado de consumo de bens materiais e simbólicos. As mudanças nas nomeações do episcopado nacional, ocorridas no decorrer do longo pontificado de João Paulo II, pouco a pouco começaram a impactar a presença e a ação da Igreja no país, que passou a adotar métodos e estratégias de movimentos internacionais e de igrejas evangélicas. A preocupação com o indivíduo (visto na perspectiva da pessoa) foi também inserida nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE), relacionada com a comunidade e a sociedade, sem, porém, oferecer um modelo pastoral que fidelizasse os fiéis à Igreja e impactasse a sociedade, já que os católicos continuaram deixando sua Igreja.

As quase duas décadas do século XXI conheceram um aprofundamento na crise da atualização do "princípio da pastoralidade" inaugurado pelo Concílio Vaticano II. Por um lado, as mudanças culturais desencadeadas pela sociedade pós-moderna, com a desconstrução das instituições que tradicionalmente organizavam o sentido na sociedade (família, estado, escola, igrejas), fazendo emergir um pluralismo de princípio (cognitivo, cultural e religioso), que dificulta qualquer tentativa de unificar o conjunto da sociedade. Por outro lado, o esforço, no âmbito da Igreja católica, por retomar o caminho aberto pelo Concílio, com as provocações da Conferência de Aparecida (2007) e o magistério do Papa Francisco (2013-), não tem dado conta de responder à diversidade das demandas que emergem dos distintos grupos e interesses que irromperam nas últimas décadas. No âmbito específico da pastoral, isso se traduz em visões diferentes e até antagônicas, como as que remontam à tradição inaugurada pelas CEBs e pelas pastorais nascidas sob o influxo da teologia da libertação, as que se inspiram nos diversos movimentos internacionais, muitas de carácter pentecostal, e as que, mais recentemente, de carácter fundamentalista e neotradicionalista, advogam um retorno ao modelo pré-conciliar, que atraem um número importante de jovens, que atuam de modo incisivo nas novas mídias.

Como pensar a pastoral nesse contexto? Motivado pela comemoração dos 40 anos da Conferência de Puebla, que abordou a questão da *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*, o VII Colóquio de Teologia e Pastoral, organizado pelo Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em parceria com o Instituto Santo Tomás de Aquino, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e o Centro Loyola de Fé e Cultura, aprofundou o tema ***Caminhos da pastoral hoje***. Como nos anos anteriores, foram oferecidas conferências (dia 13: Agenor Brighenti, da PUC PR: A evangelização no presente e no futuro: 40 anos depois de Puebla; dia 14: Geraldo De Mori, da FAJE: Propor a fé na pós-modernidade; dia 15: Dom Joaquim Mol, da PUC Minas: Os desafios dos “cismas na pastoral”), seminários (dia 13: Maria Ines Millen, do CES, Juiz de Fora: A fé da e nas periferias; dia 14: Manoel José de Godoy, da FAJE: As novas Diretrizes para a Ação Evangelizadora no Brasil) e comunicações, cujos textos compõem esse número de *Annales FAJE*. Infelizmente alguns textos não foram enviados pelos conferencistas, mas o material que compõe esse número é rico e poderá fecundar a reflexão de quem está engajado na pastoral ou busca refletir sobre sua ação pastoral, dando-lhes pistas para responderem aos novos desafios da pastoral hoje. Para o evento foi criado um hotsite, que contém informações sobre a comissão organizadora, comissão científica, programação, inscrições, comunicações. Ver a esse propósito: <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventos/teologiaepastoral2019>

REFERÊNCIAS

LIBANIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1983.

CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007.

Propor a fé na pós-modernidade

*Geraldo De Mori, SJ*¹

Resumo: Como o tema da pós-modernidade foi visto pela Igreja latino-americana e brasileira? Que perspectivas pastorais a Igreja católica do Brasil propõe para anunciar a Boa Nova de Cristo na sociedade plural e fragmentada que é a do país na hora atual? O texto, após uma análise de como o tema da pós-modernidade aparece em vários textos eclesiais, sobretudo no Documento de Aparecida e nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil, a partir de 1995, apresenta algumas considerações de como pensar a pastoral no contexto da fragmentação e do pluralismo pós-moderno.

Palavras-Chave: Pós-modernidade; Igreja do Brasil; Fragmentação; Pluralismo.

INTRODUÇÃO

O tema aqui proposto, “Propor a fé na pós-modernidade”, é extremamente instigante, embora de grande complexidade e, por que não dizer, de grande perplexidade. É complexo porque na pastoral ainda não conseguimos captar o que é a pós-modernidade. Causa perplexidade porque o que captamos do pós-moderno deixa-nos muitas vezes paralisados, sem saber como agir em nossa pastoral.

Minha fala nesta noite vai se dividir em dois grandes momentos. Num primeiro, tentarei trazer alguns elementos das análises feitas pela Igreja sobre a pós-modernidade, recorrendo, em seguida, o que ela tem feito para enfrentar os desafios da cultura pós-moderna, apontando seus limites e propondo algumas pistas que parecem fecundas hoje.

1 A PÓS-MODERNIDADE E A IGREJA

A “mudança de época” provocada pela razão pós-moderna já começou a impactar a cultura ocidental desde o final dos anos 1960, com a revolução dos costumes de maio de 68'. O processo se acelerou, porém, após o final da guerra fria e o fim dos regimes comunistas na Europa do Leste, associado com a dinâmica da globalização econômica e comunicacional que desde então passou a dominar os intercâmbios comerciais e culturais.

A evangelização na América Latina foi marcada nesse período pelas duas grandes conferências do CELAM de 1968 (Medellín) e 1979 (Puebla), responsáveis pela recepção criativa do Concílio Vaticano II no continente. A teologia elaborada nesse período, marcada pelo

1 Doutor em teologia pelo Centre Sèvres – Faculté Jésumites de Paris (2002), professor e pesquisador de teologia sistemática na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Membro do Grupo de Santiago, que reúne pesquisadores em teologia prática da América Latina e Europa. Reitor da FAJE. E-mail: geraldodemori@faculdadejesuita.edu.br

método ver-julgar-agir, contribuiu para a construção de um discurso e de uma prática profética da Igreja, que participou ativamente nos processos de luta contra os regimes ditatoriais presentes em muitos países da região, e na formação de movimentos de luta por justiça, defesa dos direitos humanos, serviço aos pobres. Nesse período, o processo de urbanização conheceu grandes saltos e o trabalho da Igreja, sobretudo através das comunidades eclesiais de base (CEBs), contribuiu para a recriação de muitos laços sociais. Nos anos 90' esse trabalho se diversificou, seja através das novas questões levantadas pelo despertar da consciência ecológica, as questões indígena, afrodescendente e da mulher, seja através dos novos movimentos religiosos surgidos dentro e fora da Igreja.

Boa parte da reflexão sobre a pós-modernidade começou a tornar-se conhecida já nos anos 90', impactando alguns discursos teológicos e pastorais das igrejas cristãs. Não vou apresentar aqui de forma detalhada a presença desses discursos na teologia e no magistério desse período, me concentrando apenas numa leitura panorâmica do que tem sido dito a partir de 2007, em *Aparecida*, no magistério do Papa Francisco e nas DGAE.

No Doc. de *Aparecida*, por exemplo, o termo se encontra uma única vez, no n. 100, que se encontra no capítulo II, dedicado ao “Olhar dos discípulos missionários sobre a realidade”, no subtópico 2.2, dedicado à apresentação da “Situação de nossa Igreja nesta hora histórica de desafios”. Depois de apresentar, nos n. 98 e 99, os frutos positivos da ação pastoral da Igreja, os bispos apontam, no n. 100, as “sombras”, dentre as quais, na letra “d”, observam:

“Na evangelização, na catequese e, em geral, na pastoral, persistem também linguagens pouco significativas para a cultura atual e em particular para os jovens. Muitas vezes as linguagens utilizadas parecem não levar em consideração a mutação dos códigos existencialmente relevantes nas sociedades influenciadas pela pós-modernidade e marcadas por amplo pluralismo social e cultural. As mudanças culturais dificultam a transmissão da Fé por parte da família e da sociedade. Frente a isso, não se vê uma presença importante da Igreja na geração de cultura, de modo especial no mundo universitário e nos meios de comunicação social” (APARECIDA, 2007, p. 56).

Chamam a atenção nessa constatação: 1) os bispos mencionam explicitamente a transmissão da fé, em particular à juventude; 2) acreditam que há um descompasso entre as linguagens da cultura e as linguagens utilizadas pelos evangelizadores, que não levam em conta as mutações dos “códigos existencialmente relevantes nas sociedades influenciadas pela pós-modernidade e marcadas por amplo pluralismo social e cultural”; 3) se dão conta da ausência da Igreja no âmbito da “geração da cultura”, sobretudo no ambiente universitário e da comunicação social.

Na *Evangelii Gaudium* o termo “pós-moderno” aparece também uma única vez, no n. 67, que se encontra no capítulo II (n. 50-109), dedicado à leitura da realidade, mais especificamente “aos desafios culturais” (n. 61-67), com a seguinte formulação:

“O individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares. A ação pastoral deve mostrar ainda melhor que a relação com o nosso Pai exige e incentiva uma comunhão que cura, promove e fortalece os vínculos interpessoais. Enquanto no mundo, especialmente em alguns países, se reacendem várias formas de guerras e conflitos, nós, cristãos, insistimos na proposta de reconhecer o outro, de curar as feridas, de construir pontes, de estreitar laços e de nos ajudarmos “a carregar as cargas uns dos outros” (Gl 6,2). Além disso, vemos hoje surgir muitas formas de agregação para a defesa de direitos e a consecução de nobres objetivos. Deste modo se manifesta uma sede de participação de numerosos cidadãos, que querem ser construtores do desenvolvimento social e cultural” (FRANCISCO, 2013, p. 48).

O Papa identifica no texto individualismo, pós-modernidade e globalização, e mostra como essa situação provoca o enfraquecimento e a distorção de vínculos entre pessoas e na família, além de apontar a missão da Igreja: “curar as feridas, construir pontes, estreitar laços e ajudar a carregar as cargas uns dos outros” (FRANCISCO, 2013, p.48).

Apesar desta única ocorrência, alguns dos números que compõem o subtópico “desafios culturais” retratam as características tidas como próprias da pós-modernidade por muitos analistas. No n. 61 evoca-se a “generalizada indiferença relativista”, relacionada com a “desilusão e a crise das ideologias”, e a “cultura em que cada um pretende ser portador de uma verdade subjetiva própria”. No n. 62 o texto fala do lugar ocupado na cultura dominante pelo que é “exterior, imediato, visível, rápido, superficial, provisório”. O real, continua o texto, “cede lugar à aparência”. Isso leva à “deterioração das raízes culturais”, e se dá através dos meios de comunicação, geridos por “centros situados na parte norte do mundo”, levando ao surgimento de novas formas de comportamento. No n. 63 o Papa recorda os desafios dos movimentos fundamentalistas e da espiritualidade sem Deus que se encontram no seio do catolicismo. Afirma que, por um lado, isso é uma reação à sociedade materialista, consumista e individualista, e por outro, é o resultado do aproveitamento das carências da população que vive nas periferias e zonas pobres, que sobrevive no meio de grandes preocupações e busca soluções imediatas para seus problemas. O n. 64 afirma que a secularização tende a reduzir a fé e a Igreja ao âmbito privado e íntimo, além de negar a transcendência, o que leva ao relativismo, culminando na desorientação, sobretudo dos adolescentes e jovens. O texto lembra ainda que “vivemos numa sociedade da informação que nos satura de dados, todos postos no mesmo nível, e acaba por nos conduzir a uma superficialidade na leitura das questões morais”. O n. 66 recorda a crise cultural pela qual passa a família, sobretudo no que diz respeito à formação dos vínculos, pois o matrimônio é visto como mera forma de gratificação afetiva, que se constrói segundo a sensibilidade de cada um. Os conteúdos dos números que acabamos de evocar recordam certos diagnósticos de vários autores que buscam interpretar a pós-modernidade e falam do “fim das grandes ou das meta-narrativas”, do “eclipse das

ideologias”, do lugar das “pequenas narrativas”, da cultura do “simulacro” ou da “sociedade do espetáculo”, da crise das grandes instituições de sentido, como a família, as igrejas, a escola, o estado, com a consequente dissolução do que era tido como “verdade” ou “valor”, e da irrupção de um pluralismo de princípio, de caráter gnosiológico, cultural e religioso, que pode levar a todo tipo de fundamentalismo (LYOTARD, 2002; FUKUYAMA, 1992; VATTIMO – ROVATTI, 1983).

A *Laudato si'* traz também uma única ocorrência do termo “pós-moderno”, no n. 162, que se encontra no final do capítulo IV, dedicado à reflexão sobre a “Ecologia integral”. O Papa afirma neste texto o seguinte:

“A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica. O homem e a mulher deste mundo pós-moderno correm o risco permanente de se tornar profundamente individualistas, e muitos problemas sociais de hoje estão relacionados com a busca egoísta duma satisfação imediata, com as crises dos laços familiares e sociais, com as dificuldades em reconhecer o outro. Muitas vezes há um consumo excessivo e míope dos pais que prejudica os próprios filhos, que sentem cada vez mais dificuldade em comprar casa própria e fundar uma família. Além disso esta falta de capacidade para pensar seriamente nas futuras gerações está ligada com a nossa incapacidade de alargar o horizonte das nossas preocupações e pensar naqueles que permanecem excluídos do desenvolvimento. Não percamos tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje, que poucos anos têm para viver nesta terra e não podem continuar a esperar. Por isso, “para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração” (FRANCISCO, 2015, p. 97).

A pós-modernidade no texto está associada ao individualismo, à cultura da satisfação imediata, ao consumo excessivo, à incapacidade de pensar nas futuras gerações e de se solidarizar com os excluídos do momento presente. Embora já presente em muitos teólogos, a crise ecológica, associada ao modelo de desenvolvimento baseado no consumo, na exclusão, torna-se central no magistério da Igreja, como também em muitos autores pós-modernos.

Os termos “pós-moderno” e “pós-modernidade” não se encontram na *Amoris Laetitia*, embora apareça a expressão “mudanças antropológico-culturais” por duas vezes no n. 32, que evoca, em parte, alguns traços da pós-modernidade, pois afirma que “os indivíduos são menos apoiados do que no passado pelas estruturas sociais na sua vida afetiva e familiar”. No n. 33 aparece a questão do

“individualismo exagerado, que desvirtua laços familiares e acaba

por considerar cada componente da família como uma ilha, fazendo prevalecer, em certos casos, a ideia de um sujeito que se constrói segundo os seus próprios desejos assumidos com caráter absoluto” (FRANCISCO, 2016, p. 24).

O texto afirma ainda que as “tensões induzidas por uma exasperada cultura individualista da posse e do gozo geram dinâmicas de intolerância e agressividade”. O texto recorda a dificuldade de criação de laços e o crescimento do número de pessoas que vivem sozinhas. O n. 39 retoma os vários sintomas da “cultura do provisório”, que leva as pessoas a passar de uma relação afetiva a outra, acreditando que o amor “possa ser conectado ou desconectado, ao gosto do consumidor, e inclusive bloqueado rapidamente”. O Papa fala ainda do “medo que desperta a perspectiva de um compromisso permanente”, da “obsessão pelo tempo livre”, das “relações que medem custos e benefícios e se mantêm apenas caso sejam um meio para remediar a solidão, ter proteção ou receber algum serviço”, com tendência a ver tudo como “descartável” (FRANCISCO, 2016, p. 27-28). O texto evoca também os debates contemporâneos sobre o lugar da mulher na sociedade e na família (n.54), os desafios da “ideologia de gênero” (n. 56), a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a questão pastoral dos divorciados que voltaram a se casar.

Tampouco na *Gaudete et exsultate* se encontram os termos “pós-modernidade” e “pós-moderno”, embora o texto não ignore fenômenos que, apesar de antigos, são recorrentes na cultura atual. No capítulo II, o Papa apresenta os “Dois inimigos sutis da santidade”, o gnosticismo e o pelagianismo. O n. 36 afirma que o

“gnosticismo supõe uma fé fechada no subjetivismo, onde apenas interessa determinada experiência ou uma série de raciocínios e conhecimentos que supostamente confortam e iluminam, mas em última instância, a pessoa fica enclausurada na imanência de sua própria razão ou dos seus sentimentos” (FRANCISCO, 2018, p. 24).

Quanto ao pelagianismo, embora os que o reatualizam falem da graça de Deus, no fundo, diz o Papa, só confiam nas suas próprias forças e sentem-se superiores aos outros por cumprirem determinadas normas ou por serem irredutivelmente fiéis a certo estilo de vida católico (FRANCISCO, 2018, p. 28-29).

O último texto do Papa Francisco, *Christus vivit*, tampouco traz as duas expressões “pós-modernidade” e “pós-moderno”. Elementos da sociedade atual, marcada pela cultura pós-moderna, podem, porém, ser encontrados ao longo do texto, sobretudo no capítulo III “Vós sois o agora de Deus”. O texto já parte da constatação da pluralidade ao descrever as juventudes (n. 68-70): plural do ponto de vista étnico, cultural, socioeconômico, religioso e mesmo no interior do cristianismo. Na descrição que se segue (n. 71-110), é interessante destacar os seguintes elementos que são característicos da cultura pós-moderna: a) os jovens que são “transformados em seres individualistas, inimigos e desconfiados de todos, que assim se tornam presa fácil de ofertas desumanizantes e de planos destrutivos que grupos políticos ou

poderes econômicos elaboram” (n. 73); b) a publicidade “que ensina as pessoas a estar sempre insatisfeitas e contribui para a cultura do descarte” (n. 78); c) a imagem do jovem como modelo de publicidade, mostrando dificuldade em se assumir os vestígios do tempo (n. 79); d) o desejo expresso pelos jovens de confrontar-se sobre as questões relativas à “diferença entre a identidade masculina e feminina, à reciprocidade entre homens e mulheres e à homossexualidade” (n. 81); e) os avanços da biotecnologia relativos ao corpo e aos comportamentos de risco, a busca de emoções fortes (n. 82); f) o ambiente digital, como típico do mundo contemporâneo, que “privilegia a imagem em relação à escuta e à leitura, afeta o modo de aprender e o desenvolvimento crítico” (n. 86), criando uma nova maneira de se comunicar e de criar laços (n. 87), mas que também é um “território de solidão, manipulação, exploração e violência, até chegar ao caso extremo da dark web” (n. 88), “criando mecanismos de manipulação das consciências e do processo democrático” (n. 89), ou de “migração digital”, ou seja, “de distanciamento da família, dos valores culturais e religiosos”, levando muitos ao desenraizamento (n. 90). O Papa dedica vários números ao problema da migração, que afeta, sobretudo, os jovens, atraídos pela “cultura ocidental, às vezes com expectativas pouco realistas que os expõem a grandes desilusões” (n. 92). O texto conclui recordando os abusos cometidos contra crianças, adolescentes e jovens (n. 95-102).

Para este texto não foi feita uma pesquisa sobre as ocorrências dos termos “pós-moderno” e “pós-modernidade” nos textos do magistério de João Paulo II e Bento XVI, mas apenas em alguns textos das DGAE da CNBB. Uma dissertação de mestrado, de Genion Costa (UNICAP, 2008), mostra que os dados das DGAE de 1995-1998, praticamente se repetem nas DGAE de 1999-2002 e nas de 2003-2006. Vejamos, então, como os bispos do Brasil entendem a pós-modernidade entre 1995-2006. O n. 143, das DGAE de 1995-1998 evoca a “crise da modernidade” e fala da pós-modernidade nos seguintes termos: “esgotamento e superação da modernidade; exasperação dos aspectos negativos da modernidade; primeiros sinais de uma nova época, que realizaria os sonhos ideias da modernidade” (DGAE, 1995, p. 83). Nos números seguintes o texto recorda alguns traços da nova época: a) o “pluralismo cultural”, que leva à fragmentação do universo cultural numa multiplicidade de “novas tribos” (n. 144); b) a tendência ao individualismo, visto como valor proclamado e justificado pela modernidade e assimilado pelas massas (n. 145); c) a valorização da subjetividade, da livre escolha pessoal, da liberdade e da consciência dos direitos fundamentais, à qual está associada a tendência ao subjetivismo exacerbado, que leva ao narcisismo do indivíduo e exalta o consumismo como grande objetivo de vida (n. 145); d) o ritmo das mudanças e o caráter efêmero das contínuas novidades, fenômeno novo, facilitado pelos novos meios de informação (n. 147); e) o pluralismo ético, baseado na desconfiança com relação à razão universal, à qual são atribuídas pretensões totalitárias, eliminação das diferenças e das minorias (n. 152-153); f) o pluralismo religioso, que tem levado à diminuição do número de católicos, diversificando o próprio mundo católico, então formado por fiéis ligados às CEBs, à RCC, a outros movimentos e, a maioria (61,4%), ao grupo de católicos tido como tradicionais.

Os termos pós-moderno e pós-modernidade desaparecem das DGAE a partir de 2008, embora, na descrição da realidade, alguns elementos que a descreviam continuem presentes,

como, nas DGAE de 2008-2010: fragmentação crescente dos referenciais de sentido e relativização dos valores (n. 15); consequente diluição das tradições culturais e religiosas (n. 16), apesar da maior circulação dos produtos pela globalização, sensação de desencanto (n. 17), diante das incertezas e riscos, busca de satisfação imediata (n. 18), na esfera privada, cada um se julga dono de suas decisões, cultura do consumo (n. 19), como contraponto positivos: o valor da pessoa, de sua liberdade, consciência e experiência (n. 20), apesar da massificação do indivíduo, a família continua como valor fundamental (n. 22), as várias lutas contra as discriminações, promoção dos direitos da mulher, a preservação do meio ambiente, a defesa dos direitos das culturas e etnias específicas (n. 23). Há todo um tópico específico para a questão ecológica e outro para a situação religiosa, esta última caracterizada pela mentalidade individualista, a qual, por sua vez, é marcada por escolhas que agradam subjetivamente e com fraca pertença institucional, além de se constituir como um mosaico, no qual cada indivíduo constrói a própria religião (n. 38).

As DGAE de 2011-2015 reduzem sensivelmente a leitura da realidade. Retomam as análises de Aparecida, recordando o impacto da globalização e a afirmação da “mudança de época” (n. 19-20). Destaque para duas atitudes que prevalecem: o relativismo e os fundamentalismos, que se desdobram num laicismo militante, na irracionalidade da cultura midiática, no amoralismo generalizado, no desrespeito ao povo (n. 20). O texto recorda também os impactos das leis do mercado na vida das pessoas (n. 21) e as novas práticas religiosas, baseadas no emocionalismo e no sentimentalismo, que levam à redução do compromisso comunitário-institucional e criam uma experiência religiosa feita de momentos, de rotatividade, individualização e comercialização (n. 22).

As DGAE de 2015-2019 retomam a afirmação de Aparecida sobre a “mudança de época”, apresentando seus aspectos positivos (a promoção da mulher, a valorização das minorias étnicas, o destaque à justiça, à paz e à ecologia, a consciência da importância dos movimentos sociais e dos direitos à educação e à saúde, as iniciativas para a superação da miséria e da fome), seus riscos e consequências (afetam os critérios de compreensão, os valores mais profundos a partir dos quais se afirmam as identidades e se estabelecem ações e relações). O texto constata o aumento do relativismo, a ausência de referências sólidas, o excesso de informações, a superficialidade, o desejo de conforto e facilidades, a aceleração do tempo, o individualismo, o fundamentalismo, afetando, particularmente, a família. O texto evoca ainda as ideologias que apresentam noções confusas da sexualidade, da família e do matrimônio (n. 21), além de retomar a questão do pluralismo religioso, caracterizando-o pelo fundamentalismo, o emocionalismo e o sentimentalismo (n. 25), além de recordar a crise do compromisso comunitário no mundo católico (n. 26)

As DGAE de 2019-2023 retomam de novo a ideia da “mudança de época”, na qual “os fundamentos últimos para a compreensão da realidade se tornam frágeis a ponto de suscitar perplexidade e insegurança”. As alterações em curso tocam aspectos profundos a respeito da vida, de Deus, do ser humano, da família e de toda a realidade. Os bispos dizem que preocupa a difusão da ideologia de gênero (n. 43). Eles reconhecem que o mundo se torna cada vez

mais urbano, e apontam alguns traços das cidades: a cultura que nela se gera é a da individualidade. Continua apresentando outros traços do mundo atual, como a redução da função social do estado, o consumismo. Segundo eles, o forte acento na individualidade leva ao enfraquecimento das instituições e das tradições, sobretudo a família. Outra marca do mundo presente é a pluralidade, que se manifesta no âmbito da cultura, da ética, da vivência religiosa e associativa. O texto recorda também a alta mobilidade das grandes cidades, o aumento da pobreza, o desafio ambiental e o do mundo juvenil. Recorda ainda que a fragilidade de referências conduz à relativização da verdade.

Esse breve sobrevoo sobre esse conjunto de textos mostra que as questões relacionadas à cultura pós-moderna começam a fazer parte dos discursos e das preocupações do magistério eclesial. Em geral, como assinalamos nos textos selecionados, o pós-moderno é associado ao lugar ocupado pelo indivíduo/sujeito como centro catalizador da leitura, interpretação e ação sobre o real. Nesse sentido, o pós-moderno é a exacerbação do moderno, pois a modernidade já se definia como virada do sujeito. Mas o sujeito pós-moderno, como bem observou o filósofo Paul Ricoeur, não é, como seu ancestral moderno, “exaltado”, mas, sob muitos pontos de vista, “humilhado” (RICOEUR, 1990, p. 27), não protagonizando mais as conquistas que deram origem ao mundo moderno, mas, ao contrário, sentindo-se ameaçado por elas e tornando-se um de seus maiores críticos. Embora os textos evocados acima não recorram a essa expressão, podemos dizer, como observa Carlos Mendoza-Alvarez, que se trata de um sujeito “vulnerável” (MENDOZA, 2011) e isso sob vários pontos de vista: 1) ele é vulnerável porque, apesar de autorreferencial, experimenta a existência como solidão, tem dificuldades de criar vínculos permanentes, busca continuamente dar as razões de sua existência e vive constantemente um processo de fazer-se, desfazer-se e refazer-se; 2) ele é vulnerável porque é descentrado reiteradamente por outros sujeitos que, como ele, também advogam um lugar ao sol, demandando reconhecimento, instituindo a própria narrativa como digna de ser dita e ouvida, o que supõe um deixar-se afetar pelo outro, instituindo um espaço relacional, feito de conflito e luta por reconhecimento; 3) ele é vulnerável porque, apesar de ter dominado o mundo, vê-se, por um lado, subjugado pelos artefatos e pelo sistema que produziu, e, por outro, ameaçado pelos efeitos nefastos que sua relação predadora com o mundo pode produzir.

Em sua descrição do sujeito vulnerável Carlos Mendoza tece as seguintes considerações. Surgido da modernidade tardia, ele é portador de uma vigorosa crítica da onipotência e dos totalitarismos de todo tipo, e de uma subjetividade aberta à transcendência, que é experimentada como mútuo reconhecimento. Os metarrelatos da modernidade são a expressão totalitária da vontade de onipotência, para a qual existe uma verdade única. O único absoluto, porém, observa o teólogo mexicano, é o grito das vítimas e a memória que desse grito a humanidade deve guardar. O fim da história é, na verdade, o fim dos metarrelatos e não o fim do mundo enquanto casa comum. Nesse sentido, a pós-modernidade não é a apoteose de um indivíduo autossuficiente e solipsista, mas o advento de uma consciência aguda das desigualdades, sensível à exclusão em todos os tipos de sociedades de totalidade: o Estado, o exército, as igrejas, as prisões, as escolas. Deixando-se afetar pela diferença, o sujeito pós-moderno

emerge como rosto, incômodo, chamado, invocação, inspiração, promessa. Ele faz ouvir sua narrativa e é sensível às dos demais (MENDOZA, 2011).

Que caminhos a Igreja tem proposto para responder aos desafios do mundo pós-moderno? Mais que uma visão geral, será apresentada aqui a situação da Igreja do Brasil.

2 PROPOR A FÉ NA PÓS-MODERNIDADE

Desde que a questão da pós-modernidade entrou nos discursos da Igreja em geral, e na Igreja do Brasil, em particular, as DGAE recorreram às seguintes categorias ou imagens para pensar a pastoral: de 1995 a 2010: quatro exigências: 1) serviço, 2) diálogo, 3) anúncio, 4) testemunho de comunhão, que se expressavam nos âmbitos da pessoa, da comunidade e da sociedade; de 2011-2018: as quatro exigências se tornaram cinco, assim expressas: 1) Igreja em estado permanente de missão; 2) Igreja: casa da iniciação à vida cristã; 3) Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; 4) Igreja: comunidade de comunidades; 5) Igreja a serviço da vida plena para todos; de 2019-2023: metáforas dos quatro pilares a partir dos quais se constrói a “casa da evangelização”: Palavra, Pão, Caridade e Missão.

É importante observar que o período pós-conciliar, que determinou a pastoral de conjunto do Brasil entre 1965-1994, foi marcado pelo esforço principal do Concílio, que era o diálogo com a modernidade. Ora, a modernidade pode ser caracterizada, por um lado, pela virada do sujeito, em sua autonomia e autorreferencialidade (primeira modernidade, tematizada por Kant), e, por outro lado, pela percepção de que esse sujeito é histórico, que se realiza enquanto história em condições socioeconômicas e políticas (segunda modernidade, com as contribuições de Hegel, Marx, escola de Frankfurt). Na América Latina, a recepção do Concílio, a partir de Medellín e de Puebla, pensou o sujeito como comunidade e em perspectiva social, política e econômica. O emblema dessa percepção aparece nos rostos/feições desses sujeitos tais quais os descreveu Puebla (CELAM, 1979, n. 32-39). É importante observar que boa parte da pastoral dessa época, que teve sua tradução conceitual na teologia da libertação, via nesses rostos possíveis “sujeitos”, que, na medida em que descobrissem sua condição social, política, econômica e cultural, poderiam se tornar “sujeitos históricos de libertação” (GUTIERREZ, 1969). No Brasil, a coincidência entre a recepção do Concílio e a situação política determinada pelo golpe militar, contribuiu para que os “sujeitos” que foram ganhando consciência de seu papel participassem ativamente nos movimentos sociais no campo e na cidade, através das pastorais sociais, que atuaram em associações de moradores, sindicatos e partidos políticos. O processo de redemocratização do país contou com a participação ativa desses movimentos.

Sob muitos pontos de vista, porém, podemos dizer que esse sujeito ainda pertencia à lógica moderna, ou seja, eram moldados à luz das “grandes narrativas”, com sua visão de totalidade. Ora, quando esses metarrelatos entram em crise, o que coincide com a queda do muro de Berlin, em 1989, sua visão utópica também entra em crise. Em seu lugar entram

as pequenas narrativas, que, em parte, já estavam em irrupção, sobretudo nos grupos que haviam pensado nesse período sua condição étnica e sexual, como os indígenas, os afrodescendentes e as mulheres. O início dos anos 90' não sentiram de imediato o impacto da então chamada "morte das utopias", pois transferiram para esses grupos e pastorais a lógica da formação de sujeitos que havia predominado na pastoral pós-conciliar. Porém, com o passar dos anos, apesar da consciência aguda dos efeitos perversos do neoliberalismo e da globalização, como também do emergir da consciência ecológica, a pastoral de conjunto surgida após o concílio começou a sofrer os efeitos da irrupção do indivíduo pós-moderno, frágil, autocentrado. Os movimentos religiosos que recorriam à emoção e ao "Espírito" começaram a conhecer um grande sucesso. A própria CNBB passou a olhar esses movimentos com outro olhar. Isso explica a mudança, operada a partir das DGAE de 1995, nas quais o termo pós-modernidade aparece, como a descrição que dela fizeram os bispos e as propostas para se pensar então a evangelização.

Apesar dessa incipiente compreensão da "mudança de época" em curso no final do séc. XX, as propostas pastorais não iam ao encontro do sujeito que então emergia. Em parte, porque ainda se pensava que o processo de "formação" do "sujeito pós-moderno" obedecia à mesma lógica do "sujeito moderno". Ora, sob muitos pontos de vista, o sujeito moderno, tal qual o pensou Kant, Hegel, Marx e os marxismos, trazia em si a marca do iluminismo, ou seja, tendia a certo racionalismo e era marcado por uma perspectiva ética. O sujeito pós-moderno, como aparece nas descrições dos diversos documentos dos bispos, é fragmentado, mais aberto a uma visão plural da realidade, em seus aspectos culturais, étnicos, sexuais e religioso. Ele é também marcado mais por uma percepção estética que ética, fortemente hedonista, o que o torna presa fácil da lógica do mercado, que passou a imperar a partir do fim da Guerra Fria. Não se pode ignorar tampouco que a fragmentação e a pluralidade deram origem à sensação de um "mundo líquido" (BAUMAN, 2002), o conduzindo a uma profunda insegurança, o que explica o surgimento de fundamentalismos de todos os tipos, sobretudo religiosos, mas também culturais e de gênero.

Em Aparecida, os bispos vão oferecer uma tentativa de resposta que vai ao encontro da questão de fundo. Tiveram uma leitura dos "rostos" diferente da de Puebla (CELAM, 2007, n. 65, 393, 402, 404), a saber, são rostos de sujeitos vulneráveis, muitos dos quais nunca serão "sujeitos de mudança histórica", como eram em Puebla. Além disso, levaram a sério a irrupção do indivíduo, daí a ênfase no "encontro pessoal" do Cristo com o indivíduo, saindo da perspectiva de cristandade que ainda dominava os documentos anteriores. O binômio "discípulos-missionários", traduz, em parte, esta nova perspectiva. Porém, como tornar o indivíduo vulnerável da pós-modernidade discípulo-missionário? As respostas de Aparecida ainda são incipientes. No período pós-conciliar, as comunidades eclesiais de base ofereceram um modelo extraordinário para a nova perspectiva que então emergia. Em Aparecida, além de se valorizar essa experiência, também se valoriza o que é feito por movimentos de todo tipo. No fundo, apesar de muitos herdeiros do espírito conciliar não aceitarem essa "pluralidade" de propostas, como se os bispos devessem ter uma única solução para a nova realidade, talvez

Aparecida tenha se dado conta que a melhor solução diante do pluralismo sejam respostas plurais.

Libanio, na obra *Cenários da Igreja*, elaborada inicialmente em 1999, com um acréscimo em 2012, quando a obra passou a se chamar *Cenários da Igreja num mundo plural e fragmentado*, parece ter se dado conta de que para se pensar a pastoral na pós-modernidade é necessário não ignorar o pluralismo e a fragmentação presentes no mundo e na igreja. Ele apresenta um panorama das distintas tendências presentes dentro do catolicismo então: o de uma igreja Instituição, o de uma igreja Carismática, o de uma igreja da Palavra, o de uma igreja da práxis Libertadora, o de uma igreja Fragmentada e Pós-moderna (LIBANIO, 2012). Esta leitura das distintas “igrejas” que se encontram dentro da Igreja, dá conta da irrupção do pluralismo, embora não ofereça muitas pistas para fazê-las coexistirem na pastoral concreta. Como pensar a pastoral com tantas visões em conflito e disputa?

O Papa Francisco, no método que ele tem adotado na realização dos sínodos, oferece uma pista interessante para se pensar a pastoral numa igreja plural e pós-moderna. A sinodalidade, que consiste em caminhar juntos, mesmo na tensão e na diferença, é, sem dúvida, um caminho extremamente inspirador. O interessante é que, para que esse caminho possa dar certo, é preciso acolher as diferentes sensibilidades, saber escutar cada um, não se apegar à própria opinião, saber que há riquezas escondidas em cada cenário ou perspectiva.

Francys Adão Silvestrini, em sua tese de doutorado, propõe o que ele denomina como “método eucarístico”. Partindo de uma abordagem “gastronômica”, ele mostra como os diversos ingredientes de um prato, a depender da combinação, podem oferecer alimento e sabor à vida. Trata-se, segundo sua leitura, de aprender com os “verbos eucarísticos”, das narrativas da última ceia, a saber: tomar, dar graças, partir e dar. “Tomar” evoca que cada fragmento é um dom, e como tal deve ser tido. Por isso, ao tomar segue-se o “dar graças”, justamente porque é dom e tem algo de único. Mas a unicidade do dom, pelo qual se agradece, se não é repartida, não alimenta ninguém, é como o grão de trigo que precisa morrer para nascer e dar fruto. Por isso, o “partir” é necessário, para poder repartir-se e alimentar a fome do outro, que aparece no verbo “dar”. (ADÃO, F. S., 2019). É interessante esta perspectiva, que pode servir de metáfora para se repensar a pastoral em tempos de fragmentação e de pluralismo dentro e fora da Igreja.

Outra perspectiva, que penso importante, já que se fala da pós-modernidade como época das “pequenas narrativas”, é a que propõe Paul Beauchamp em sua leitura das Escrituras. Segundo ele, o Antigo Testamento, cujo modelo, em parte, é seguido pelo Novo, é formado de três escrituras: a Lei, a Profecia e a Sabedoria. O que é a Lei? É o relato fundacional, que recorda o que faz a identidade do povo. Ela é composta por textos narrativos e legislativos. Ela diz quem é Israel, ou quem são os cristãos. Ela está voltada para o passado e remete a uma memória à qual não se pode esquecer. É essa memória que constitui a “identidade narrativa” de Israel e dos cristãos. Mas esta memória, consignada na Lei, pode permanecer letra morta, ou relato fundamentalista, fechado num etnocentrismo ou num fundamentalismo estéril. Por

isso, a Profecia é o que atualiza a memória no presente. Os Profetas, no AT, e Paulo, no NT, mostram como viver a identidade no hoje da história, denunciando também o que nos afasta da Lei, como a idolatria e a injustiça no AT, ou uma visão etérea do Cristo, um Cristo que não passou pela carne ou pela cruz. Além do passado e do presente, necessitamos também, segundo Beauchamp, de uma abertura à diferença. Isso é dado pelos escritos sapienciais, que nos remetem ao que é comum a todos os seres humanos, a vida em seu acontecer, seu padecer e seu morrer, mas também em seus momentos de gozo e plenitude. Ora, essa vida não é privilégio de Israel ou dos cristãos, mas de toda a humanidade. Por isso, a Sabedoria é o que nos permite colocar-nos no mundo, sendo o que somos (Lei e Profetas), sem perder nossa identidade no presente, mas sabendo acolher o que nos diferencia e pode nos enriquecer vindo do outro.

A iniciação à fé cristã deve oferecer aos indivíduos pós-modernos, fragmentados e plurais, o sentido de uma pertença, de uma memória, de uma identidade, mas também deve torná-los capazes de se dizerem enquanto sujeitos no aqui e no agora, diante dos diferentes sujeitos com os quais convivem no mundo. Como traduzir esta intuição de Beauchamp na pastoral? Eis um desafio interessante a ser levado adiante por nossa geração.

Para concluir, é importante recordar as contribuições do Papa Francisco para se pensar a pastoral no mundo hodierno. Suas exortações apostólicas (*Evangelii Gaudium*, *Amoris Laetitia*, *Gaudete et exultate*, *Christus Vivit*), sua encíclica (*Laudato Si*), são permeadas de muitas orientações que vão na direção de uma proposição da fé para nossos contemporâneos. Chama a atenção, em primeiro lugar, o convite à alegria, pensar a fé cristã como boa notícia, Evangelho, que traz vida, que convida à festa. Essa dimensão é extremamente importante em seu pontificado. Mas não se trata apenas de edulcorar a fé, mas ela conduz também a um compromisso com as distintas situações de vulnerabilidade, as “periferias existenciais” sobre as quais tanto ele tem insistido.

BREVES CONCLUSÕES

Mais que oferecer receitas, as reflexões trazidas aqui querem oferecer pistas para se continuar buscando novos caminhos para anunciar o sempre novo e cheio de vida caminho aberto por Jesus, o anúncio do reino que vem. Oxalá elas possam contribuir para fazer avançar na busca de caminhos concretos, que possam abrir novas pistas para o existir cristão no nosso tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, F. S. *La vie comme nourriture*. Pour um discernement eucharistique de l'humain fragmenté. Centre Sèvres, 2019 (Tese doutoral).

FAUS, G. J. I.: *Desafio da pós-modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1996.

FUKUYAMA, F.: *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro : Rocco, 1992.

- GISEL, P. - EVRARD, P. éd. : *La théologie en postmodernité*. Genève : Labor et Fides, 1996.
- HABERMAS, J.: *Pensamento pós-metafísico : estudos filosóficos*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.
- HERVEY, D. *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1990.
- INGRAFFIA, B. D. : *Postmodern theory and biblical theology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LYOTARD, J.-F.: *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro : José Olympio, 2002.
- MENDOZA-ALVAREZ, C. *O Deus escondido da pós-modernidade*. Desejo, memória e imaginação escatológica. Ensaio de teologia fundamental pós-moderna. São Paulo: É realizações, 2011.
- PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. A alegria do evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola/Paulus, 2013.
- _____. *Laudato Si'*. Louvado sejas. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola/Paulus, 2015.
- _____. *Amoris Laetitia*. A alegria do amor. Sobre o amor na família. São Paulo: Paulinas, 2016.
- _____. *Gaudete et exsultate*. Sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulus, 2018.
- _____. *Christus vivit*. Aos jovens e a todo o povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2019.
- TRASFERETTI, J. - GONÇALVES, P. S. L. (org.): *Teologia na pós-modernidade: abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- VATTIMO, G. - ROVATTI, P. A. (ed.): *Il pensiero debole*. Milano : Feltrinelli, 1983.
- WARD, G. ed.: *The postmodern god. A theological reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

A pastoral da periferia e nas periferias

*Maria Inês Millen*¹

Esta nossa conversa aqui será proposta, inicialmente, a partir do discurso do papa Francisco aos Bispos do CELAM no Rio, em 2013, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude:

PASTORAL



A pastoral é, em última instância, o exercício de maternidade da Igreja

Slide 2 Pastoral: O que é? Vou usar um conceito que ele nos oferece: “A pastoral é, em última instância, o exercício de maternidade da Igreja”.

MATERNIDADE



¹ Doutora em teologia. Professora no Centro de Estudos Superiores (CES), de Juiz de Fora.

Slide 3: A Igreja foi e é definida como mãe, em muitas ocasiões (metáfora), mas aqui eu gostaria de pensar uma questão que julgo muito importante: o que significa a pastoral como maternidade quando no modelo de Igreja que ainda adotamos, apesar do Concílio Vaticano II², os pastores são todos homens e nunca fizeram a experiência real da maternidade? Têm a experiência de filhos, mas não de mães, nem mesmo de pais... Há aqui, portanto, a necessidade de um aprendizado, de observação, de adaptação.

APRENDIZADO

- Proximidade
- Encontro



Slide 4: E Francisco nos ajuda quando diz: “Há duas categorias pastorais, que surgem da própria originalidade do Evangelho e nos podem também servir de orientação para avaliar o modo como agimos” e eu digo que são categorias que estão profundamente relacionados à maternidade – a **proximidade** e o **encontro**. E ele diz: “Estas categorias configuram a maneira como Deus se revelou na história. É o ‘Deus próximo’ do seu povo, **proximidade** que chega ao máximo quando Ele se encarna. É o Deus que sai ao **encontro** do seu povo”.

2 “O Vat. II nos ajuda a compreender que não existem duas categorias de cristãos – cleros e leigos -, mas uma única categoria – os batizados, no seio de uma comunidade, toda ela ministerial (LG 10). Com o Concílio dá-se a passagem do binômio clero/leigos para um novo binômio: comunidade/ministérios”. Ver em BRIGHUENTI, A. **A pastoral dá o que pensar**: a inteligência da prática transformadora da fé. São Paulo/Valência: Paulinas/Siquem, 2006, p. 10.

ARTICULAÇÃO DA PASTORAL

Três dimensões

- Profética
- Litúrgica
- Caridade

Outro aspecto

A pastoral deve saber **reconciliar a teoria com a prática.**



Slide 5: Como a pastoral se articula?

Poderíamos dizer que se articula em três dimensões: a **profética** (anúncio do querigma e denúncia do que atravanca o Reino), a **litúrgica** e a da **caridade**, para a qual as outras duas tendem. Estas dimensões, que precisam se transformar em ações, devem estar voltadas para as pessoas, a comunidade e a sociedade, a partir da categoria Reino de Deus.

Precisamos pensar ainda em um outro aspecto: a pastoral deve saber **reconciliar a teoria com a prática.**

RECONCILIAR A TEORIA COM A PRÁTICA

- A pastoral **não é** um conjunto de recursos didáticos, pedagógicos ou formativos para que por ela ou através dela sejam aplicados o direito, a moral, a dogmática.
- Ela **não se constitui** em um mero lugar de aterrissagem de uma ortodoxia previamente estabelecida, mas é fonte criadora de ideias, um verdadeiro *locus theologicus* – lugar teológico.

Slide 6: Como diz o Prof. Pe. Brighenti, a pastoral não é um conjunto de recursos didáticos, pedagógicos ou formativos para que por ela ou através dela sejam aplicados o direito, a moral, a dogmática. “Ela não se constitui em um mero lugar de aterrissagem de uma

ortodoxia previamente estabelecida, mas **fonte criadora de ideias, um verdadeiro *locus theologicus* – lugar teológico (GS4).**”³

PENSADA COMO UM PROCESSO

Muitos passos precisam ser dados e identificados.

- ☐ Reconhecer e confiar no guia, a nossa bússola.
- ☐ Decidir com quem queremos caminhar.
- ☐ Ter uma rota. Saber reconhecer os atalhos. Saber onde queremos chegar?
- ☐ Consultar quem passou por ali antes de nós.
- ☐ Como queremos caminhar?
- ☐ Estamos levando o necessário?
- ☐ Estamos dispostos a dialogar, a respeitar e acolher os ensinamentos daqueles que encontraremos pelo caminho?

Slide 7: A pastoral também precisa ser **pensada como um processo, um caminho a ser feito e percorrido** e, neste, **muitos passos** precisam ser dados e identificados.

Vou enumerar alguns:

- . Um primeiro passo importante é **reconhecer e confiar no guia**, que é a nossa bússola.
- . Depois precisamos **decidir com quem queremos caminhar**: sozinhos, juntos, em pequenos ou grandes grupos?
- . Temos **uma rota prévia**? Sabemos reconhecer os atalhos necessários? Sabemos onde queremos chegar?
- . Consultamos **quem passou por ali antes** de nós?
- . **Como queremos caminhar** (descalços, de tênis, depressa, devagar)?
- . Estamos **levando o necessário** (água, comida, repelente, protetor solar, óculos, chapéu)?
- . Estamos **dispostos a dialogar, a respeitar e acolher** os ensinamentos daqueles que encontraremos pelo caminho?

3 BRIGHUENTI, A. **A pastoral dá o que pensar**: a inteligência da prática transformadora da fé. São Paulo/Valência: Paulinas/Siquem, 2006, p. 12.

DEFININDO ALGUMAS COISAS



- Nosso guia é Jesus.
- Não devemos caminhar sozinhos, nem em grandes multidões. “Ide dois a dois” (Lc 10, 1).
- Não precisamos levar muitas coisas (Lc 10, 4).
- Ouviremos o que nos ensina o Vaticano II, as Conferências Episcopais latino- americanas, sobretudo a de Aparecida, e o Papa Francisco.
- Aprenderemos como caminhar, caminhando.
- Vamos dispostos a conhecer a realidade como ela é, escutando atentamente os **sinais** que o caminho nos apresenta.
- Não teremos dificuldade em mudar de rota e de métodos, se necessário.

Slide 8: Definindo algumas coisas

. Nosso guia é Jesus

. Por causa dos ensinamentos de Jesus não devemos caminhar sozinhos, nem em grandes multidões. “Ide dois a dois” (Lc 10 1).

. Não precisamos levar muitas coisas (Lc 10, 4).

. Ouviremos o que nos ensina o Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais latino- americanas, sobretudo a de Aparecida.

. Ouviremos o papa Francisco

. Aprenderemos como caminhar, caminhando.

. Vamos dispostos a conhecer a realidade como ela é. Por mais que tenhamos teorias sobre o caminho, ele é sempre surpreendente. Precisamos cultivar o dom da admiração e da escuta atenta dos sinais que o caminho nos apresenta.

. Não teremos dificuldade em mudar de rota e de métodos, se necessário.

Assim, podemos começar.

E aqui entra a questão da pastoral **da e na** e a questão **das periferias**.

PERIFERIAS

- Contorno de uma figura curvilínea.
 - Circunferência, círculo.
 - Superfície de um sólido.
- 
- Zona próxima ou vizinha
 - Conjunto das zonas situadas à volta do centro de uma cidade, mas a alguma distância deste (arrabaldes, arredores, subúrbios).

Slide 9: Periferias: o que é? Como se articulam?

Dos dicionários podemos colher alguns conceitos:

pe·ri·fe·ri·a (grego *periféreia*, -as, circunferência, superfície arredondada)

1. Contorno de uma figura curvilínea.

2. Circunferência, círculo.

3. Superfície de um sólido.

5. Zona próxima ou vizinha.

6. Conjunto das zonas situadas à volta do centro de uma cidade, mas a alguma distância deste (arrabaldes, arredores, subúrbio). ⁴

⁴ “**periferia**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/periferia> [consultado em 19-04-2019].

PERIFERIAS

- Referem-se **àquilo que rodeia um determinado centro**, como uma zona, um contorno ou um perímetro. As periferias são basicamente os arredores.
- O termo refere-se às **zonas de uma cidade** que estão em torno do centro histórico; **os subúrbios** de uma cidade ou, ainda, os **municípios** que circundam um núcleo metropolitano central.
- **Em geografia** econômica e economia, a **periferia** designa o conjunto dos países subdesenvolvidos, em oposição ao centro, constituído pelos países industrializados avançados.

Slide 10

Referem-se àquilo que rodeia um determinado centro, como uma zona, um contorno ou um perímetro. As periferias são basicamente os arredores.⁵

O termo refere-se às zonas de uma cidade que estão em torno do centro histórico; os subúrbios de uma cidade ou, ainda, os municípios que circundam um núcleo metropolitano central. **Em geografia** econômica e economia, a **periferia** *designa o conjunto dos países subdesenvolvidos, em oposição ao centro, constituído pelos países industrializados avançados.*⁶

Região afastada do centro urbano

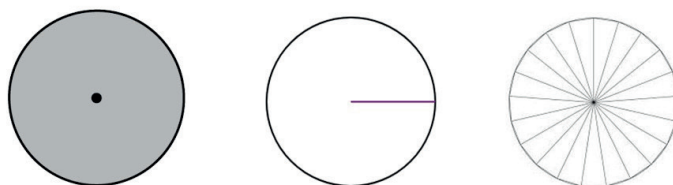
Figurado: posição ou situação de pouco envolvimento em determinado assunto ou questão (isto é periférico).⁷

5 <https://conceito.de/periferia>

6 <https://www.dicionarioinformal.com.br/periferia/>

7 <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/perif%C3%A9ria>

CENTRO e EXCÊNTRICO



Slide 11: Importante aqui seria delimitarmos as noções de **centro**, de **margem**, de **fronteira**, de **periferia**.

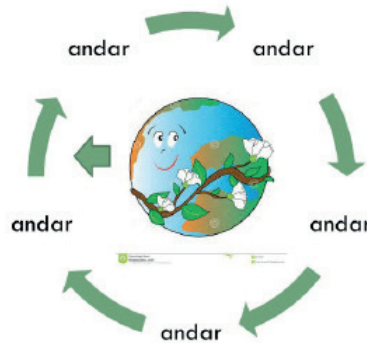
Gosto muito de uma reflexão feita por Guacira Lopes Louro (licenciada em história e mestra e doutora em educação), que nos ajuda a compreender estas **questões de centro e de margens**. Ela diz: “Não podemos negar que o centro permanece como uma atraente ficção de ordem e de unidade. A universalidade e a estabilidade deste **lugar central** resultam de uma história que tem sido constantemente reiterada – e por isso parece tão verdadeira – do mesmo modo que a posição do **ex-cêntrico** não passa de uma elaboração que integra esta mesma história”.⁸ Precisamos sempre lembrar que estes conceitos foram construídos, mas porque foram continuamente repetidos e considerados lhes concedemos a aparência de naturais, o **centro** é o normativo, a referência, enquanto **os periféricos** ganham os títulos de exóticos, alternativos, acessórios.

Assim, a **posição central** é considerada a posição não problemática. Todas as outras posições estão, de alguma forma, ligadas a ela. Ao conceito de **centro** vinculam-se, então, frequentemente, noções de universalidade, de unidade, de estabilidade. Os que estão fora do centro – **ex-cêntrico**, às **margens (marginal)**, **periféricos** –, recebem as marcas da particularidade, da diversidade e da instabilidade.

Ex: **no centro**, no lugar da ordem e da visibilidade: homens, brancos, sadios, heterossexuais, jovens, com famílias bem constituídas, cultos, ricos. Mulheres, negros, indígenas, pobres, doentes, idosos, homossexuais não contam, são **periféricos**, marginalizados ou pertencem ao que chamamos de minorias, diversidade.

8 LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: **Corpo, gênero e sexualidade**. Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 41-52.

Ex-peri-ciência



Slide 12: Ex-peri-ciência

Agora vamos falar sobre a **Pastoral da periferia e nas periferias**

PASTORAL DA

- ❑ Formação dos agentes.
- ❑ Elaboração de projetos.
- ❑ Organização e reflexão sobre métodos e ações.
- ❑ Busca de teorias que sustentem a reflexão.

Reflexão de fora

Slide 13: Pastoral da periferia – formação dos agentes e elaboração de projetos – organização e reflexão sobre métodos e ações. Requisitos básicos para uma pastoral pensada. Há uma funcionalidade e uma utilidade para uma pastoral assim denominada: o que são periferias, como se organizam, sua localização, seus membros, suas ações, modos de trabalho, necessidades (reflexão de fora) – é a busca teorias que sustentem a reflexão – necessária.

O problema está no fato desta periferia ser considerada em bloco, como uma coisa só, como se toda periferia fosse igual.

PASTORAL NAS

- ❑ O agente **se faz presente** onde as pessoas estão.
- ❑ A presença deve ser **empática**.
- ❑ Priorizar a via da **caridade**.
- ❑ O **diálogo** é sempre necessário.
- ❑ Experiência feita **em conjunto**.
- ❑ Ações pensadas **a partir** desta experiência.

Olhar de dentro

Slide 14: Pastoral nas periferias – olhar de dentro. O agente **se faz presente** lá onde as pessoas estão, com suas alegrias e dores, festas e lutos. Esta presença deve ser **empática**, que sente com o outro, que aprende a compreender o modo de ser do outro, **dos diferentes outros**. Aqui se prioriza a **via da caridade**.

DIÁLOGO



Slide 15: Para isto o **diálogo** é sempre necessário, para que as “sementes do verbo” ali presentes sejam identificadas e estimuladas. O que significa dialogar em um mundo de monologantes? (“Conte-me, perdoe-me, te amo” – Psiquiatra Luis Rojas Marcos em entrevista a El País).

Se procedemos assim, a **profecia** pode acontecer. O anúncio e a denúncia não consistirão em uma catequese programada e pronta, mas se darão a partir da **experiência feita em conjunto**. As **ações** serão pensadas a partir desta experiência.

A **liturgia** consistirá em celebração da vida das pessoas, em ação de graças pelo bem que pode ser percebido como dom e em súplicas pelas necessidades de cada um e de todos.

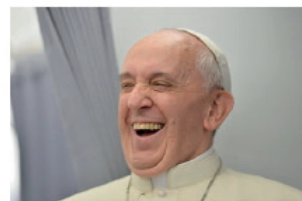
A **caridade**, a Lei de Cristo, já inscrita nos corações, será lembrada e experienciada. (Carregai os fardos uns dos outros, assim cumprireis a Lei de Cristo (Gal 6,2)

Caso 1: pastoral da criança – mulher com muitos filhos – ligar trompas (pastoral da).

Caso 2: Bogotá CELAM – aborto.

FONTES

- ❑ Concílio Vaticano II
- ❑ CELAM
- ❑ Papa Francisco



Slide 16: Fontes

Para uma Pastoral nas periferias, ouviremos com atenção, como já dissemos anteriormente, o que nos ensina o Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais latino- americanas, sobretudo a de Aparecida, e o papa Francisco.

VATICANO II

- ❑ **O Concílio Vaticano II** nos propôs uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea.
- ❑ Produziu um movimento de renovação na Igreja, movimento que tem como base o próprio Evangelho.
- ❑ A questão é poder contar com uma Igreja renovada, convertida, que se interroga diante do mundo atual, mundo que é uma fábrica de periferias, que fabrica periféricos.

Slide 17: Vaticano II: Podemos dizer que o Vaticano II nos propôs uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea. Por isto produziu um movimento de renovação na Igreja, movimento que tem como base o próprio Evangelho. A questão é poder contar com uma Igreja renovada, convertida, que se interroga diante do mundo atual, mundo que é uma fábrica de periferias, que fabrica periféricos.⁹

CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS

Medellín, Puebla e Santo Domingo

- ☐ Evangelização relacionada aos “**sinais dos tempos**”
- ☐ Opção preferencial pelos **pobres**.
- ☐ Opção preferencial pelos **jovens**.
- ☐ **Inculturação** do Evangelho.
- ☐ **Promoção humana**.



Slide 18: Conferências episcopais:

. **Medellín (1968):** A Evangelização deve estar relacionada aos “**sinais dos tempos**”. Não pode ser a-temporal nem a-histórica, Com efeito, os “sinais dos tempos”, que em nosso continente se manifestam, sobretudo na área social, constituem um “lugar teológico” e interpelação de Deus.¹⁰

Puebla (1978): Opção preferencial pelos pobres (p. 306) e pelos jovens (p. 313).

Santo Domingo (1992): Inculturação do Evangelho, promoção humana.

9 RICCARDI Andrea. <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/567509-andrea-riccardi-o-mundo-atual-e-uma-fabrica-de-periferias-que-fabrica-perifericos>.

10 CONCLUSÕES da Conferência de Medellín – 1968. 30 anos depois Medellín é ainda atual? Texto oficial. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 120.

APARECIDA

Discípulo missionário: a serviço da vida plena para todos.

- A Igreja **necessita de uma forte comoção** que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente (362).
- A pastoral da Igreja **não pode prescindir** do contexto histórico onde vivem seus membros. Sua vida acontece em contextos socioculturais bem concretos (367).
- A Igreja tem feito uma **opção pela vida**. Esta nos projeta necessariamente para **as periferias mais profundas da existência** (417).
-

Slide 19: Aparecida (2007): “A missão dos discípulos: a serviço da vida plena para todos” (358)

“A Igreja necessita de uma forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente. Necessitamos que cada comunidade cristã se transforme num poderoso centro de irradiação da vida em Cristo. Esperamos um novo Pentecostes que nos livre do cansaço, da desilusão, da acomodação ao ambiente; esperamos uma vinda do Espírito que renove nossa alegria e nossa esperança” (362).

“A pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. Sua vida acontece em contextos socioculturais bem concretos. Estas transformações sociais e culturais representam naturalmente novos desafios para a Igreja em sua missão de construir o Reino de Deus. Em fidelidade ao Espírito santo que a conduz, nasce dali a necessidade de uma renovação eclesial, que envolve reformas espirituais, pastorais e também institucionais” (367).

“A Igreja tem feito uma opção pela vida. Esta nos projeta necessariamente para as periferias mais profundas da existência: o nascer e o morrer, a criança e o idoso, o são e o enfermo. São Irineu nos diz que “a glória de Deus é o homem vivo”, inclusive o fraco, o recém-nascido, o envelhecido pelos anos e o enfermo. Cristo enviou seus apóstolos a pregar o Reino de Deus e a curar os enfermos, verdadeiras catedrais do encontro com o Senhor Jesus” (417).

APARECIDA

- Reconhecendo e agradecendo o trabalho renovador que já se realiza em muitos centros urbanos, a **V Conferência propõe e recomenda** uma nova pastoral urbana que:
- j) Ofereça **atenção especial** ao mundo do sofrimento urbano, isto é, que cuide dos caídos ao longo do caminho e aos que se encontram nos hospitais, encarcerados, excluídos, dependentes das drogas, habitantes das **novas periferias**, nas novas urbanizações e das famílias que, desintegradas, convivem de fato (517).

Slide 20: Reconhecendo e agradecendo o trabalho renovador que já se realiza em muitos centros urbanos, a V Conferência propõe e recomenda uma nova pastoral urbana que:

j) Ofereça atenção especial ao mundo do sofrimento urbano, isto é, que cuide dos caídos ao longo do caminho e aos que se encontram nos hospitais, encarcerados, excluídos, dependentes das drogas, habitantes das **novas periferias**, nas novas urbanizações e das famílias que, desintegradas, convivem de fato (517).

PAPA FRANCISCO

Colocou as periferias na agenda do dia e na consciência do mundo

- Somos todos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as **periferias** que precisam da luz do Evangelho (EG 20).
- A Igreja em saída é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às **periferias humanas**, não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr de parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho (EG 46)

Slide 21: Papa Francisco:

Colocou as periferias na agenda do dia e na consciência do mundo.

EG 20: “Somos todos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as **periferias** que precisam da luz do Evangelho”

30:

EG 46: “A Igreja em saída é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às **periferias** humanas, não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr de parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho”, 63:

PAPA FRANCISCO

- Animados pelos seus Pastores, os cristãos são chamados, em todo o lugar e circunstância, a **ouvir o clamor dos pobres**, como bem se expressaram os Bispos do Brasil:
- Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das **periferias urbanas e das zonas rurais** – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos (EG 191).

Slide 22: 191: “Animados pelos seus Pastores, os cristãos são chamados, em todo o lugar e circunstância, a ouvir o clamor dos pobres, como bem se expressaram os Bispos do Brasil: ‘Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das **periferias** urbanas e das zonas rurais – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos o fato de saber que existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício.’ ¹¹”

11 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Documento *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome* (Abril de 2002), Introdução, 2.

O QUE JÁ SABEMOS

- ❑ Precisamos de uma **pastoral nas periferias** geográficas, sociais e existenciais.
- ❑ Não levar a sério as periferias é ignorar a história do cristianismo, porque as periferias apontam para o seu coração.
- ❑ O cristianismo nasceu em uma terra da periferia do Império Romano, na Galileia, na periferia da periferia.
- ❑ O Cristianismo nasceu nos subúrbios e se renova nas periferias.

Slide 23: Sabemos, então, que precisamos de uma pastoral nas periferias geográficas, sociais e existenciais, mas percebemos que não conseguimos. Dom Luciano: “A Igreja fez a opção pelos pobres, mas os pobres não fizeram a opção pela Igreja, por que será? ”

Sabemos também que não levar a sério as periferias é ignorar a história do cristianismo, porque as periferias apontam para o seu coração. O cristianismo nasceu em uma terra da periferia do Império Romano e na Galileia, na periferia da periferia. O Cristianismo nasceu nos subúrbios e se renova nas periferias.

Sabemos que Jesus nasceu e viveu na periferia de Israel e do Império romano e se importou com aqueles que lá viviam. Sua missão foi exercida nas periferias da vida.

O QUE JÁ SABEMOS

- ❑ Assim, devemos **ir para as periferias**, para voltar ao centro, porque as periferias são um lugar privilegiado, uma terra sagrada, lugar teológico por excelência.
- ❑ “Precisamos ser **andarilhos da fé**, como fez Jesus”.
- ❑ Por isso, gosto de dizer que a posição do discípulo missionário não é uma posição de centro, mas de periferias: **vive em tensão para as periferias...** O discípulo-missionário é um descentrado; o centro é Jesus Cristo, que convoca e envia.

Slide 24: Assim, devemos ir para as periferias, para voltar ao centro, porque as periferias são um lugar privilegiado, uma terra sagrada, lugar teológico por excelência.¹² “Precisamos ser andarilhos da fé, como fez Jesus”. “Por isso, gosto de dizer que a posição do discípulo missionário não é uma posição de centro, mas de periferias: vive em tensão para as periferias... O discípulo-missionário é um descentrado; o centro é Jesus Cristo, que convoca e envia.” Assim nos diz Francisco.¹³

O QUE NOS IMPEDE



- O ‘endurecimento’ mental e espiritual.
- A planificação excessiva e o funcionalismo.
- A doença do ‘Alzheimer espiritual’.
- A indiferença para com os outros.
- O mundanismo espiritual, os exibicionismos.
- A autorreferencialidade.
- O clericalismo.

Slide 25: O que nos impede?

Vou falar de algumas doenças ou atitudes doentias que o Papa nos atribui constantemente:¹⁴

. **A doença do ‘endurecimento’ mental e espiritual**, ou seja, daqueles que possuem um coração de pedra e uma “cerviz dura” (At 7, 51); daqueles que, à medida que vão caminhando, perdem a serenidade interior, a vivacidade e a ousadia e escondem-se sob os papéis, tornando-se ‘máquinas de práticas’ e não ‘homens de Deus’ (cf. *Heb* 3, 12). É perigoso perder a sensibilidade humana, necessária para nos fazer chorar com os que choram e alegrar-nos com os que estão alegres! É a doença daqueles que perdem ‘os sentimentos de Jesus’ (cf. *Flp* 2, 5-11), porque o seu coração, com o passar do tempo, se endurece tornando-se incapaz de amar incondicionalmente o Pai e o próximo (cf. *Mt* 22, 34-40). De fato, ser cristão significa ‘ter os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus’ (*Flp* 2, 5), sentimentos de humildade e doação, desprendimento e generosidade.

12 Cf. RICCARDI Andrea. <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/567509-andrea-riccardi-o-mundo-atual-e-uma-fabrica-de-periferias-que-fabrica-perifericos>.

13 FRANCISCO, PP. Aos bispos responsáveis do CELAM. Pronunciamentos do papa Francisco no Brasil. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013, p. 70.

14 http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/december/documents/papa-francesco_20141222_curia-romana.html e Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*.

. **A doença da planificação excessiva e do funcionalismo** (ficamos na pastoral da). O Papa Francisco chama isto de pragmatismo cinzento da vida cotidiana da Igreja, no qual tudo procede dentro da normalidade, mas, na realidade, a fé vai se deteriorando e se degenerando na mesquinhez (EG 83).

A sua ação na Igreja é paralisante. Mais do que com a rota, se entusiasma com o “roteiro”. A concepção funcionalista não tolera o mistério, aposta na eficácia. Reduz a realidade da Igreja à estrutura de uma ONG. O que vale é o resultado palpável e as estatísticas. A partir disso, chega-se a todas as modalidades empresariais de Igreja. Constitui uma espécie de “teologia da prosperidade” no organograma da pastoral.¹⁵

. **Há também a doença do ‘Alzheimer espiritual’**, ou seja, o esquecimento da ‘história da salvação’, da história pessoal com o Senhor, do ‘primitivo amor’ (Ap 2, 4).

. **A doença da indiferença para com os outros, individualismo doentio ou o relativismo prático (EG 80)** - é agir como se Deus não existisse, decidir como se os pobres não existissem, sonhar como se os outros não existissem, trabalhar como se aqueles que não receberam o anúncio não existissem.

. **A doença do mundanismo espiritual, dos exibicionismos**, quando nós transformamos o serviço em poder, e o poder em mercadoria para obter lucros mundanos ou mais poder.

Mas também fala, em outros momentos:

. **A autorreferencialidade:** quando nos colocarmos como centro (nos funcionalizamos, nos tornamos administradores, controladores dos outros). A Igreja passa a ser mais importante que Jesus. Deixamos de ser servidores, *mysterium lunae*, como nos falavam os Santos Padres.

. **O clericalismo:** Uma tentação muito atual na América Latina. Curiosamente, na maioria dos casos, trata-se de uma **cumplicidade viciosa**: o sacerdote clericaliza, e o leigo lhe pede, por favor, que o clericalize, porque, no fundo, lhe resulta mais cômodo. O fenómeno do clericalismo explica, em grande parte, a falta de maturidade adulta e de liberdade cristã em boa parte do laicato da América Latina: ou não cresce (a maioria), ou se abriga sob coberturas de ideologizações como as indicadas, ou ainda em pertenças parciais e limitadas.¹⁶

15 FRANCISCO, PP. Aos bispos responsáveis do CELAM. **Pronunciamentos do papa Francisco no Brasil**. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013, p.75.

16 FRANCISCO, PP. Aos bispos responsáveis do CELAM. **Pronunciamentos do papa Francisco no Brasil**. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013, p.75.

O QUE NOS IMPEDE



- ❑ Quando guerreamos entre nós.
- ❑ Quando não somos 'Igreja em saída'.
- ❑ Quando somos cristãos que **se satisfazem em 'cumprir preceitos'**, deixando de lado a Lei de Cristo.
- ❑ Quando **trocamos o Evangelho pela doutrina**.
- ❑ Quando vivemos o **pessimismo estéril**.
- ❑ Quando **aceitamos ou fomentamos a desigualdade social** que gera violência – idolatria do dinheiro.

Slide 26

. **Quando guerreamos entre nós.** Lembrar que estamos no mesmo barco e vamos para o mesmo porto (EG 99).

. **Quando não somos 'Igreja em saída'**, discípulos missionários (nos tornamos uma Igreja de sacristia, de gabinetes).

. Quando somos cristãos que **se satisfazem em 'cumprir preceitos'**, deixando de lado a Lei de Cristo.

. Quando **trocamos o Evangelho pela doutrina** (ver EG 35).

. Quando vivemos o **pessimismo estéril – profetas da desgraça** (EG 84).

. Quando **aceitamos ou fomentamos a desigualdade social que gera violência – idolatria do dinheiro** (EG 55ss).

PROPOSTAS DE AÇÃO

- ☐ 'Primeirear'
- ☐ Envolver-se
- ☐ Acompanhar
- ☐ Frutificar
- ☐ Festejar

Slide 27: Propostas de ação

. 'Primeirear', envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar (EG 24).

A Igreja «em saída» é a comunidade de discípulos missionários que «primeireiam», que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam. **PRIMEIREIAM** – desculpai o neologismo –, **tomam a iniciativa!** A comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, precedeu-a no amor (cf. *1 Jo* 4, 10), e, por isso, ela sabe ir à frente, sabe **tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos**. Vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva. **Ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa!** Como consequência, a Igreja sabe “**ENVOLVER-SE**”. Jesus lavou os pés aos seus discípulos. O Senhor envolve-Se e envolve os seus, pondo-Se de joelhos diante dos outros para os lavar; mas, logo a seguir, diz aos discípulos: “Sereis felizes se o puserdes em prática” (*Jo* 13, 17). **Com obras e gestos**, a comunidade missionária **entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até à humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo**. Os evangelizadores **contraem assim o “cheiro das ovelhas”**, e estas escutam a sua voz. Em seguida, a comunidade evangelizadora dispõe-se a “**ACOMPANHAR**”. Acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam. **Conhece as longas esperas e a suportação apostólica**. A evangelização patenteia muita paciência, e evita deter-se a considerar as limitações. Fiel ao dom do Senhor sabe também “**FRUTIFICAR**”. A comunidade evangelizadora mantém-se atenta aos frutos, porque o Senhor a quer fecunda. **Cuida do trigo e não perde a paz por causa do joio**. O semeador, quando vê surgir o joio no meio do trigo, não tem reações lastimosas ou alarmistas. Encontra o modo para fazer com que a Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova, apesar de serem aparentemente imperfeitos ou defeituosos. O discípulo sabe oferecer a vida inteira e jogá-la até ao martírio como testemunho de Jesus Cristo, mas o seu sonho não é estar cheio de inimigos,

mas antes que a Palavra seja acolhida e manifeste a sua força libertadora e renovadora. Por fim, a comunidade evangelizadora jubilosa sabe sempre **“FESTEJAR”**: celebra e **festeja cada pequena vitória, cada passo em frente na evangelização**. No meio desta exigência diária de fazer avançar o bem, a evangelização jubilosa torna-se beleza na liturgia. A Igreja evangeliza e se evangeliza com a beleza da liturgia, que é também celebração da atividade evangelizadora e fonte dum renovado impulso para se dar.

. Fazer pastoral na periferia sendo inteiros, e isto significa valorizar também nosso corpo.

Para o povo o que fala primeiro é o corpo. Entre nós, costumeiramente, é o intelecto, é a razão. Necessitamos cada vez mais trabalhar com o corpo, com a saúde, com o gesto, com o toque. Como Jesus, os agentes de pastoral na periferia precisam tocar, comer peixe com pão, lavar e serem lavados, tocar e serem tocados, incluir na evangelização a dimensão do corpo e dos inúmeros corpos machucados nas cidades. Corpos pessoais e corpos sociais.

. Ser pessoas-cântaro para dar de beber aos outros (EG 86).

. Valorizar e pensar a questão do espaço.

A dimensão do espaço sempre se compõe **de dentro e de fora**. Os nossos *dentros* são sempre amplos. Casas paroquiais e religiosas, conventos, igrejas... sempre amplos e espaçosos. Os nossos *foras* não trazem tanta atenção e normalmente estão cercados por grades para impedir que os que de fora nos incomodem. O povo da periferia tem os *dentros* extremamente reduzidos. Por isso, as crianças de nossas periferias se sentem tão livres, querem correr, pular e gritar em nossas comunidades.

Nós, agentes, gostamos do *dentro*. No *dentro*, o povo se sente estranho. Gente pobre sente-se, bem fora e, principalmente, se houver multidão, música e andor. No *dentro*, quem manda é o padre. Na procissão é o povo quem sabe, quem é sujeito da fé e agente da evangelização.¹⁷

. Valorizar e pensar a questão do tempo

Há uma diferença profunda entre o tempo de um agente de pastoral (especialmente se for padre) e o tempo do povo. Os agentes acumulam tempo mais que migalhas de ouro. O tempo de um agente de pastoral é supercontrolado. As agendas e calendários vivem recheados de reuniões, onde se marcam novas reuniões... Deveríamos ligar nosso voto de pobreza não só ao dinheiro, mas também ao tempo que oferecemos ao povo, com gratuidade.¹⁸

. Pensar na linguagem utilizada

¹⁷ ALTEMEYER JUNIOR, Fernando Publicado em Vida pastoral Julho-Agosto de 1990 (pp. 19-25) **Pastoral da periferia**.

¹⁸ Ibid.

Nós todos falamos mais nas entrelinhas do que pelas palavras. Nós sempre comunicamos nosso sentimento e carregamos as palavras de sentimento. Poder-se-ia dizer que a palavra é a máscara dos sentimentos. O povo pobre se comunica, nas periferias, gritando pelos sentimentos. E sua vida é marcada por duas situações limites, sempre constantes: **dor e nudez**. Toda comunicação sempre está composta de dor e nudez. Isso pode, no entanto, servir para o crescimento e a descoberta dos valores mais profundos, ou levar à alienação e manipulação das pessoas pelos interesses das classes dominantes. **O encontro dos agentes com o povo deve assumir a dor e a nudez dos pobres.**

Até que ponto não estamos enchendo demais nossas celebrações na periferia com palavras? Os símbolos e a vida estão falando? Ou precisamos estar sempre explicando e dissecando? **Na religião popular o símbolo fala por si**. Declara a dor e se deixa ser penetrado, revelado. Nossos símbolos, celebrações, encontros declaram a dor, deixam-se relevar, ajudam o povo a se comunicar, ou nosso discurso é língua de “gregos”? Teologia de “gregos”? Pastoral da letra ou do Espírito Santo?¹⁹

. **Fazer acontecer a “revolução da ternura”.**

Esta é uma expressão muito frequente nas falas do Papa Francisco. Disse assim aos bispos do CELAM, no Rio:

Na América Latina e no Caribe, existem pastorais “distantes”, pastorais disciplinares que privilegiam os princípios, as condutas, os procedimentos organizacionais..., obviamente sem proximidade, sem ternura, nem carinho.

Ignoramos, muitas vezes, a “**revolução da ternura**”, revolução que provocou a encarnação do Verbo. Há pastorais posicionadas com tal dose de distância que são incapazes de conseguir o encontro: encontro com Jesus Cristo, encontro com os irmãos. Este tipo de pastoral pode, no máximo, prometer uma dimensão de proselitismo, mas nunca chega a conseguir inserção nem pertença eclesial.²⁰

Na *Evangelii Gaudium*, ele nos diz que o ideal cristão convidará sempre a superar a suspeita, a desconfiança permanente, o medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo atual. E continua: Muitos tentam escapar dos outros fechando-se na sua privacidade confortável ou no círculo reduzido dos mais íntimos, e renunciam ao realismo da dimensão social do Evangelho. Porque, assim como alguns quiseram um Cristo puramente espiritual, sem carne nem cruz, também se pretendem relações interpessoais mediadas apenas por sofisticados aparatos, por telas e sistemas que se podem acender e apagar à vontade. Entretanto o Evangelho convida-nos sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela, com o seu sofrimento e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado. A verdadeira fé no Filho de Deus

19 Ibid.

20 FRANCISCO, PP. Aos bispos responsáveis do CELAM. Pronunciamentos do papa Francisco no Brasil. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013, p..

feito carne é inseparável do dom de si mesmo, da pertença à comunidade, do serviço, da reconciliação com a carne dos outros. **Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura.**²¹

Penso que só assim, reconhecendo nossas dificuldades e pensando no que devemos ainda fazer é que teremos **uma verdadeira pastoral nas periferias** e não das periferias.

Que o Espírito nos ilumine!

21 FRANCISCO, PP. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013, 88.

Observações críticas sobre as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2019-2023

Manoel José de Godoy¹

As observações que seguem querem ajudar no processo de recepção das DGAE por nossas Igrejas Locais, sobretudo na produção dos seus planos de pastoral ou projetos de evangelização. Começamos pelo conceito de recepção.

“Recepção é o processo pelo qual um corpo torna sua uma verdade, uma determinação que não se deu a si mesmo, reconhecendo que a medida promulgada é uma regra que convém à sua vida. A recepção é mais do que obediência. É uma contribuição própria de consentimento, eventualmente de juízo, na qual se expressa a vida de um corpo que exerce suas capacidades espirituais”.²

As Diretrizes entram no processo de recepção do Concílio Vaticano II na história pastoral da Igreja no Brasil. Começamos com o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), passamos para as Diretrizes Pastorais (1975-1994), depois para as Diretrizes da Ação Evangelizadora (1975...). Agora, com as DGAE (2019-2023), os bispos do Brasil traduziram as coordenadas do Concílio em pontos concretos:

1. Serviram-se da atenção aos Sinais dos Tempos (GS 11) para acentuar que a realidade urbana é o grande desafio pastoral de hoje.

2. Os quatro pilares encontram seu fundamento nas grandes constituições do Concílio: *Lumen Gentium*, *Dei Verbum*, *Gaudium et Spes*, *Sacrosanctum Concilium* e no Decreto *Ad Gentes*.

3. Atualizam as leituras destes documentos à luz do Magistério do Papa Francisco: *Evangelii Gaudium*, *Laudato Sí*, *Gaudete et Exsultate*, *Misericordiae Vultus*, *Amoris Laetitia*, *Christus Vivit*...

1 Síntese das Diretrizes

Objetivo Geral

EVANGELIZAR no Brasil cada vez mais urbano, pelo anúncio da Palavra de Deus,

1 Mestre em teologia. Professor de teologia pastoral na Faculdade Jesuíta. Membro de Ameríndia

2 Y. CONGAR, “La réception comme réalité ecclésiologique” (*Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques* 56, 1972, 369-403), 370.

formando discípulos e discípulas de Jesus Cristo, em *comunidades eclesiais missionárias*, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, cuidando da Casa Comum e testemunhando o Reino de Deus rumo à plenitude.

Sumário

Introdução

Capítulo 1: O anúncio do Evangelho de Jesus Cristo

Capítulo 2: Olhar de discípulos missionários

Capítulo 3: A Igreja nas casas

Capítulo 4: A Igreja em missão

Conclusão

Na introdução, os bispos assim se expressam:

Avançando no processo das DGAE, especialmente diante da cultura urbana, cada vez mais abrangente, as DGAE 2019-2023 estão estruturadas a partir da imagem da comunidade cristã como “casa”, “construção de Deus” (1Cor 3,9). No centro, como eixo, está a *Comunidade Eclesial Missionária*, sustentada por “quatro pilares”: Palavra, Pão, Caridade e Missão. Em cada um deles, as antigas urgências são reagrupadas e permanecem mostrando sua atualidade:

Pilar 1: Palavra – Iniciação à Vida Cristã e Animação Bíblica;

Pilar 2: Pão - Liturgia e espiritualidade;

Pilar 3: Caridade - Serviço à vida plena;

Pilar 4: Missão - estado permanente.

Como metodologia, os bispos se serviram da metáfora da casa, entendida da seguinte maneira:

Casa, entendida como “lar” para os seus habitantes, acentua as perspectivas pessoal, comunitária e social da evangelização, inserindo, no espírito da *Laudato Si*, a perspectiva ambiental.

“Criar ‘lar’ é, em última análise, ‘criar família; é aprender a sentir-se unido aos outros, sem olhar a vínculos utilitaristas ou funcionais, unidos de modo a sentir a vida um pouco

mais humana.

Criar lares, 'casas de comunhão', é permitir que a profecia encarne e torne as nossas horas e dias menos rudes, menos indiferentes e anônimos. É criar laços que se constroem com gestos simples, diários e que todos podemos realizar.

Como todos sabemos muito bem, um lar precisa da colaboração de todos. Ninguém pode ficar indiferente ou alheio, porque cada qual é uma pedra necessária na sua construção. Isto implica pedir ao Senhor que nos conceda a graça de aprender a ter paciência, aprender a perdoar-nos; aprender cada dia a recomeçar”.

Casa é aqui a imagem que se pode pensar de maior proximidade às pessoas, ao lugar onde vivem, mesmo àquelas que só têm a rua como casa.

Ela indica a proximidade relacional entre as pessoas que ali convivem. Indica igualmente a necessidade da Igreja se fazer cada vez mais presente nos locais onde as pessoas estão, seja onde for.

Essa casa é a comunidade eclesial missionária. Suas portas estão continuamente abertas para o duplo movimento permanente: entrar e sair. São portas que acolhem os que chegam para partilhar suas alegrias e sanar suas dores. Estão igualmente abertas para sair em missão, anunciando Jesus Cristo e seu Reino, indo ao encontro do outro, especialmente dos pobres e sofredores.

Em tudo isto, o rosto de misericórdia do Cristo Senhor é manifestado. Assim, missão e comunidade são como dois lados da mesma moeda. A comunidade eclesial autêntica é, necessariamente, missionária e toda missão se alicerça na vida de comunidade e tende a gerar novas comunidades.

Capítulo 1

O anúncio do Evangelho de Jesus Cristo

- 1.1. Fidelidade a Jesus Cristo, Missionário do Pai
- 1.2. Igreja: Comunidade de discípulos missionários de Jesus Cristo
- 1.3. Missão: anúncio que se traduz em palavras e gestos
- 1.4. Cultura urbana: desafio à missão
- 1.5. Comunidades eclesiais missionárias no contexto urbano

Capítulo 2

Olhar de discípulos missionários

- 2.1. Contemplar para sair em missão em um mundo que se transforma
- 2.2. Uma *cidade* onde Deus habita
- 2.3. A vida na grande *cidade mundial*
- 2.4. O Senhor está no meio de nós!

Capítulo 3

A igreja nas casas

- 3.1. A Casa da Comunidade
- 3.2. Comunidade de comunidades
 - 3.2.1: Pilar da Palavra – Iniciação à Vida Cristã e Animação Bíblica
 - 3.2.2: Pilar do Pão - Liturgia e espiritualidade
 - 3.2.3: Pilar da Caridade - Serviço à vida plena
 - 3.2.4: Pilar da Ação Missionária: estado permanente
- 3.3. Rumo à Casa da Santíssima Trindade

Capítulo 4

A igreja em missão

O empenho por constituir comunidades cristãs maduras na fé deve, portanto, ser a meta das dioceses, paróquias, CEBs, comunidades novas, movimentos, associações, serviços e famílias.

- 4.1. A Comunidade-Casa
 - 4.1.1. Casa: espaço do encontro
 - 4.1.2. Casa: lugar da ternura
 - 4.1.3. Casa: lugar das famílias
 - 4.1.4. Casa: lugar de portas sempre abertas
- 4.2. Os pilares da comunidade

4.2.1 Pilar da Palavra: animação bíblica e iniciação à vida cristã

4.2.2 Pilar do Pão: liturgia e espiritualidade

4.2.3 Pilar da caridade: a serviço da vida

4.2.4 Pilar da Missão: estado permanente

Os bispos apresentam ainda pistas concretas sobre cada pilar, na tentativa de tornar as DGAE aplicáveis em cada realidade local.

Encaminhamentos práticos para cada pilar da casa-comunidade eclesial missionária

4.2.1 Pilar da Palavra: animação bíblica e iniciação à vida cristã

Assumir o caminho de iniciação à vida cristã

Revisar o dinamismo das comunidades eclesiais missionárias

Incentivar iniciativas ecumênicas de encontros fraternos e de formação bíblica

Universalizar o acesso à Sagrada Escritura

Priorizar pequenas comunidades eclesiais

Difundir essas comunidades eclesiais

Assumir a leitura orante da Palavra como o método por excelência

Implantar centros de estudo sobre a Palavra de Deus

Utilizar o potencial das redes sociais

4.2.2 Pilar do Pão: liturgia e espiritualidade

A liturgia é o coração da comunidade.

Incentivar a criação da pastoral litúrgica; valorizar o ministério da celebração da Palavra de Deus; cuidar da qualidade da música litúrgica.

É necessário promover uma liturgia essencial, que não sucumba aos extremos do subjetivismo emotivo nem tampouco da frieza e da rigidez rubricista e ritualística.

É necessário evitar a separação entre culto e misericórdia, liturgia e ética, celebração e serviço aos irmãos.

Resgatar a centralidade do domingo como Dia do Senhor por meio da participação na Missa Dominical ou, faltando essa, na Celebração da Palavra.

Onde efetivamente não for possível celebrar a Eucaristia, realizam-se celebrações da Palavra de Deus.

Incentivar a piedade popular; Valorizar o canto litúrgico.

Respeitar o ano litúrgico nas suas especificidades, tanto no conteúdo quanto na forma; Zelar pela qualidade da homilia.

Reconhecer que o trabalho dos meios de comunicação social de inspiração católica é um dom de Deus para a Igreja no Brasil.

4.2.3 Pilar da caridade: a serviço da vida

Promover a solidariedade com os sofredores nas cidades.

Priorizar as ações com as famílias e com os jovens, como resposta concreta aos sínodos da família (2014 e 2015) e da juventude (2018).

Aguçar a atenção às inúmeras e novas formas de sofrimento e exclusão

Integrar o contato com a Palavra de Deus.

Desenvolver grupos de apoio às vítimas dos desumanos atos e processos de violência nas suas mais variadas formas, bem como todos os atentados contra a vida.

Encorajar o laicato a continuar o empenho apostólico, inspirado na Doutrina Social da Igreja, pela transformação da realidade a partir do engajamento consciente em todas as realidades temporais: política partidária, pastorais sociais, mundo da educação, conselhos de direitos, elaboração e acompanhamento de políticas públicas, o cuidado da natureza e todo o planeta,

Continuar apoiando a organização do conselho do laicato nos níveis nacional, regional e local.

Contribuir para o resgate do espaço público da cidade como ágora e foro, lugar de encontro, convivência, deliberação e inclusão dos “não citadinos”, “meios citadinos” ou “resíduos urbanos”, de modo que se garanta para todos o direito de ser cidade.

Inserir na lista de prioridades das comunidades de fé o cuidado para com a Casa Comum, implantar a Pastoral da Ecologia, sob a égide da Ecologia Integral, que comporte um novo modo de estar e viver no mundo.

Apoiar e incentivar as pastorais da mobilidade humana em todas as esferas da Igreja.

Assumir como prioridade a promoção da paz com a superação da violência em todas as suas formas. Não ao armamento.

Ser a voz dos que clamam por vida digna: Terra, trabalho e teto são as três palavras chave, expressão das preocupações centrais do Papa Francisco com a situação dos excluídos do mundo contemporâneo.

Firmar e fortalecer, a partir da identidade cristã, as iniciativas de diálogo ecumênico e inter-religioso.

4.2.4 Pilar da Missão: estado permanente

Investir em comunidades que se auto compreendam como missionárias, em estado permanente de missão, indo além de uma pastoral de manutenção e se abrindo a uma autêntica conversão pastoral.

Acompanhar de perto a realidade urbana com a criação de observatórios ou organismos semelhantes que percebam os ritmos de vida das cidades, suas tendências e alterações.

Desenvolver os projetos de visitas missionárias a áreas e ambientes mais distanciados da vida da Igreja.

Favorecer a missão e a comunhão pastoral entre as Igrejas que atuam nas grandes metrópoles brasileiras.

Dinamizar ainda mais as ações *ad gentes* com o intercâmbio além-fronteiras de discípulos e o revigoramento da experiência das Igrejas-Irmãs.

Considerar o investimento de tempo energia e recursos com os jovens uma prioridade pastoral histórica.

Formar acompanhadores de jovens, promover missões juvenis em vista da renovação de experiências de fé e de projetos vocacionais e abrir espaços para que os jovens criem novas formas de missão, por exemplo, nas redes sociais.

Investir na presença nos Meios de Comunicação Social, especialmente nas redes sociais.

Valorizar, urgentemente, como espaços missionários os hospitais, as escolas e as universidades, o mundo da cultura e das ciências, os presídios e outros lugares de detenção.

Priorizar a pessoa como objetivo da ação missionária. A Cultura do Encontro deve

ser o pano de fundo para a missão permanente.

Implantar e aperfeiçoar os Conselhos Missionários em todos os níveis (paróquia, diocese e regional) deve ser uma meta perseguida por toda a Igreja no Brasil.

Promover as Pontifícias Obras Missionárias

Acolher e concretizar as prioridades e projetos do Programa Missionário Nacional: formação, animação missionária, missão *ad gentes* e compromisso social e profético.

Olhar a Amazônia como um dom de Deus e, por isso mesmo, como uma responsabilidade para todos os brasileiros, mais imediata para os que lá se encontram, na certeza, porém, de que somos todos corresponsáveis.

Valorizar a dimensão mariana e outras formas de piedade popular na evangelização e missionariedade da Igreja.

Conclusão: aqui está expressa a grande preocupação da CNBB, a operacionalidade das DGAE da parte das Dioceses do Brasil.

Estas Diretrizes foram elaboradas para ajudar a Igreja no Brasil a responder aos desafios evangelizadores num mundo e num país cada vez mais urbanos.

Como resposta inculturada a esses desafios, as Diretrizes destacam de modo central a importância das *comunidades eclesiais missionárias*, com a imagem da casa, sustentada sobre pilares.

Essas Diretrizes precisarão inspirar a formação, o planejamento e as práticas de todas as instâncias eclesiais: comissões pastorais da Conferência Episcopal, Regionais, Igrejas particulares, paróquias, seminários, pastorais, comunidades ambientais, movimentos, associações, novas comunidades, organismos, universidades e escolas católicas, meios de comunicação eclesiais, entre outros.

Assim, cada Igreja particular elaborará seu Plano de Pastoral. Também as paróquias e as diversas comunidades são chamadas a fazê-lo.

Observações críticas

1. Quanto ao objetivo geral, já faz tempo que a CNBB abandonou seu tom mais profético:

1979	2008
Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo.	Evangelizar, a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade fraterna, “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

2011	2019
Evangelizar, a partir de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres para que todos tenham vida (cf. Jo 10,10) rumo ao Reino definitivo	EVANGELIZAR no Brasil cada vez mais urbano, pelo anúncio da Palavra de Deus, formando discípulos e discípulas de Jesus Cristo, em <i>comunidades eclesiais missionárias</i> , à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, cuidando da Casa Comum e testemunhando o Reino de Deus rumo à plenitude.

Os pobres no fim. Já faz tempo que o missiólogo Paulo Suess chama a atenção para o abandono do tom mais profético das DGAE. **É impressionante que algumas de suas observações continuam atuais, frente a edição mais recente das Diretrizes. Vou me servir de algumas notas do Suess, mas vou levar em conta as Diretrizes de 2019 a 2023.**

A continuidade das DGAE está na evangelização, na opção pelos pobres e no anúncio do Reino de Deus e da Vida. As mudanças significativas que se percebem nos Objetivos gerais de 2011 em diante se encontram em seu cunho nitidamente introvertido. A Igreja das Diretrizes gira em torno de si mesma e perdeu, aparentemente, o horizonte da “libertação integral do homem” (1979) e da “construção de uma sociedade justa e solidária” (2008) de outros tempos. As palavras-chave, na ordem das Diretrizes de 2019 são: evangelizar, Brasil urbano, Palavra de Deus, discípulos de Jesus Cristo, comunidades eclesiais missionárias, a opção preferencial pelos pobres, casa comum e Reino de Deus.

Há uma divergência sobre o ponto de partida para a evangelização: evangelizar “a partir da opção pelos pobres” (1979) ou evangelizar “a partir de Jesus Cristo” (2011 e 2015) agora a partir do mundo urbano (2019).

O mundo urbano é lido a partir da chave fenomenológica cultural, onde os verdadeiros conflitos são descritos, porém falta uma visão mais estrutural, onde eles apareçam como consequência do modelo econômico excludente.

Evangelizar a partir da realidade social ou da revelação e doutrina? O “a partir de” pode apontar para um ponto de partida geográfico-social (“a partir do lugar dos pobres”) ou para uma fonte doutrinal (“a partir de Jesus Cristo”). Não devemos confundir “lugar” com “fonte”. Para definir o uso da fonte doutrinal, precisa-se dizer antes a partir de que lugar sociogeográfico se faz uso daquela fonte. A fonte é um instrumento a serviço da causa dos pobres. “Fonte” e “lugar” apontam para níveis diferentes.

Desde o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-70), a pastoral no Brasil, bem como a CNBB, se estruturou a partir dos documentos fundamentais do Concílio Vaticano II, conferindo uma racionalidade bastante razoável à caminhada eclesial. As seis linhas, como eram chamadas, se serviam das orientações da *Lumen Gentium*, *Ad Gentes*, *Dei Verbum*, *Sacro-sanctum Concilium*, *Unitatis Redintegratio* e *Gaudium et Spes*. De 1975 a 1994, as DGAE assim se organizavam.

Em 1995, no afã de dar mais dinamismo à ação evangelizadora, as seis linhas foram reagrupadas em torno das exigências da evangelização: Serviço, Anúncio, Diálogo e Testemunho da Comunhão.

Em 2011, sob a inspiração do documento de Aparecida, que visava dar um cunho mais missionário à ação eclesial, as DGAE passaram a contemplar as cinco urgências: estado permanente de missão, iniciação à vida cristã, animação bíblica da vida e da pastoral, comunidade de comunidades e serviço à vida plena para todos.

Em 2019, a proposta é utilizar a metáfora da casa, no contexto urbano, e quatro pilares: Palavra, Pão, Caridade e Missão.

Críticas rápidas

1. Desde que a CNBB perdeu o rumo e a profecia, ela não conseguiu mais empolgar as Igrejas Locais, para a elaboração de seus planos.

2. Quando ela seguia o método indutivo (ver, julgar e agir), ela sabia de onde partia e para onde ia.

3. Sob os efeitos da perspectiva dos dois pontífices anteriores a Francisco, a CNBB começou com essa perspectiva de “a partir da doutrina” e não mais da realidade; como que partindo de uma verdade a ser anunciada, independente da realidade a ser evangelizada.

4. Agora, elegeram a perspectiva urbana como ponto de partida, mas numa leitura fenomenológica “culturalista”, porque têm medo do viés mais sistêmico, mais próximo do viés marxista.

5. Pobre leitura da cidade, sempre com chavões (consumismo, individualismo, relativismo, pluralismo), sem dizer com clareza que a cidade no contexto capitalista e neoliberal sempre está preocupada em privilegiar as classes mais abastadas, empurrando os pobres para as encostas e lugares propícios para enchentes.

6. Nem ao menos as lógicas da cidade (na perspectiva do Libânio) foram levadas em conta. Com elas, teríamos uma visão mais estrutural da cidade.

7. Se adotassem a epistemologia da TdL, teriam o olhar dos pobres para ver a cidade e perceberiam que lazer, transporte, saneamento e outras esferas não são consideradas quando se trata de bairros periféricos, onde moram os descartáveis (como atesta o Papa Francisco).

8. São citadas com propriedade as situações de deterioro que vive o povo, sobretudo nas grandes cidades, mas de uma maneira fenomenológica e não estrutural. Pois se assim fosse, teriam que deixar claro que tais situações são frutos da opção pelo modelo neoliberal capitalista. Se tivessem se servido da Exortação Pós-Sinodal “Ecclesia in América”, teriam retornado à perspectiva mais profética, denunciando a verdadeira raiz das desigualdades sociais tão explícitas nas cidades: visão economicista. “Domina cada vez mais, em muitos Países americanos, um sistema conhecido como « neo-liberalismo »; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis de mercado como parâmetros absolutos a prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo.” Ecclesia in America, 56).

9. A ordem dos quatro pilares (Palavra, Pão, Caridade e Missão) também mostra que a realidade vem depois. Poder-se-ia começar com a caridade, pois a Igreja existe para servir. Tudo o mais é consequência.

10. Muito texto para justificar aqui e acolá as opções feitas, mas poder-se-ia reduzir pela metade, com indicações mais proféticas e contundentes.

11. A CNBB continua sem rumo, sem profecia... a linha cultural/fenomenológica, com medo da perspectiva marxista, não permite uma leitura mais sistêmica da realidade.

12. É possível perceber nas entrelinhas a antiga profecia, um tanto tímida e acanhada.

13. Aguardemos o desafiante exercício da nova presidência, em tempos de fortes polarizações.

Solidariedade como princípio de organização pastoral e eclesial

Matheus da Silva Bernardes¹

Resumo: O presente trabalho retoma a ideia de *solidariedade cristã* apresentada por J. Sobrino e verifica se ela não pode ser introduzida como categoria de organização pastoral e, até mesmo, eclesial. Os desafios da atualidade são imensos; parecera que o centro da atividade eclesial já não está no anúncio do Reino de Deus aos mais pobres (Lc 4,18), mas a manutenção das estruturas eclesiais. Para que a pastoral e a própria Igreja não percam sua relevância no século XXI é fundamental recolher aquilo que o Documento de Aparecida (365-372) já mencionou e que Francisco, em seu Pontificado (EG 15), tem insistido: não basta uma pastoral de manutenção; uma decidida pastoral missionária é urgente. Não seria a solidariedade um caminho possível que incentive a conversão pastoral e eclesial almejada?

Palavras-chaves: Solidariedade; J. Sobrino; Pastoral; Igrejas Particulares

Abstract: This paper recolects the idea of *Christian solidarity* presented by J. Sobrino and verifies if it cannot be introduced as category of pastoral, and even eclesial, organization. The challenges of the present days are huge; it seems the center of eclesial activity is not anymore the preaching of God's Kingdom to the poor (Lk 4,18), but the mantance of Church structures. It is fundamental to the Church to take over what is already meant on Aparecida's final document (365-372) and what Pope Francis stresses: a mantance pastoral care is not enough (EG 15); a missionary pastoral care is urgent. Would not be solidarity a possible way to achieve the desired pastoral and eclesial conversion?

INTRODUÇÃO

No capítulo terceiro da Epístola aos Colossenses, lê-se: “Suportai-vos uns aos outros” (Cl 3,1). Inspirado pela frase, J. Sobrino escreveu um artigo sobre a solidariedade cristã, publicado originalmente no periódico *Estudios Centroamericanos*, em 1982, e posteriormente recopilado no livro *El principio-misericordia: bajar de la cruz a los pueblos crucificados*, em 1992. A intenção original do autor foi justificar o giro de compreensão da própria Teologia já não só como *intellectus fidei*, mas como *intellectus amoris*. Nesse sentido, a solidariedade emerge no horizonte da reflexão teológica como categoria epistemológica fundamental para

1 Presbítero da Arquidiocese de Campinas/ SP e aluno do programa de pós-graduação – doutorado em Teologia Sistemática – da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) – Belo Horizonte/ MG. Especialista em Teologia Pastoral pela mesma instituição (2018). Mestre em Teologia Sistemática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – São Paulo/ SP (2008). Graduado em Teologia pela PUC-Chile – Santiago do Chile (2006), tendo seu título reconhecido no Brasil pela Faculdade Dehoniana – Taubaté/ SP (2015). Professor do curso de extensão de Teologia para leigos do Centro Universitário Salesiano (Unisal) – Campinas/ SP, e de Antropologia Teológica da PUCC – Campinas/ SP. Autor de estudos sobre a relação natureza e graça, sobretudo a partir dos pensamentos de Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, e a Cristologia latino-americana, principalmente a partir da Conferência de Medellín (1968) e dos escritos de J. Sobrino. É membro dos grupos de pesquisa Teologia e Pastoral (FAJE), que estuda caminhos para a ação pastoral hoje, e Teologia Litúrgica (PUC-SP), que pesquisa a Filosofia de X. Zubiri e sua interface com a Teologia. O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES – código de financiamento 001. E-mail: pe.matheusbernardes@gmail.com

a promoção da mudança citada: a *Teo-logia* não é produto de um esforço teórico, mas fruto de uma práxis.

A solidariedade deve ser entendida a partir da realidade dos pobres. Não se trata de qualquer realidade, mas da realidade histórica mais urgente do século passado. Por mais que se tenha tentado – e ainda se tenta – encobrir essa realidade, sua manifestação é a verdade mais real como apresenta o autor espanhol radicado em El Salvador. A realidade dos pobres não seria também determinação para o entendimento teológico e cristão da solidariedade?

Quando se afirma que a *Teo-logia* é fruto de uma práxis, está se referindo a uma muito concreta: a práxis libertadora de Jesus de Nazaré que viveu em solidariedade com as mulheres e os homens de seu tempo, principalmente os empobrecidos e marginalizados. Justamente a partir de Jesus, a solidariedade pode ser compreendida não só como um movimento social de inclusão, mas como um movimento *teo-logal*, isto é, o movimento de Deus que se aproxima da humanidade empobrecida.

Outra grande motivação tida pelo autor para escrever seu artigo foi a solidariedade experimentada pela Igreja de El Salvador nos anos 70, 80 e 90 do século passado. Ele até chega a formular essa experiência concreta como *forma fundamental* de as igrejas se relacionarem. O conhecimento da dura realidade vivida pelas cristãs e cristãos salvadorenhos, especialmente a perseguição, a tortura e a morte, motivou igrejas de diversas latitudes a realizar ações concretas em seu favor. Em todo esse esforço solidário foi possível identificar a catolicidade da Igreja, inclusive mais: foi possível verificar que a universalidade da Igreja se decide histórica e particularmente nas ações solidárias das diversas comunidades.

Mais um fato importante que o autor destacou foi a que a ajuda oferecida às cristãs e aos cristãos de El Salvador não foi um movimento unidirecional, isto é, somente dar. Tratou-se de um dar e receber mutuamente; aqueles que, em primeiro lugar davam, também recebiam sobretudo nova força para perseverar na esperança no Deus de Jesus Cristo, que quer a vida e não a morte do ser humano.

2 OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Seria uma pretensão muito grande querer compreender todos os desafios para a evangelização na atualidade em um breve apartado. Contudo, a intenção principal desta reflexão não é apresentar os inúmeros desafios, mas o que – segundo uma modesta opinião – está à base de todos eles. Trata-se, portanto, de um esforço mais bem sistemático para encontrar a origem daquilo que tem emperrado o processo da Pastoral e até da própria Igreja na atualidade.

Diante de uma ambição crescente de produzir subsídios que respondam às diversas necessidades das comunidades eclesiais, talvez se tenha esquecido do fundamental: a práxis. Tanto a Teologia como a Pastoral – portanto, a Igreja – devem cultivar conscientemente a

castidade intelectual, isto é, o não saber é necessário para saber de Deus (SOBRINO, 1994, p. 232). Todas as vezes em que se pensa ter chegado à *panaceia* teológica, pastoral ou eclesial, no fundo que está se fazendo é não dar espaço para que Deus seja Deus e o ser humano, humano. A práxis, não obstante, dá espaço para esse não saber que exige abertura à gratuidade e ao mistério.

Seria um equívoco pensar que a raiz dos desafios da realidade seja somente de ordem material; é também uma problemática formal. Não é tanto a pergunta pelo “quê”, mas pelo “como” os desafios podem ser captados e devidamente respondidos. A pergunta pela realidade, sobretudo tal como ela se manifesta, não pode ser deixada de lado.

É conhecida a influência do pensamento de X. Zubiri no pensamento teológico, especialmente no pensamento de teólogos latino-americanos. Vale destacar a tríade intelectual elaborada por I. Ellacuría a partir da filosofia zubiriana:

Se conoce la realidad cuando además de hacerse cargo de ella (momento noético) y de cargar con ella (momento ético), uno se encarga de ella (momento prático). (Idem, 1989, p. 292)²

Diante dessa exigência que a realidade impõe para a inteligência, logo para a reflexão teológica e pastoral, é essencial saber qual é o *fato maior* da atualidade que permitirá a organização da Pastoral e, também, da própria Igreja. Nesse sentido, vale a pena voltar ao pensamento de J. Sobrino e se perguntar se o *fato maior* da Teologia da Libertação por ele apresentado continua sendo o mesmo da atualidade.

O autor afirma que a irrupção massiva da pobreza na América Latina no século passado foi, sem sombra de dúvidas, o *fato maior* para a Teologia da Libertação. Todo o sofrimento das mulheres e homens empobrecidos, mas ao mesmo tempo toda a sua esperança se convertera em palavra de realidade que não pode ser silenciada, não pode ser ocultada (Idem, 1994, p. 49).

Esse *fato maior* não se tornou somente o começo cronológico da Teologia da Libertação e também dos movimentos libertários; é o começo lógico de todo esse processo, além de ser guia e inspiração que o orienta à sua finalidade (Ibidem, p. 49). Foi um esforço que se converteu em círculo hermenêutico: historizar para teologizar e teologizar para historizar (Idem, 1996, p. 101). A realidade histórica concreta se converte em mediação para a reflexão teológica e pastoral; não há caminho melhor para captar a realidade do Crucificado que se aproximando dos povos crucificados (Idem, 1999, p. 418).

Pensar a partir da realidade dos pobres, de seu sofrimento e sua esperança é a aceitação dessa realidade como sinal dos tempos, além de ser coerente com a Revelação e promove mais vida cristã (Ibidem, p. 289). Este é o momento da conversão da *teo-logia* em *teo- práxis*;

2 Conhece-se a realidade quando além de acolhê-la (momento noético) e carregá-la (momento ético), também se encarrega – se faz responsável – por ela. Tradução do autor.

não é possível permanecer indiferente diante do sofrimento, é preciso fazer algo. Como não *re-agir* diante da privação de identidade de tantos, da negação da vida e, finalmente, da morte lenta e, não poucas vezes, violenta dos mais necessitados?

Poder-se-ia pensar que a reflexão acima estaria incorrendo no perigo de reduzir o ponto de partida da Teologia, da Pastoral e de toda atividade da Igreja em uma mera análise sociológica. De fato, não faltaram esse tipo de acusação contra teólogos da Libertação. Contudo, a práxis não é iniciativa humana, em primeiro lugar; a práxis é iniciativa de Deus que se aproxima, definitivamente, da humanidade pobre e sofredora em Jesus de Nazaré. E a práxis histórica de Jesus de Nazaré se tornou mediação cognitiva que permite tanto Teologia, como Pastoral aprender a *ser como Deus* e a *fazer como Deus* (*Ibidem*, p. 340).

Ampliando o horizonte da discussão, não seria essa *re-ação* de Deus em Jesus de Nazaré a *norma normans* da Teologia e da Pastoral? A solidariedade de Deus para com o que não era Deus, isto é para a *sárx* débil e frágil do ser humano, não é a linha mestra de toda ação eclesial? O fato de que Deus se aproxima daquilo que lhe é diferente, daquilo que é outro, não deve se converter no princípio fundamental de reflexão teológico-pastoral (*Ibidem*, p. 362 e 372)?

2 A SOLIDARIEDADE CRISTÃ

A situação vivida pela Igreja de El Salvador, no final da segunda metade do século passado, permitiu o surgimento de um novo fenômeno de solidariedade entre as igrejas – não só católicas, mas também igrejas cristãs de diversas denominações (*Idem*, 1994, p. 214). O fenômeno foi estudado por J. Sobrino na análise teológica sobre a solidariedade cristã.

Não se tratou somente da descrição de um novo fenômeno, mas um verdadeiro estudo que permitiu o aprofundamento do entendimento da solidariedade e constatar que ela não se manifesta somente em ações delimitadas, mas é uma atitude verdadeira e autenticamente cristã (*Ibidem*, p. 213).

A solidariedade cristã tem sua raiz em uma realidade objetiva histórica e eficaz: “a realidade de miséria, opressão e injustiça em que vivem milhões de seres humanos” (*Ibidem*, p. 217). Exatamente, pelo *des-cobrimento* dessa realidade coberta, pelo *des-velamento* dessa verdade muitas vezes velada cristãs e cristãos, seja em El Salvador como em outras partes, se viram desafiados a uma resposta eficaz e urgente: não era possível que a realidade de milhões de seres humanos permanecesse invisível aos olhos das igrejas.

Pode-se dizer que esse novo fenômeno em torno da solidariedade cristã teve uma origem genética: a perseguição de cristãs e cristãos em El Salvador (*Ibidem*, p. 217-219). Ao acolher o clamor da Segunda Conferência do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín em 1968, a Igreja de El Salvador se colocou ao lado dos mais pobres, se tornou solidária com eles (Pobreza da Igreja, n. 8). Inclusive, é possível dizer mais: não se tratou

somente de um movimento na Igreja de El Salvador, mas em toda a Igreja da América Latina que encontrou a confirmação de sua opção na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Puebla em 1979:

Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção. (Puebla, n. 89)

A aparição histórica da solidariedade cristã diante na situação vivida em El Salvador e também em outros países da América Latina, no século passado, supera toda compreensão *a priori* de solidariedade. Essa mediação cognitiva histórica e real mostra que a verdadeira solidariedade não está em formar uma aliança para defender interesses próprios, mas em se colocar completamente à disposição do outro e preservar o seu interesse, como é possível ler na belíssima passagem do Bom Samaritano no Evangelho segundo Lucas (Lc 10,25-37). Trata-se de uma noção *a posteriori* da solidariedade cristã apreendida a partir dessa situação.

O samaritano que passava pelo caminho e se deteve para cuidar daquele homem que caiu nas mãos dos assaltantes não tinha outra motivação que simplesmente seu bem. Não estava preocupado em cumprir nenhum preceito da lei, nem mesmo fazer *o que se devia fazer*, ele o fez por pura misericórdia e bondade. Essa atitude do personagem da parábola permite aos leitores do Evangelho identificá-lo com o próprio Jesus que não *re-agia* diante das limitações alheias para cumprir a Lei, mas por puro amor (SOBRINO, 1994, p. 34).

2.1 A SOLIDARIEDADE CRISTÃ COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL

Novamente, ampliando a reflexão é preciso voltar o olhar para a realidade atual e se perguntar até que ponto a perseguição pode ser motivação, hoje, para a solidariedade entre cristãs e cristãos, entre comunidades e até mesmo entre igrejas particulares. Contudo, como já foi possível constatar, a solidariedade cristã não é só um movimento pontual e delimitado pela contingência de um devir histórico. Trata-se do movimento do próprio Deus, em Jesus de Nazaré, que se aproxima da humanidade pecadora e empobrecida.

Não há ato solidário maior que o fato de a Palavra (*lógos*) ter se feito carne (*sárx*), ter se feito algo que, por essência, lhe é alheio, lhe é outro (*Ibidem*, p. 222). Ao mesmo tempo, não há ato mais gratuito e bondoso que a participação total de Deus no destino humano, chegando até o extremo de uma morte violenta.

Na história de Jesus de Nazaré irrompeu, de forma inusitada e insuspeita, a grande solidariedade entre Deus e a humanidade empobrecida. Essa realidade pode ser conhecida pela

sua vida, especialmente porque ele aprendeu a confiar em Deus que é Pai, mas que também lhe é obediente porque permanece um mistério (*Idem*, 1996, p. 203-207 e 215-216).

Com isso, Jesus não revela somente quem é Deus, mas também quem é o ser humano e seu chamado para se relacionar com Deus. O ser humano, em Jesus de Nazaré, já não pode manipular mais a Deus, mas é convidado a se entregar (*fides qua*) à sua vontade e essa é uma só: que o ser humano viva, parafraseando Irineu de Lyon (*Idem*, 1999, p. 427). Portanto, todo projeto humano para que seja verdadeiramente humano deve incluir a preservação da vida mínima de toda mulher e homem ao longo da história (*Idem*, 1996, p. 131-134).

Seria reducionista afirmar que a Igreja é um projeto meramente humano, afinal de contas ela só existe e subsiste ao longo da história graças à ação do Espírito Santo. Entretanto, não se pode esquecer de que a Igreja prolonga em suas ações, especialmente na ação pastoral, a práxis de Jesus Cristo. Ele não apontou somente para o final da história (salvação escatológica), mas realizou milagres e expulsou demônios, o que não expressou outra coisa senão a realidade de que o Reino de Deus estava próximo (Mc 1,15); soube acolher e fazer refeição com os pecadores; colocou-se em defesa dos pobres e marginalizados, principalmente aqueles que eram marginalizados pela religião dos judeus (*Ibidem*, 135-152); e solidarizou com as vítimas deste mundo ao ser morto em uma cruz (*Ibidem*, p. 363-364). Jesus mostrou em sua vida que a salvação, sim, pode ser uma realidade imediata aos seres humanos (salvação histórica).

Logo, a solidariedade especialmente aquela revelada em Jesus de Nazaré é *norma normans*, como já mencionou, da ação pastoral da Igreja. Quais seriam as pistas para uma organização pastoral solidária?

Muitas vezes, existe a tentação de reduzir a solidariedade somente à ação das pastorais sociais emergenciais, como as pastorais que realizam um serviço assistencial – e necessário! – a mulheres e homens que se encontram em situação de risco social: menores abandonados, moradores em situação de rua, doentes terminais, usuários de álcool e drogas, famílias desamparadas, entre outros.

Contudo, não se deve entender a solidariedade como movimento de direção única: não se trata somente de um dar, mas um dar e receber mutuamente. Logo, o olhar solidário verdadeiro para todos aqueles que vivem em uma situação de risco social – portanto, realmente empobrecidos – também desperta nos membros da Igreja um ardor e uma esperança renovados.

A organização de uma pastoral que tem a solidariedade como princípio não estima somente o resultado numérico de suas ações, uma grande tentação na atualidade. Foca, sobretudo, a conversão para o outro: em primeiro lugar, para o Outro divino que se revelou em Jesus Cristo e para o outro que é irmã e irmão, porém a irmã e o irmão que são empobrecidos (EG 48).

A irrupção dos pobres na vida da Igreja e a solidariedade para com eles não deve ser vista unicamente como imperativo ético, trata-se próprio do mandato missionário com o

qual o próprio Jesus enviou seus discípulos e, portanto, sua Igreja (Mc 16,15). A solidariedade para com os demais, especialmente para com os mais necessitados e pobres expressa o ser missionário da Igreja (SOBRINO, 1994, p. 228-230). Assim, a Igreja se assemelha a seu Senhor que também foi enviado em missão ao mundo para anunciar a boa-nova aos pobres, a libertação aos cativos e o ano da graça do Senhor (Lc 4,18-19).

A permanência da solidariedade na Igreja não se dá somente pelo fato de que ainda há cristãs e cristãos perseguidos, mas pela própria missão da Igreja no meio do mundo. O mandato missionário, como já se mencionou, se vê na solidariedade de uns para com outros, se vê na verdadeira conversão para a alteridade independentemente do quanto diferença ela seja.

Nesse sentido, a organização da pastoral da Igreja deve favorecer as estruturas missionárias e não somente as de manutenção, como insiste o Documento da Conferência de Aparecida (Aparecida, n. 370) e o Papa Francisco (EG 15). A conversão missionária da Igreja, anseio profundo de Francisco, não se expressará somente nas empresas missionárias *outramer*, mas em todas as ações pastorais diárias das cristãs e cristãos, especialmente aquelas que permitam o profundo encontro com pobre.

2.2. A SOLIDARIEDADE CRISTÃ COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO ECLESIAL

Já foi apresentado acima, a origem genética da solidariedade na Igreja de El Salvador se deu quando igrejas católicas e cristãs de diversas denominações assumiram como próprios os desafios enfrentados pelas cristãs e cristãos desse país centro-americano (SOBRINO, 1994, p. 217-219).

Contudo, como remarca muito bem J. Sobrino, a solidariedade não deve ser compreendida exclusivamente a partir dessa origem genética, mas a partir da própria revelação de Deus em Jesus de Nazaré: Deus se solidarizou com a humanidade empobrecida. A solidariedade, portanto, é um movimento *teo-logical* e, também, deveria ser um movimento *eclesial* (*Ibidem*, 226-228).

Ao afirmar que a organização da Pastoral deve se orientar por essa solidariedade primigênia – a solidariedade de Deus para com as mulheres e os homens em Jesus de Nazaré – está se sublinhando que as estruturas pastorais da Igreja favoreçam o descentramento das cristãs e cristãos para que possam, nas palavras de Francisco, sair de si mesmo e se encontrar com o outro (EG 179). Trata-se, portanto, de uma pastoral missionária por excelência.

Entretanto, com essa afirmação também nasce a pergunta pela organização da própria Igreja. Essa organização favorece a missionaridade ou está mais bem focada na manutenção de si mesma? Como deveriam ser as estruturas eclesiais para que a missionaridade prevaleça?

Possivelmente, a resposta já seja intuída pelo recorrido até o momento: uma Igreja missionária, que se ocupa com a Evangelização e a realização do Reino (SOBRINO, 1994, p. 229),

deve ser uma Igreja solidária. Contudo, essa solidariedade não pode se restringir somente à boa vontade; é preciso que as estruturas não só da Igreja Universal, mas das igrejas particulares se mostrem solidárias.

Não são poucos os exemplos das assim chamadas “igrejas-irmãs” – igrejas particulares que se manifestam solidárias para com outras enviando ajuda pessoal e material (Aparecida, 182). Há mais que boa vontade: há projetos concretos de envio de missionárias e missionários, planos de arrecadação de fundos e construção de templos, centros pastorais e dispensários. Nota-se que a via do dar é ampla e estimula muito as ações de diversas igrejas particulares mais abastadas.

Entretanto, vale a pergunta: será que o entusiasmo ao dar é o mesmo ao receber? Não se pode esquecer de que a solidariedade cristã é um caminho de mão dupla: dar e receber. O que, infelizmente, se vê – e não são poucos os casos! – que igrejas particulares, que possuem abundância, têm se empenhado muito para enviar ajuda para igrejas particulares empobrecidas, mas não se verifica o mesmo empenho para acolher o que vem dessas comunidades – a via do receber.

Ao oferecer ajuda, uma igreja particular também deve estar aberta para acolher a Boa-nova daqueles que recebem essa ajuda. Ainda mais: ao acolher essa Boa-nova carregada de ardor e esperança, a igreja particular que envia a ajuda se renova e não se torna uma mera provedora de bens para uma comunidade mais pobre.

Porém, essas iniciativas para fora de uma igreja particular também deveriam se converter em ações concretas dentro dessa mesma igreja. Não são poucos, os tristes casos em que dentro de uma mesma igreja particular há comunidades que vivem na abundância e outras que mal possuem o mínimo.

Quando se fala em solidariedade dentro das estruturas eclesiais, o desafio é grande. Em primeiro lugar, é preciso que a ajuda entre as igrejas aumente sempre mais. Em segundo lugar, não se deve pensar que uma igreja só dá; ela recebe – e muito! – daquela que é destinatária do apoio solidário. Em terceiro lugar, não se pode pensar em solidariedade somente entre as igrejas particulares ou até mesmo entre as igrejas de territórios ou nações; é preciso enxergar que dentro de uma igreja particular há comunidades que anseiam pela ajuda solidária de comunidades mais abastadas e, ao mesmo tempo, estão dispostas a partilhar daquilo que lhes é mais próprio: a alegria da fé e do seguimento de Jesus.

CONCLUSÃO

“Suportai-vos uns aos outros”, se lê no primeiro versículo do capítulo terceira da Epístola aos Colossenses. Pensa-se com frequência que o significado do verbo “suportar” vai na linha de aturar, aguentar; porém, seu significado se direciona mais por dar suporte, dar ajuda, estender o braço.

Assim, se entende a solidariedade que foi apresentada pelo Documento de Aparecida, porém em uma perspectiva mais social, chegando inclusive a falar de uma “globalização da solidariedade” (Aparecida, 406). A solidariedade cristã estudada por J. Sobrino e por este breve trabalho se refere ao suporte mútuo das cristãs e cristãos, das comunidades e das igrejas particulares como princípio estruturante da Pastoral e da própria Igreja, como também é apresentada em Colossenses.

Dar suporte material e pessoal para receber suporte na fé e esperança, na alegria e entusiasmo do seguimento de Jesus Cristo. Nos dias de hoje, não são poucas as queixas dos ministros ordenados da Igreja que têm diante de si comunidades cansadas e envelhecidas, mesmo gozando de fartura material.

Não seria a hora de se voltar para comunidades mais pobres, mais jovens e, até mesmo, mais “inexperientes” para que se produza uma renovação? Não seria o momento de os Pastores se abrir a realidades que lhe são alheias e acolher essas realidades em suas próprias igrejas particulares? Não seria oportuno não só oferecer ajuda, mas também acolher no seio das comunidades aqueles que recebem ajuda para que possam oferecer sua vida de fé?

Solidariedade cristã, portanto, não é um fenômeno que surgiu somente em uma situação de perseguição de cristãs e cristãos em El Salvador na segunda metade do século passado. Solidariedade cristã, ou nas palavras da Epístola aos Colossenses, suporte mútuo é o jeito mais próprio de agir da Pastoral e de ser da Igreja.

REFERÊNCIAS

PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, 1. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2013.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. 1ª edição. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. *Conclusões da Conferência de Puebla*. 1ª edição. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*, 7ª edição, São Paulo: Paulus, 2008.

SOBRINO, J. Como fazer Teologia. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v.21, n. 55, p. 285-303, set/ dez 1989.

_____. *O princípio misericórdia – descer da cruz os povos crucificados*. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *La fe en Jesucristo: ensayo desde las víctimas*. 1ª edición. San Salvador: UCA Editores, 1999.

Mudar o foco: uma urgência para o processo de iniciação à vida cristã

Denilson Mariano da Silva ¹

Palavras-chave: Iniciação à Vida Cristã, Catequese, Sacramentos.

INTRODUÇÃO

Ainda é forte na catequese a centralidade do foco sobre a recepção dos sacramentos em detrimento da centralidade do seguimento a Jesus Cristo, através da vida de comunidade. Os avanços trazidos pelo Vaticano II e presentes em muitos outros documentos, que tratam da Iniciação à Vida Cristã (IVC)², são ainda pouco conhecidos e, por isso, têm pouca incidência sobre prática catequético-pastoral da IVC.³ Nosso objetivo é retomar os desafios desta problemática da IVC, em nosso contexto atual, revisitando os sacramentos de iniciação a partir de sua centralidade em Jesus Cristo e no Reino de Deus. A partir dessa centralidade buscar pistas que possam reorientar o foco do processo catequético afim que de favoreça aos fiéis, a vivência cristã em comunidade e o desenvolvimento de sua missão como “sujeitos” na Igreja e no mundo.

1 O DESAFIO DA INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ (IVC)

Vivemos sob os ditames da imediatez, algo bem característico dos tempos pós-modernos. A lógica do “time is money” ou do “tempus fugit” exige, cada vez mais, que tudo seja rápido, dentro do menor tempo possível. Tudo, ou quase tudo, é medido pelo valor monetário, tudo é mercantilizado e visto sob a ótica utilitarista. Há também um voltar-se para a subjetividade, para a individualidade do sujeito,⁴ o que sem dúvida, é um valor, mas cuja

1 Mestre em Teologia (Doutorando) / FAJE E-mail: marianosdn@yahoo.com.br

2 Usaremos IVC para abreviar a Iniciação à vida Cristã. Eis alguns dos principais documentos eclesiais que tratam deste assunto: Catequese Renovada, Diretório Nacional de Catequese; Diretório para os Sacramentos; RICA – Ritual de Iniciação Cristã de Adultos; Documento de Aparecida, Iniciação à Vida Cristã (Doc. 107, CNBB), entre outros.

3 Vale lembrar que a Igreja do Brasil, através da CNBB, na sua última Assembleia Geral, ocorrida em Aparecida – SP e finalizada em 10/05/2017, colocou como um dos “pilares” de sua proposta de ação evangelizadora a IVC.

4 “A crescente emergência da subjetividade, característica do nosso passado mais recente, se degenerou nos últimos decênios no atual individualismo cultural que desvincula a pessoa humana das tradições e das instituições, erigindo-a como origem autônoma de suas concepções, de seus valores e de suas ações.” MIRANDA, Mário de França. Rumo a uma nova configuração eclesial. In: *Cadernos de Teologia Pública IX*, nº 71, 2012, São Leopoldo: UNISINOS, p. 17.

atual maximização leva ao enfraquecimento dos laços comunitários e tende a relações mais superficiais e pouco duradouras.

No campo das buscas religiosas dentro do universo católico, há um deslocamento de eixo. Enquanto o Evangelho aponta para a necessidade conformar a própria vida com Cristo: “Se me amais, guardai os meus mandamentos” (Jo 14,15), as buscas religiosas se orientam, em grande parte, por aquilo que mais satisfaz a cada fiel. Cada qual busca o que mais lhe agrada, ou aquilo que lhe oferece maior emoção. Ao invés de moldar a vida a partir de Cristo, busca-se moldar a imagem de Cristo segundo as próprias preferências. As práticas religiosas tendem mais para a satisfação emocional, reforçando o sacramentalismo (ritos vazios ou desprovidos de pertença eclesial e sem o referencial da busca de seguimento a Jesus) e o devoçãoismo (práticas externas de rituais religiosos que não revelam uma verdadeira conversão). Torna-se grande o desafio da transmissão da fé como já nos acena França Miranda:

A multiplicidade de situações e contextos vitais da atual sociedade pluralista obriga os cristãos a viverem sua fé em meio a *novos* desafios que exigem *novas* linguagens e *novas* práticas. [...] Todos nós sentimos hoje o problema candente da proclamação e da transmissão da fé. (MIRANDA, 2012, p. 21)

Neste cenário o processo IVC é dificultado. Encontrar uma postura integradora de valorização do sujeito em sua individualidade, através da acolhida fraterna e carinhosa, na comunidade de fé, é um desafio que leva a olhar mais de perto esse processo de IVC.

1.1 A CATEQUESE NO PROCESSO DE IVC

A catequese, que é vista como um dos principais meios para IVC, em boa parte das paróquias, é realizada tendo o foco na recepção dos sacramentos⁵. É comum a nomenclatura: “preparação para o batismo”, “preparação para a crisma”, “preparação para a primeira eucaristia”, “para o matrimônio”, etc. Com esta ótica, os laços comunitários são frágeis, o processo catequético fica fragmentado, os encontros e estudos oferecidos, em sua grande maioria são superficiais. Apesar de todo o esforço e empenho dos catequistas, depois da recepção do sacramento, é grande o número dos que se afastam da comunidade de fé e até da caminhada cristã. Além disso, entre os que perseveram é baixo o índice daqueles que se descobrem “discípulos missionários”⁶ ou “sujeitos eclesiais”⁷, num processo gradual e contínuo

5 Refiro-me aqui, de modo especial, ao que tenho observado na caminhada catequética em minha presença pastoral junto às dioceses de Caratinga e Governador Valadares, em MG, Cachoeiro de Itapemirim, ES e Sinop e Cáceres, no MT.

6 Um dos eixos centrais do Documento da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em Aparecida, 2017, retomado também na Exortação Apostólica do Papa Francisco: *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.

7 Perspectiva sobre a qual se debruça o Documento 105 da CNBB, 2016.

de maturidade na fé.⁸ Em grande parte, tornam-se fiéis que se “sentem católicos, mas não se reconhecem como Igreja”, (CNBB, 2016, n. 120)

Diante disso, o adágio “*Ecclesia semper reformanda*” leva-nos a buscar caminhos em meio a essas dificuldades. E isso faz-se urgente. Ou a Igreja, enquanto peregrina, encara com seriedade a questão da Iniciação à Vida Cristã, “reformando-se” ou não terá condições de “continuar a ser a mesma”, mediação de salvação na história. Enfraquecendo-se em sua missão no mundo. Isto implica, uma séria mudança do foco no processo de IVC.

1.2 O FOCO DO MODELO CATEQUÉTICO

Temos um modelo de catequese ainda bastante fragmentado, descontínuo, pois, o foco da catequese está orientado para a recepção dos sacramentos. Notadamente, o problema vai para além da catequese. Está ligado ao modelo de Igreja e às condições necessárias que devem existir para que os leigos possam, de fato, abraçar sua missão⁹. Soma-se a isso um fato bastante comum de o calendário catequético obedecer mais ao calendário escolar, fazendo coincidir os períodos de férias e formaturas na escola com o período de recepção dos sacramentos na comunidade. O que justificaria uma eventual saída da comunidade, pois, já teria alcançado o que se buscava: o sacramento. É preciso alargar o foco e trazer presente que o desafio da IVC inclui a catequese, dela depende, mas lhe é mais amplo e profundo, e com tal deve ser enxergado. Aqui queremos tratar do sentido dos sacramentos da IVC.

2 OS SACRAMENTOS SE RADICAM EM JESUS, SEU HORIZONTE É O REINO

Para bem situar os sacramentos é preciso ir às suas raízes. A partir da ressurreição, fatos marcantes da vida de Jesus, ganham uma densidade maior de sentido. Estes fatos encontraram sintonia na vida do povo e tornaram-se sinais, símbolos, sacramentos que uniam a vida da comunidade primitiva e a vida de cada fiel ao mistério da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor.¹⁰

8 “Naturalmente, assumir sua vocação de autêntico sujeito eclesial implica em cada membro da Igreja uma correspondente *maturidade humana*, tal como a entende o senso comum: uma atitude adulta, equilibrada, adequada diante de uma situação concreta.” MIRANDA, M. França, É possível um sujeito eclesial? *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Ano 43, nº 119, Jan/Abr 2011. p. 58.

9 Veja o alerta de França Miranda: “Devemos reconhecer que [...] o convite feito aos leigos e às leigas para ser membros ativos e verdadeiros sujeitos eclesiais não vem acompanhado das condições requeridas para tal, que a formação dos futuros sacerdotes ainda deixa a desejar para que tenham uma atuação significativa nesta sociedade e não se refugiem apenas nos atos de culto, [...] que a mulher ainda continua discriminada em muitos setores da Igreja embora sejam seus membros mais ativos e generosos, que a preocupação pastoral pelos pobres tenha se arrefecido nos anos pós-conciliares, que os cargos eclesiásticos são vistos como instâncias de poder e não tanto como carismas de serviço gerando no novo clero a ideia de carreira eclesiástica.” (MIRANDA, 2011, p. 65)

10 Aqui nos apoiaremos em duas formas de abordagem dos sacramentos que, a nosso julgo, se complementam: uma europeia, com Bernard Sesboué e outra latino americana, com Victor Codina. Buscamos pistas para o processo de Iniciação à Vida Cristã hoje, que envolve, não apenas a catequese, mas toda a comunidade cristã e só assim poderá dar frutos.

2.1 OS SACRAMENTOS SE REPORTAM A JESUS CRISTO E AO REINO

Cada um dos sacramentos reporta-se à pessoa de Cristo, Ele, sacramento do Pai, veio ao mundo anunciar o Reino. Esse Reino manifesta-se nos seus atos e palavras. Sua vida, sua pregação, sua práxis, enfim, todo o seu Mistério Pascal: Paixão, Morte e Ressurreição fundamentam todos e cada um dos sacramentos. Ao nos reportar a Jesus, os sacramentos nos comprometem com Ele, com suas ações e opções. Implicam a nossa participação na sua vida e missão. “Tudo o que Jesus viveu, fez e sofreu, são os sacramentos originais de nossa salvação” (SESBOUÉ, 2009, p. 33). Por isso a compreensão dos sacramentos, a forma para celebrá-los, a prática de vida que deles decorre, têm de ser buscadas em Jesus, na fidelidade à sua práxis histórica, revelada nos Evangelhos. Em decorrência da proximidade com Jesus, a caminhada de fé dos primeiros cristãos, tomadas às devidas proporções, é como que normativa para a Igreja, serve de luz a nos guiar diante dos desafios do nosso tempo¹¹.

A partir do chamado feito por Jesus, os discípulos passam por um processo de “iniciação”. Eles acompanham Jesus, aprendem com Ele a ter um novo olhar sobre a Lei, sobre as pessoas e sobre os acontecimentos. Vão descobrindo, pela experiência e convivência com Ele, um outro jeito de viver e de se relacionar com as pessoas. Eles passam por um processo de um novo nascimento que só se concluirá com a vinda do Espírito Santo (At 1,5) e com Pentecostes (At 2,34-41).

É a partir deste processo de “iniciação”, que os discípulos vão, aos poucos, se convertendo em continuadores da missão de Jesus e também ‘fazedores’ de novos discípulos. O testemunho destes desperta em outros a fé que os leva a formar comunidade no seguimento de Jesus (Atos 2,42-47). Neste sentido Codina afirma:

A Igreja do primeiro milênio participa simbolicamente do mistério cristão em sua liturgia, sem preocupar-se demasiado por definir nem sistematizar os diferentes tipos de sacramentos, nem a estrutura de cada um deles. (CODINA, 1990, P. 270)

Implica ao fiel tornar-se ouvinte da Palavra, deixar-se transformar, mudando aquilo que, em seu viver, o distancia da Boa Nova de Jesus. Em resumo, convertendo-se à dinâmica do Reino de Deus. O batismo é um nascer de novo. O neófito deve agora ser um reflexo da luz de Cristo e ainda, “uma luz capaz de acender outras luzes”.¹² Decisão de comprometer-se com a causa de Jesus e com as opções do Reino de Deus. Na medida em que os sacramentos se reportam ao Reino de Deus e se direcionam ao seguimento de Jesus, implicam a necessidade de um processo de Iniciação à Vida Cristã mais dinâmico, integral e que seja capaz de envolver toda a comunidade.

11 Os sacramentos da Igreja são a transposição, sob uma forma institucional, dos atos realizados por Jesus [...] Os sete sacramentos constituem um organismo estruturado que resume em si a totalidade daquilo que Jesus viveu e realizou. (SESBOUÉ, 2009, p. 35)

12 “Somos velas acesas por ti, cabe a nós acender outras luzes. Iluminados, iluminadores queremos ser oh Senhor.” Música “*Velas acesas*” Pe. Zezinho, SCJ.

2.2 ARTICULAR O “EU CREIO” COM O “NÓS CREMOS”

Nos primeiros séculos da Igreja, o catecumenato durava em torno de três anos. Havia uma etapa mais longa que era para certificar a conversão ou a mudança de costumes; depois uma etapa intermediária, mais curta e intensa, através da qual se dava a “instrução do Evangelho”; a terceira etapa acontecia após o batismo, durante a semana da Páscoa e consistia em nova catequese dirigida aos neófitos, ou “iluminados” que versava sobre os sacramentos recebidos na Vigília Pascal. Era uma etapa mais mistagógica, mas cujo mistério sacramental não podia ser revelado aos não batizados, nem mesmo aos catecúmenos. Assim, era depois da recepção dos sacramentos que se lhes explicavam o significado, uma espécie de catequese posterior ao ato litúrgico, mas que, lhe conferia sentido e continuidade na comunidade de fé. (Cf. SESBOUÉ, 2009, p. 82 a 84)

Se a fé é preliminar à recepção do batismo, por outro lado, o batismo confere a fé. Há, pois, uma reciprocidade entre preparação e recepção: “A graça de Deus insere-se no procedimento humano orientado para a recepção do batismo.” (SESBOUÉ, 2009, p. 93). Ambos implicam a fé como os dois lados de uma mesma moeda. A fé se dá em comunidade, aí o “eu creio”, a dimensão pessoal da fé encontra eco no “nós cremos”, na dimensão comunitária desta mesma fé. Por isso, qualquer recepção dos sacramentos sem uma devida Iniciação à Vida Cristã, capaz de despertar para o seguimento de Jesus e para o compromisso de caminhar como Igreja, Corpo Místico de Cristo e nela perseverar, logo perderá o sentido. Ajudará a alargar as fileiras dos batizados descrentes, dos “católicos de nome” que não se sentem Igreja (cf. CNBB, Doc. 105, n. 120). O sacramento implica também um compromisso da parte de quem o recebe e isso tem de ser explicitado, a seu tempo, a todo aquele que pleiteia o sacramento ou que o tenha recebido em tenra idade e precisa agora dar-se conta da importância e significado do sacramento recebido.¹³

Se pelo batismo o fiel é feito Corpo de Cristo, membro do povo de Deus, o sentido pleno deste ato de fé, o “Eu creio” pessoal, só se expressa coerentemente inserindo-se no “nós cremos” da comunidade. É aí que ganha a dimensão de sua historicidade enquanto esta comunidade de fé (Igreja) como Corpo Místico de Cristo, expressa a continuação de sua missão no mundo. “Os cristãos são chamados a serem os olhos, os ouvidos, as mãos, a boca, o coração de Cristo na Igreja e no mundo.” (CNBB, Doc. 105, n. 102). Aí santificam o mundo pela palavra e pelo exemplo.

Neste sentido, é preciso dar maior atenção ao itinerário ou caminho de Iniciação à Vida Cristã. Os sacramentos exigem uma iniciação para que, de fato, realizem aquilo que eles

13 “Ao mesmo tempo que proclama a sua fé, o batizado aceita que o gesto da Igreja seja realizado nele. Ele recebe o selo de Cristo. ‘Eu creio’, isto é, eu aceito, eu consinto, mas ao mesmo tempo, eu comprometo-me. Este ‘eu creio’ não puramente verbal. Trata-se de uma palavra ‘performativa’ ou seja, uma palavra que realiza o que significa.” (SESBOUÉ, 2009, p. 94)

significam. Os sacramentos repropõem a dinâmica da encarnação e, de alguma forma, propõem todo o mistério da salvação que se estende na história através da comunidade de fé¹⁴.

Se os sacramentos têm sua fonte e seu foco em Jesus e em Seu Reino, por sua vez, a IVC ou, de modo geral a catequese, não pode, sob pena de desvio ou mutação de sentido, focar-se apenas na recepção dos sacramentos. O foco deve manter-se em Jesus na proposta do Reino vivenciada em comunidade e alimentada constantemente pela vida litúrgica. E ainda, como os sacramentos implicam indissoluvelmente uma ação humana e uma ação divina que se opera na Igreja, é nesta comunidade de fé que, necessariamente, se dá a IVC. “A comunidade eclesial é a que faz os ritos sacramentais e, ao mesmo tempo, é o Senhor quem, por meio destes ritos, atualiza a salvação em nós.” (TRAETS, 1973, p. 211) A grande responsável pelo processo de IVC, é, seguramente, toda a comunidade de fé.

Deste modo, os catequistas, a comunidade, as demais lideranças eclesiais, e também o clero, têm de ter presente que o foco do processo de Iniciação à Vida Cristã é o seguimento de Jesus na vida de comunidade. A mudança de foco da preparação para a recepção dos sacramentos, reorientados para a vivência cristã em comunidade, dará maior segurança para fazer avançar o processo de Iniciação à Vida Cristã, despertando novos discípulos missionários que possam agir como “sujeitos” na Igreja e na sociedade.

3 A IVC COM FOCO NO SEGUIMENTO DE JESUS NA VIDA EM COMUNIDADE.

O foco da catequese, necessariamente, tem de se ampliar para além da preparação e recepção dos sacramentos. A ação salvadora de Deus implica uma resposta de fé da parte do batizado. Nesta aliança sela-se a sua entrada na comunidade de fé, na Igreja, onde se dará continuidade da catequese aprofundando o sentido do mistério recebido.

3.1 A MUDANÇA DE FOCO CONDUZ À MUDANÇA DAS PRÁTICAS

É na comunidade, como Igreja peregrina, que se vivencia os mistérios da fé, compromete-se com o seguimento de Jesus e torna-se mais consciente da missão na Igreja e na sociedade. Com o foco na participação na vida de comunidade recupera-se a centralidade da liturgia no processo catequético.

As pedagogias e dinâmicas próprias e específicas para cada idade, auxiliam, mas o fundamental é a descoberta do seguimento de Jesus. Assim, o grupo catequético não seria propriamente organizado em função do sacramento a ser recebido, mas em função de um crescente comprometimento no seguimento a Jesus. À medida que se vai caminhando, vai,

14 “Pela graça da mediação de Jesus Cristo entramos na história trinitária da salvação que se fez Igreja. E é por isso que o batismo se celebra através de uma tríplice referência ao passado fundador do mistério pascal, ao presente do batizado, e ao futuro dos últimos tempos em que, aquilo que se realiza na fé, se manifestará na glória.” (SESBOUÉ, 2009. p. 89-90).

progressivamente, recebendo os sacramentos da iniciação: batismo, crisma e eucaristia, conforme o caso, sem que o processo catequético seja encerrado com a recepção dos mesmos.

Isto exigirá uma mudança de mentalidade, pois, trata-se de pensar um processo contínuo de formação centrado na participação na vida litúrgica da Igreja e que envolverá não apenas um pequeno grupo de catequistas, mas toda a comunidade deverá ser “catequizadora”. O que seria, na prática, colocar o foco na vida de comunidade: participação ativa na vida litúrgica (cultos, missas, celebrações, etc.) ampliar os espaços de formação (cursos, encontros de formação para adolescentes, jovens, casais, idosos, viúvos, Campanha da Fraternidade, Mês da Bíblia e efetivo envolvimento nas diversas pastorais) Fomentar grupos de estudos dos documentos eclesiais e outros que ajudem na formação integral do cristão. Este conjunto tornaria o processo de IVC mais efetivo, com maior índice de perseverança e maior força para o seguimento de Jesus e maior engajamento na vida eclesial e social. Isto pede urgência.

3.2 UMA TAREFA URGENTE

Traços culturais nos amarram. Muitos esforços têm sido feitos a partir do Vaticano II como o importante documento Catequese Renovada, o Diretório para os Sacramentos, o Ritual de Iniciação Cristã de Adultos - RICA, o Documento de Aparecida¹⁵, etc. Os documentos oferecem bases teológicas, pastorais para as mudanças, apresentam pistas concretas de efetivação destas mudanças e, várias dioceses e paróquias conseguiram avanços muito significativos. Porém, quando se trata de uma mudança cultural, que vai além de uma mudança de mentalidade, o processo é lento, e nem sempre gradual. Sofre avanços e retrocessos no processo histórico.

O longo período de Crisandade deslocou o foco sacramental do seguimento de Jesus fixando-o na recepção dos sacramentos enfraquecendo sua dimensão simbólica. Não é fácil desgarrar-se do peso dessa longa tradição. Além dos movimentos reacionários que têm ressurgido, o individualismo pós moderno ao centrar a pessoa sobre si mesma, enfraquece a dimensão comunitária da religião. Ainda que sejam encontros de massa, as expressões e o foco permanecem na primeira pessoa, enfraquecendo a dimensão do “nós cremos”, como se a fé se reduzisse apenas ao âmago da individualidade e da vida privada. Neste contexto, torna-se ainda mais desafiante fazer com que o foco do sacramento centre-se no seguimento a Jesus e na dinâmica do Reino através da vida de comunidade.

O recente fortalecimento do clericalismo na Igreja também é um dificultador a mais. Ao reforçar a autoridade e o poder eclesiástico tende-se a infantilizar a presença dos leigos na Igreja. Os que assumem cargos de lideranças tornam-se uma simples extensão da autoridade clerical e, como tal, não pensam nem decidem por si mesmos. Os recentes documentos da

15 Que nos convida a uma “conversão pastoral e renovação missionária” cf. n. 375. E dedica boa parte para tratar do caminhode formação dos discípulos missionários (capítulo VI) e dentro deste trata da Iniciação à Vida cristã e catequese permanente (cf. n. 286 a 300).

CNBB que se enraízam na Conferência de Aparecida e estão em sintonia com os Documentos pontifícios de Francisco acenam contra esse clericalismo e a favor da valorização do leigo como “sujeito eclesial”. Para isso será necessário que haja as condições eclesiais necessárias (cf. MIRANDA, 2011, p. 60). Assim, aproveitando esta “primavera eclesial” de Francisco que aposta em um Igreja em “saída missionária”, mais próxima e misericordiosa, temos uma ocasião propícia para refontalizar o processo de IVC focando-o no seguimento a Jesus e na dinâmica do Seu Reino, esse é também o empenho dado pela última conferência dos Bispos do Brasil com a aprovação do Documento 107.

Se o foco da preparação deixa de ser direcionado para o sacramento e converge para o seguimento de Jesus na dinâmica do Reino de Deus, em certo sentido, minimiza um pouco a controvérsia teológico pastoral sobre o batismo de crianças em relação ao batismo de adultos. Se adulto, ele será preparado, orientado e incentivado a, conscientemente, fazer sua adesão ao seguimento de Cristo na vida de comunidade, assumindo seus direitos e deveres como cristão, procurando sempre o amadurecimento de sua fé. Se criança, mantendo o mesmo foco, ela deverá ser acompanhada em seu crescimento para que ocorra dentro da comunidade de fé, rodeada de bons testemunhos e, em tempo oportuno, será proporcionalmente conduzida à descoberta da fé e do seguimento de Jesus e do Seu Reino. Pois a fé pessoal “eu creio” há de ser sempre articulada com a fé da comunidade “nós cremos”. Então, o compromisso em relação à criança que recebe o sacramento não é apenas de seus pais e padrinhos, nem apenas de seus catequizandos, embora esse testemunho seja fundamental para o seu pleno desenvolvimento. Porém, o compromisso de conduzir a criança rumo à maturidade na fé é de toda a comunidade. Qual planta nova e frágil que exige maior cuidado e proteção para desenvolver-se, de forma semelhante, maior deverá ser o cuidado e a proteção para com a criança que recebeu o sacramento em tenra idade.

3.3 NOVA POSTURA NO PROCESSO DE INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ

Uma vez que o foco da “preparação” esteja direcionada não mais para a recepção dos sacramentos, mas para o seguimento de Jesus e de Seu Reino na vida de comunidade, a catequese, ou de maneira mais ampla, o processo de IVC, ganhará uma nova postura. Poderá se converter em uma catequese:

Mais litúrgica: procurará inserir os catequizandos ou catecúmenos na participação da vida litúrgica da comunidade. Por sua vez, os catequistas serão os primeiros incentivadores pela presença e participação ativa na vida litúrgica da comunidade. A liturgia é que deverá direcionar o calendário catequético de tal forma que se caminhe em sintonia com o mistério de Cristo celebrado no decorrer do ano litúrgico;

Mais bíblica: Mais enraizada na Palavra de Deus, criando momentos fortes de estudo e reflexão para que essa Palavra possa ressoar na vida de cada um. A Palavra de Deus será o

eixo principal de todo o processo de IVC e poderá favorecer à desejada e necessária animação bíblica de toda a pastoral.

Mais orante: Procurará criar momentos de encontro com o Senhor, favorecendo o cultivo do espírito de oração e, da oração mesma, permitindo a cada um explicitar no seu “eu creio” uma resposta pessoal ao apelo de Deus.

Mais simbólica: Permitirá expressar melhor as realidades do sentido e vivência do sacramento, pois o símbolo remete a algo maior e mais profundo que não se esgota. Assim, dará maior sentido à liturgia celebrada, engajando-a na vida do fiel, em sua expressão de fé, aproximando-se melhor de sua existência humana, social, na sua realidade histórica própria.

Mais comprometida: assumindo as alegrias e tristezas vividas na comunidade em meio aos desafios da realidade social, assumindo a defesa da vida e solidarizando-se com os mais pobres e necessitados. Numa caminhada rumo à maturidade na fé em atitude de ativa de “sujeitos eclesiais” na Igreja e no mundo (CNBB, Doc. 105 n. 91).

Mais ministerial: Permitirá um maior envolvimento de cada fiel na vida concreta da comunidade. Será um fiel mais consciente de sua missão, como membro do Corpo Místico de Cristo, com maior engajamento nos diferentes serviços e ministérios eclesiais.

Mais ecumênica: Orientando-se na direção do Reino de Deus e mais seguro de sua própria fé, o fiel será capaz de uma maior abertura para o diálogo com o diferente. Terá condições de chegar-se aos posicionamentos da Igreja na questão ecumênica e nesta direção pautar suas atitudes buscando somar forças na ações comuns que possam ser desenvolvidas a favor do Reino.

Mais missionária: Compreendendo-se como discípulo do Senhor, como continuador de sua missão, assumirá com maior força a dimensão missionária da Igreja, procurando atuar como discípulo missionário na Igreja e na sociedade.

O Documento aprovado 107 da CNBB, *Iniciação à Vida Cristã*: itinerário para formar discípulos missionários (CNBB, 2017), coloca os eixos da Iniciação à Vida Cristã e elege a Samaritana como ícone deste processo.

CONCLUSÃO

A Conferência dos Bispos do Brasil vêm mostrando sua preocupação com a caminhada cristã dos fiéis no sentido da formação de verdadeiros discípulos missionários, conforme os apelos da Conferência de Aparecida. Toda a catequese e toda as nossas comunidades cristãs devem voltar-se, prioritariamente para vivência do seguimento de Jesus, através da vida de comunidade. Sem isso, continuaremos a ter muitos batizados que não vivem seu batismo, muitos crismados que não assumem a sua fé e muitos que recebem a Eucaristia e logo abandonam a Igreja,.

No entanto, os documentos em si mesmos, não mudam nossa prática, não transformam nossa realidade. Por isso precisamos aproveitar a oportunidade: ler, estudar, buscar formas de fazer com as linhas e diretrizes apontadas pelos documentos sejam colocadas em prática. Essa tarefa da IVC não se restringe aos catequistas. É uma tarefa que envolve toda a comunidade e, de maneira mais otimista, todos os cristãos. Se não zelarmos por uma efetiva ação e empenho para uma verdadeira Iniciação à vida Cristã em comunidade, nossa Igreja estará fadada a um enfraquecimento contínuo e acelerado. E isso é *prá* começo de conversa.

REFERÊNCIAS

- CODINA, V. ¿Es lícito bautizar a los ricos? *Selecciones de Teología*, nº 53, Vol 14, Ene/mar 1975, p. 56 a 59.
- _____. IRARRAZAVAL, Diego. *Sacramentos de Iniciação: Água e Espírito de Liberdade*. São Paulo: Vozes, 1988.
- _____. Sacramentos. In: ELLACURIA, Inácio e SOBRINO, Jon, *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación II*, Madrid: Editorial Trota, 1990, p. 267-294.
- COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA [CNBB]. *Itinerário Catequético: Iniciação à Vida Cristã – um processo de inspiração catecumenal*. Brasília: Edições CNBB, 2ª ed. 2015.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB] *Catequese Renovada: Orientação e conteúdo*, São Paulo: Paulinas, 1983. [Documentos CNBB, nº 26].
- _____. *Diretório Nacional de Catequese*, São Paulo: Paulinas, 2005. [Documentos CNBB, nº 84].
- _____. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Brasília: Edições CNBB, 2016. [Documentos CNBB nº 105]
- _____. *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários*. Brasília: Edições CNBB, 2017. [Documentos CNBB nº 107]. (Cópia)
- LIBANIO, João Batista. Itinerário da fé hoje: a propósito da teologia da fé. In: *O Itinerário da fé na “iniciação cristã de adultos”*. Estudos da CNBB, nº 82. São Paulo: Paulus, 2001. p. 305-306.
- MIRANDA, Mário França. É possível um sujeito eclesial? *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Ano 43, Nº 119, Jan/Abr 2011. p. 58.
- _____. Rumo a uma nova configuração eclesial. *Cadernos de Teologia Pública IX*, nº 71, 2012, São Leopoldo: UNISINOS.
- RAMÍREZ, Francisco Javier Montes, “La unidad teológica de los sacramentos de Iniciación Cristiana”. *Medellín*, Bogotá, Colombia, v. 62, n. 166, Sep / Dic 2016. P. 579-598.
- SESBOUÉ, Bernard. *Pensar e a viver a fé no Terceiro Milênio: Sacramentos credíveis e desejáveis*. Coimbra: Gráfica Coimbra, 2009.
- TRAETS, Cor. Orientaciones para una teología de los sacramentos. *Selecciones de Teología*, Espanha, Vol 12, nº 47, Jul/set, 1973. p. 210-220.

A Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*: retomada do espírito conciliar e novas perspectivas para as famílias

Priscila Cirino Teixeira ¹

Resumo: O Concílio Ecumênico Vaticano II significou um marco na história recente da Igreja Católica. Depois de alguns anos de entusiasmo pelas novas perspectivas advindas do Concílio, as referências a ele foram se escazeando. Podemos perceber, porém, como o papa Francisco vem recuperando o espírito conciliar. Nesta comunicação, pretendemos identificar essa retomada especificamente em relação ao tema da família, comparando trechos da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* (AL), publicada pelo papa em 2016, com textos da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) e das Conclusões de Medellín (1968). Na AL, encontramos, além de relevantes singularidades, ecos de propostas tanto da *Gaudium et Spes* (GS) quanto do documento 3 de Medellín, intitulado “Família e Demografia”. Como parte da Igreja em saída, as famílias são impulsionadas pelos ensinamentos da AL a irem ao encontro das realidades do mundo, na esteira da GS, acolhendo e apoiando, especialmente em nosso contexto latino-americano, irmãos e irmãs que mais sofrem.

Palavras-chave: *Amoris Laetitia*. Concílio Vaticano II. Famílias.

O Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, pode ser considerado um dos acontecimentos mais expressivos da Igreja Católica em sua história recente. Depois de alguns anos de entusiasmo pelos novos ares trazidos pelo Concílio, as referências aos documentos conciliares foram diminuindo. Podemos notar, no entanto, como o papa Francisco vem recuperando aspectos teológicos e pastorais do Vaticano II. “O ensinamento conciliar corre em suas veias, ilumina seus pensamentos, acende seus sonhos, inspira suas decisões”².

Como afirma Aquino Júnior³, a “importância de Francisco na Igreja e na sociedade, tem a ver com a retomada e atualização desse dinamismo eclesial desacelerado ou mesmo reprimido nas últimas décadas”. O dinamismo a que o autor se refere é a renovação eclesial desencadeada pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, eventos de grande importância social “na medida em que redefine[m] a presença e atuação da Igreja na sociedade”⁴.

Nossa proposta é identificar a retomada do espírito conciliar realizada pelo papa Francisco no que se refere especificamente ao tema da família, comparando trechos da exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Laetitia*, publicada pelo pontífice em 19 de março de

1 Mestranda em Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Graduada em Teologia pela FAJE (2006) e em Comunicação Social/Jornalismo pela UFMG (1999). Missionária consagrada da Fraternidade Missionária Verbum Dei. Coordenadora do Conselho Pastoral da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem. E-mail: priscilactx@gmail.com

2 CODA, 2019, p. 48.

3 AQUINO JÚNIOR, 2018, p. 45.

4 AQUINO JÚNIOR, 2018, p. 45.

2016⁵, com textos da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) e do documento 3 as Conclusões de Medellín (1968). Pretendemos indicar os aspectos de continuidade entre os três textos, os desdobramentos de intuições prévias e novos aspectos trazidos pelo magistério do atual papa. Antes, porém, recordaremos características marcantes do Concílio Vaticano II, bem como alguns elementos que traduzem o espírito da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.

1 O CONCÍLIO VATICANO II E SUA RECEPÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A Igreja Católica, a partir do Vaticano II, assume uma nova postura em relação à sociedade, acolhendo e valorizando o que a modernidade trouxe de benefícios para a humanidade, sem deixar de apontar aquilo que se afasta da proposta do Evangelho. A atenção aos sinais dos tempos torna-se critério de discernimento para a prática pastoral e para a reflexão teológica. Destacaram-se as perspectivas eclesiológica e pastoral como marcantes, e não apenas a preocupação por estabelecer definições dogmáticas, como acontecia em concílios anteriores. Já no discurso de abertura dos trabalhos conciliares, o papa João XXIII dava o tom dessa nova abordagem:

A finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos [...]. É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo⁶.

Como indica Gilles Routhier⁷, para trilhar esse caminho proposto, foi necessário que os padres conciliares aprendessem a ser hermenêutas. Porém, não bastava a hermenêutica das Escrituras e dos textos magisteriais. “Eles deviam ser hermenêutas da *práxis* ou da experiência humana. [...] Somente a este preço era possível assumir a leitura dos sinais dos tempos”⁸.

O Vaticano II, para além de seus importantes documentos, pode ser caracterizado como um acontecimento “que afetou o ser inteiro da comunidade crente, com intensas repercussões na cultura universal”⁹. Uma das grandes repercussões desse Concílio foi, sem dúvida,

5 A exortação apostólica foi publicada como fruto da XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, sobre “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo”, realizada entre 4 e 25 de outubro de 2015, e da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre “Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização”, que aconteceu entre 5 e 19 de outubro de 2014.

6 JOÃO XXIII, Papa. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 2002, p.27-28

7 ROUTHIER, 2015, p. 169-170

8 *Ibid*, p. 170.

9 QUEIRUGA, 2005, p. 20.

a sua recepção¹⁰ na América Latina. Diversos movimentos, que já fervilhavam no continente, ganharam impulso em sintonia com o espírito conciliar.

A proposta de diálogo da Igreja com a Modernidade é recebida com bons olhos pelo episcopado latino-americano. Mas historicamente há um hiato. A América Latina e o Caribe vivem – paralelamente à modernidade europeia – reverberações de um processo de colonização [além do impacto de regimes ditatoriais que irrompiam em vários países]. [...] Os dilemas humanos que aqui se faziam presentes diziam respeito aos sistemas políticos e econômicos que a cada dia se mostravam incapazes de converter-se em dignidade à pessoa humana, ou no mínimo não estavam preocupados com isso¹¹.

Por isso, no entender dos bispos latino-americanos, era necessário refletir sobre “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio” em uma Conferência Geral do Episcopado do continente. A decisão foi tomada em 1967. Em janeiro de 1968, iniciaram-se os trabalhos preparatórios. De 24 de agosto a 6 de setembro desse mesmo ano, os bispos estiveram reunidos em Medellín, Colômbia, realizando o importante esforço de recepção do Concílio Vaticano II nas e para as circunstâncias concretas da realidade latino-americana.

Para Villas Boas e Marchini, “Medellín foi responsável por traduzir à realidade da América Latina o espírito de *aggiornamento* do Concílio Vaticano II. E o mesmo espírito adentra tanto a teologia latino-americana quanto as comunidades eclesiais, que em muito dialogam com os teólogos”¹².

2 A FAMÍLIA NA *GAUDIUM ET SPES* E NO DOCUMENTO 3 DE MEDELLÍN

Tendo recordado alguns elementos significativos sobre o Concílio Vaticano II e sua recepção na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, apresentaremos uma síntese do que se refere à família nos documentos selecionados para a posterior comparação com o ensinamento do papa Francisco em *Amoris Laetitia*. A doutrina sobre o matrimônio e a família, apenas mencionada na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG, n. 35 e n. 41) e no Decreto *Apostolicam Actuositatem* (AA, n. 11), é desenvolvida em um capítulo específico da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS). Trata-se do primeiro capítulo da segunda parte da referida Constituição, cujo título é “A promoção da dignidade do matrimônio e da família”.

10 Com Beozzo, podemos compreender a Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín como parte do processo de recepção conciliar, sendo esse definido como “o elemento de verificação mais importante, pois revela quais dimensões foram capazes de passar para o cotidiano da Igreja, que outras deixaram de ser assimiladas e até mesmo as que foram seletivamente abandonadas” (BEOZZO, 2015, p. 803).

11 VILLAS BOAS; MARCHINI, 2018, p. 112-113.

12 VILLAS BOAS; MARCHINI, 2018, p. 112-113.

Inicialmente, os padres conciliares afirmam que “a salvação da pessoa e da sociedade humana e cristã está intimamente ligada com uma favorável situação da comunidade conjugal e familiar” (GS, n. 47). Alegram-se com o aumento do número de homens e mulheres que veem com estima a família, “esta comunidade de amor e respeito pela vida” (*Ibid.*), e apontam que “a dignidade desta instituição não resplandece em toda parte com igual brilho” (*Ibid.*). Ressaltam-se os elementos que obscurecem tal brilho.

A seguir, recorda-se que o matrimônio é instituição que nasce, perante a sociedade, e é confirmada pela lei divina, “por meio do ato em que os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro” (GS, n. 48). Enfatiza-se que “a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados para a procriação e educação da prole” (*Ibid.*). Como veremos posteriormente, esta ordenação não será colocada como prioritária na Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* e não é mencionada no documento de Medellín sobre a família.

O amor conjugal, “dirigido e enriquecido pela força redentora de Cristo e pela ação salvadora da Igreja” (*Ibid.*), “se manifesta com a ternura do afeto e com as obras e penetra toda a vida” (GS, n. 49). Renova-se o convite ao amor casto durante o noivado e à indivisibilidade desse amor vivido entre os esposos. Afirma-se, ainda, a “igual dignidade da mulher e do homem” (*Ibid.*).

No que se refere à fecundidade do matrimônio, a Constituição Pastoral diz que são os próprios esposos, em última instância, que devem, diante de Deus, tomar a decisão sobre o número de filhos que terão. “Não podendo, porém, proceder arbitrariamente, mas sempre se devem guiar pela consciência, fiel à lei divina, e ser dóceis ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta à luz do Evangelho” (GS, n. 50). A harmonização do amor conjugal com o respeito à vida humana supõe, segundo afirmam os padres conciliares, não apenas a sinceridade da intenção e a apreciação dos motivos, mas também deve ser determinada por critérios objetivos (GS, n. 51).

Finalmente, pede-se o empenho de “todos aqueles que têm alguma influência nas comunidades e grupos sociais, [...] para a promoção do matrimônio e da família” (GS, n. 52). Destaca-se o papel da comunidade cristã, em especial dos sacerdotes nessa promoção, prestando o devido auxílio aos esposos para a vivência de sua vocação conjugal e familiar. Conclui-se o documento com o chamado aos esposos cristãos a se tornarem, “pela fidelidade do seu amor, através das alegrias e sacrifícios de sua vocação, testemunhas daquele mistério de amor que Deus revelou ao mundo com sua morte e ressurreição” (*Ibid.*).

Por sua vez, no documento 3 das Conclusões de Medellín (Med 3)¹³, intitulado “Família e Demografia”, os bispos latino-americanos afirmam, a modo de introdução, que a reflexão sobre a realidade da família não é fácil, pois “a ideia de família encarna-se em realidades

13 Dezesseis documentos compõem as “Conclusões de Medellín”, como fruto do trabalho da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Os documentos conclusivos estão divididos em três áreas: promoção humana, evangelização e crescimento da fé, Igreja visível e suas estruturas. O documento 3, que tomamos como referência para esta análise, situa-se na parte relativa à promoção humana.

sociológicas sumamente diversas” (Med 3, n. 1). A família estava sendo impactada pelas transformações sociais e, especificamente na América Latina, sofria gravemente as consequências do subdesenvolvimento.

Apresenta-se, a seguir, a análise da realidade, destacando quatro fenômenos que têm influência sobre as famílias latino-americanas: a passagem de uma sociedade rural a uma urbana; o processo de desenvolvimento que traz crescimento econômico desigual para as famílias; o rápido crescimento demográfico; a subtração de alguns aspectos da importância social da família (cf. Med 3, n. 2).

Esses fenômenos se traduzem em problemas de certa gravidade, tais como o baixíssimo índice de casamentos, a alta porcentagem de nascimentos chamados ilegítimos, a crescente desagregação familiar, a acentuação do hedonismo e do erotismo, sérios problemas de moradia, a desproporção entre os salários e as condições reais da família, a má distribuição dos bens de consumo e de civilização, e a impossibilidade moral e material para muitos jovens de constituir dignamente uma família (cf. Med 3, n. 3). Nesse ponto, o documento de Medellín retoma alguns dos elementos elencados na *Gaudium et Spes* (n. 47).

Tendo situado as principais questões enfrentadas pelas famílias no continente latino-americano, o documento se dedica ao segundo passo: julgar a realidade à luz da Escritura e do Magistério, privilegiando referências ao Concílio Vaticano II, especialmente a *Gaudium et Spes*, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) e o Decreto *Apostolicam Actuositatem* (AA). São propostos valores a serem conservados ou adquiridos pelas famílias, para que possam cumprir a sua missão. Em primeiro lugar, a família é apontada como formadora de pessoas, tendo recebido essa missão diretamente de Deus. A seguir, explicita-se que a família é educadora na fé e chamada a ser promotora do desenvolvimento e da justiça.

Ainda na perspectiva de julgar a realidade à luz da fé, os bispos centram a atenção em um problema específico das famílias na América Latina, que já havia sido ressaltado no título do documento: a demografia, mais precisamente o acelerado crescimento demográfico vivido no continente. A encíclica *Humanae Vitae*, que trata da regulação da natalidade, havia sido publicada há apenas um mês por Paulo VI. Os bispos latino-americanos reconhecem que a ética conjugal proposta nessa encíclica não é fácil de ser vivida. Por isso, “conscientes dessas dificuldades e sentindo na alma as indagações e angústias de todos os nossos filhos” (Med 3, n. 11), destacam alguns aspectos a serem priorizados pelas famílias latino-americanas: a exclusão dos meios artificiais de controle de natalidade, o que não diminui a responsabilidade nem a liberdade dos cônjuges; e a importância da vida sacramental e da ajuda mútua oferecida entre casais, acompanhados de peritos e de sacerdotes, para viver o ideal proposto.

A última parte do documento traz as “Recomendações para uma pastoral familiar” (cf. Med 3, n. 13-20), impulsionando à ação coerente com o que foi apresentado anteriormente. Os bispos afirmam ainda ser necessário dar prioridade à pastoral familiar dentro da pastoral de conjunto, incluindo os casais nesse processo (Med 3, n. 12).

3 A *AMORIS LAETITIA* COMO RETOMADA DO ESPÍRITO CONCILIAR E DE MEDELLÍN

Como já afirmamos na introdução, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* (AL), encontramos, além de significativas novidades, desdobramentos de propostas e intuições da GS e do documento 3 de Medellín. O documento do Papa Francisco é o mais recente escrito magisterial sobre a família, chamando a atenção por tratar-se “de orientações não às famílias perfeitas, mas às muitas famílias que, bem longe de se considerarem perfeitas, vivem no amor, realizam a sua vocação e continuam caminhando, embora caiam muitas vezes ao longo do caminho, cheias de alegrias, dramas e sonhos”¹⁴.

O próprio papa apresenta, na introdução do Exortação, um resumo do documento:

No desenvolvimento do texto, começarei por uma abertura inspirada na Sagrada Escritura, que lhe dê o tom adequado. A partir disso, considerarei a situação atual das famílias, para manter os pés assentes na terra. Depois lembrarei alguns elementos essenciais da doutrina da Igreja sobre o matrimônio e a família, seguindo-se os dois capítulos centrais, dedicados ao amor. Em seguida, destacarei alguns caminhos pastorais que nos levem a construir famílias sólidas e fecundas segundo o plano de Deus, e dedicarei um capítulo à educação dos filhos. Depois me deterei sobre um convite à misericórdia e ao discernimento pastoral perante situações que não correspondem plenamente ao que o Senhor nos propõe; e, finalmente, traçarei breves linhas de espiritualidade familiar (AL, n. 6).

Após o capítulo introdutório fundamentado em referências bíblicas, o capítulo II da AL põe em evidência os desafios enfrentados pelas famílias, atualizando a leitura da realidade feita por documentos anteriores, entre os quais destacamos GS, n. 47 e Med 3, n. 1-3. Entre os novos desafios, destacam-se “o individualismo exagerado que desvirtua os laços familiares e acaba por considerar cada componente da família como uma ilha, [...] o ritmo da vida atual, o stress, a organização social e laboral, porque são fatores culturais que colocam em risco a possibilidade de opções permanentes” (AL, n. 33).

Nesse mesmo capítulo, o papa reconhece, de forma humilde e realista, que “às vezes a nossa maneira de apresentar as convicções cristãs e a forma como tratamos as pessoas ajudaram a provocar aquilo de que hoje nos lamentamos” (AL, n. 36), referindo-se à diminuição do número de matrimônios cristãos, que já era apontada como uma preocupação no documento 3 de Medellín (n. 3).

Na Exortação Apostólica, assume-se também que “muitas vezes apresentamos de tal maneira o matrimônio que o seu fim unitivo, o convite a crescer no amor e o ideal de ajuda mútua ficaram ofuscados por uma ênfase quase exclusiva no dever da procriação” (AL, n. 36),

14 SOUSA, 2018, p. 191.

gerando afastamento dos jovens em relação à proposta do matrimônio cristão. Recordemos que o acento no fim procriativo do casamento é o mais marcante na *Gaudium et Spes* (n. 48), enquanto que, em *Amoris Laetitia*, notamos um distanciamento dessa abordagem e maior ênfase na dimensão unitiva (ver, por exemplo, AL, n. 88).

Mesmo ao se referir à fecundidade do matrimônio, esta é situada em um horizonte mais amplo, que vai além dos filhos gerados. A chamada “fecundidade alargada”, que é tematizada no quinto capítulo da Exortação Apostólica, convida a que o núcleo familiar restrito não se isole do restante da família e acolha especialmente as pessoas mais necessitadas de ajuda, de companhia e de carinho (cf. AL, n. 187). Encontramos, nessa proposta, ecos de uma das ações pastorais sugeridas pelos bispos em Medellín: “Levar todas as famílias a uma generosa abertura para as outras famílias, [...] sobretudo as famílias marginalizadas ou em processo de desintegração” (Med 3, n. 20).

No que se refere à cooperação dos pais na educação dos filhos, GS n. 52 afirma: “a presença ativa do pai contribui poderosamente para a formação destes; mas é preciso assegurar também a assistência ao lar por parte da mãe, da qual os filhos, sobretudo os mais pequenos, têm tanta necessidade; sem descuidar, aliás, a legítima promoção social da mulher”. De forma similar, o papa Francisco reforça o direito de toda criança de receber o amor de uma mãe e de um pai. Avança, porém, ao dizer que “não se trata apenas do amor do pai e da mãe separadamente, mas também do amor entre eles, captado como fonte da própria existência, como ninho acolhedor e como fundamento da família. Caso contrário, o filho parece reduzir-se a uma posse caprichosa” (AL, n. 172).

Além disso, na perspectiva realista que caracteriza a AL, também são consideradas as situações em que falta o amor característico de um ambiente familiar saudável e se propõe que as famílias, vivendo um amor que se abre, possam

acolher, com tanto amor, as mães solteiras, as crianças sem pais, as mulheres abandonadas que devem continuar a educação dos seus filhos, as pessoas deficientes que requerem muito carinho e proximidade, os jovens que lutam contra uma dependência, as pessoas solteiras, separadas ou viúvas que sofrem a solidão, os idosos e os doentes que não recebem o apoio dos seus filhos, até incluir no seio dela mesmo os mais desastados nos comportamentos da sua vida. E pode também ajudar a compensar as fragilidades dos pais, ou a descobrir e denunciar a tempo possíveis situações de violência ou mesmo de abuso sofridas pelas crianças, dando-lhes um amor sadio e um sustentáculo familiar, quando os seus pais não o podem assegurar (AL, n. 197).

Podemos ver aqui uma ampliação da recomendação feita pelos padres conciliares em GS, n. 52: “Protejam-se também e ajudem-se convenientemente, por meio de legislação

previdente e com iniciativas várias, aqueles que por infelicidade estão privados do benefício de uma família”.

Outro novo aceno trazido pelo papa Francisco se refere a uma leitura adequada de um trecho da Carta de Paulo aos Efésios, objetivando evitar toda forma de justificação de submissão da mulher a partir das Escrituras. O número em que o tema é tratado situa-se em uma parte intitulada “Violência e manipulação”, no qual se abordam questões relativas à sexualidade conjugal:

É importante deixar claro a rejeição de toda a forma de submissão sexual. Por isso, convém evitar toda a interpretação inadequada do texto da Carta aos Efésios, onde se pede que “as mulheres [sejam submissas] aos seus maridos” (Ef 5, 22). São Paulo exprime-se em categorias culturais próprias daquela época; nós não devemos assumir esta roupagem cultural, mas a mensagem revelada que subjaz ao conjunto da perícope. Retomemos a sábia explicação de São João Paulo II: “O amor exclui todo o gênero de submissão, pelo qual a mulher se tornasse serva ou escrava do marido (...). A comunidade ou unidade, que devem constituir por causa do matrimônio, realiza-se através de uma recíproca doação, que é também submissão mútua”. Por isso, se diz que “devem também os maridos amar as suas mulheres, como o seu próprio corpo” (Ef 5, 28). Na realidade, o texto bíblico convida a superar o cômodo individualismo para viver disponíveis aos outros: “Submetei-vos uns aos outros” (Ef 5, 21). Entre os cônjuges, esta recíproca “submissão” adquire um significado especial, devendo-se entender como uma pertença mútua livremente escolhida, com um conjunto de características de fidelidade, respeito e solicitude. A sexualidade está ao serviço desta amizade conjugal de modo inseparável, porque tende a procurar que o outro viva em plenitude. (AL, n. 156)

No capítulo VI da AL, dedicado às perspectivas pastorais, percebemos desdobramentos de propostas apenas enunciadas no documento 3 de Medellín, tais como a adequada preparação dos noivos para o matrimônio (Med 3, n. 14) e o acompanhamento pastoral dos casais (Med 3, n. 11; também GS, n. 52), que deve ser adaptado, segundo aponta o papa Francisco, às diversas etapas da vida e do relacionamento conjugal.

A elaboração de uma adequada espiritualidade conjugal foi também proposta no documento 3 de Medellín (n. 15). Todo o nono capítulo da Exortação Apostólica é destinado a esse tema. Faz-se um convite a viver uma espiritualidade matrimonial como “espiritualidade do vínculo habitado pelo amor divino” (AL, n. 315) e são dadas pistas para que isso seja realizado na vida concreta. Também o capítulo IV, “O amor no matrimônio”, fundamentado no hino paulino à caridade (1Co 13,1-7), é rico em elementos capazes de nutrir a espiritualidade

conjugal na realidade cotidiana das famílias. Esse capítulo amplia as breves referências sobre o amor conjugal, apresentadas em GS, n. 49.

É, sem dúvida, singular a atitude de respeito e acolhida, proposta pelo papa Francisco diante das situações chamadas “irregulares”, tema abordado principalmente no oitavo capítulo da *Amoris Laetitia*. O pontífice afirma que é preciso “evitar juízos que não levem em consideração a complexidade das diversas situações” (AL, n. 79). O ideal do matrimônio cristão é claramente apresentado (cf. AL, n. 292). No entanto,

assumindo que algumas formas de união “contradizem radicalmente este ideal” e outras “o realizam pelo menos de forma parcial e analógica” [AL, n. 292], Francisco afirma que “não é possível dizer que todos os que estão em uma situação chamada ‘irregular’ vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante” [AL, n. 301]. Declara também que “um pastor não pode sentir-se satisfeito apenas aplicando leis morais àqueles que vivem em situações ‘irregulares’, como se fossem pedras que se atiram contra a vida das pessoas” (AL, n. 305)¹⁵.

O papa especifica ainda “circunstâncias atenuantes no discernimento pastoral” (cf. AL, n. 301-303) e convida a que o discernimento ajude “a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus. [...] A pastoral concreta dos ministros e das comunidades não pode deixar de incorporar esta realidade” (AL, n. 305).

A partir desses pressupostos, o papa propõe três ações: acompanhar, discernir e integrar a fragilidade. Admite que a história da Igreja foi-se construindo, às vezes, a partir da lógica da marginalização e outras da integração, optando claramente pela segunda perspectiva. Para ele, “ninguém pode ser condenado para sempre, porque essa não é a lógica do Evangelho” (AL, n. 297).

4 AS FAMÍLIAS “EM SAÍDA”

Embora alguns manifestem sua insatisfação com propostas da Exortação Apostólica, questionando inclusive sua consonância com o magistério precedente e sua ortodoxia, para muitos os ensinamentos da *Amoris Laetitia* significam trilhas promissoras a serem percorridas em uma pastoral familiar mais inclusiva e acolhedora.

Consideramos que, ao mesmo tempo em que se situa em continuidade com os ensinamentos eclesiais anteriores, o papa Francisco convida a percorrer caminhos mais pautados pela escuta, pela acolhida e pela misericórdia para com as famílias, animando-as a viver

15 SOUSA, 2018, p. 192.

segundo o Evangelho e não impondo-lhes mais cargas do que podem suportar: “Avancemos, famílias; continuemos a caminhar! O que nos é prometido é sempre mais. Não percamos a esperança por causa dos nossos limites, mas também não renunciemos à procura da plenitude de amor e comunhão que nos foi prometida” (AL, n. 325).

O pontificado de Francisco vem sendo marcado pela convocação a ser “Igreja em saída”: Igreja que vai ao encontro das realidades do mundo, como propuseram os padres conciliares na *Gaudium et Spes*; Igreja que é também capaz de abraçar realidades diversas e marginalizadas, na esteira do espírito de Medellín. No que se refere especificamente às famílias, que fazem parte dessa Igreja em saída rumo às “periferias existenciais”, é tempo de que sejam elas mesmas evangelizadoras de outras famílias¹⁶ e portadoras da caridade cristã, especialmente, na acolhida e apoio a tantos irmãos e irmãs que sofrem.

REFERÊNCIAS

- AQUINO JÚNIOR, Francisco. 50 anos de Medellín – 5 anos de Francisco: perspectivas teológico-pastorais. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 50, n. 1, p. 41-58, jan. /abr. 2018.
- BEOZZO, J. O. Recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil. In: PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W. L. (orgs.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p. 803-812.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, Medellín, 1968. São Paulo: Paulinas, 1977.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia: sobre o amor na família*. São Paulo: Loyola, 2016.
- QUEIRUGA, André Torres. O Vaticano II e a teologia. *Concilium Brasil*, Petrópolis, n. 312, p. 20-33, 2005/4.
- ROUTHIER, Gilles. *Gaudium et Spes: A aprendizagem da Igreja Católica no diálogo com o mundo*. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 47, n. 132, p. 161-178, maio/ago. 2015.
- SOUZA, Celia Soares de. A família no centro dos desafios da Igreja: de Medellín a Francisco. In: SOUZA, Ney de; SBARDELOTII, Emerson. *Medellín: Memória, profetismo e esperança na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 182-196.
- VILLAS BOAS, Alex; MARCHINI, Welder Lancieri. Medellín como recepção conciliar. In: SOUZA, Ney de; SBARDELOTII, Emerson. *Medellín: Memória, profetismo e esperança na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 110-121.
- CODA, Piero. *A Igreja é o Evangelho: nas fontes da teologia do Papa Francisco*. Brasília: Edições CNBB, 2019.

16 Cf. AL, n. 200, 201 e 287-290.

Juventude numa Igreja em saída. Evangelização da juventude na Diocese de Mogi das Cruzes

Reginaldo Martins da Silva ¹

Resumo: Neste presente artigo vamos apresentar uma reflexão sobre a juventude correspondendo aos apelos e questionamentos de fé dentro de um processo evangelizador. Deste modo, diante das infinitas mudanças e perspectivas que o mundo juvenil apresenta, percebemos a necessidade de dialogar, na busca de uma maior compreensão dessa realidade. Nosso objetivo principal é entender a condição do jovem no tempo atual, e com isso despertar a consciência das pessoas, sobretudo a da juventude, de acordo com os novos termos dessa pós-modernidade, permitindo-nos sua compreensão para que possamos evangelizá-la.

Visando ampliar o horizonte de nossa pesquisa, ao longo deste projeto iremos apresentar num primeiro momento os diversos cenários em que a juventude se fez protagonista ao longo da história, tendo como pretensão traçar um percurso histórico até os dias atuais com o pontificado do Papa Francisco. Depois traçaremos o caminho sinodal que também é para nós uma chave de leitura numa proposta de saída. Por fim apresentamos de forma bem sintética a experiência da pastoral orgânica da Diocese de Mogi das Cruzes que resultou na concretização do Setor Diocesano da Juventude.

Palavras-chaves: Papa Francisco, Evangelização, Juventude.

1 CENÁRIOS DO PROTAGONISMO JUVENIL NA HISTÓRIA

A Igreja Católica sempre teve e ainda tem uma grande experiência no trabalho com a juventude. Por muito tempo ela atualizou o seu modo de agir e pensar para alcançar essa realidade que por vezes se via tão complexa. Certo é, que o próprio Jesus é aquele que em sua juventude “crescia em estatura, idade e graça diante de Deus e dos homens” (Lc 2,52). Em sua humanidade assume uma vida comum como de qualquer jovem judeu de sua época. Embora não temos relatos que trazem elementos concretos da vida de Jesus, nele podemos contemplar o rosto jovem de Deus que assume nossa humanidade como Filho de Deus encarnado. Por meio dele assumimos o seu projeto do Reino de Deus, como uma proposta de vida e conversão. Ele lançava o seu olhar para os jovens propondo um novo caminho como forma de seguimento como vemos em (Mt 19,20) com a experiência do jovem rico, em (Lc 8, 1-3) com a experiência de mulheres como Maria Madalena, Joana e Suzana que o acompanhava e o servia com os seus bens.

Papa Francisco alude em sua exortação *Christus Vivit*: com base nos dados evangélicos, afirma “que Jesus, na sua fase juvenil, foi se formando, foi se preparando para realizar

¹ Graduado em Filosofia pela UNIFAI – Centro universitário Assunção e Teologia pela Faculdade Paulo VI. Especialista em Pastoral Juvenil pela UNISAL – Pio IX. Mestrando em Teologia pela PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: naldomartin@ibest.com.br.

o projeto que o Pai tinha. A sua adolescência e juventude orientaram-no para esta missão suprema”².

Muitos também foram os adeptos à esta nova forma de vida na Igreja nascente, dada pela pregação, pelo testemunho ou pelo martírio. O protagonismo de muitos santos e santas ao longo da história nos mostra o quanto a Igreja esteve presente na vida de cada um deles como: Águeda (251 d.C.), Sebastião (286 d.C.), Luzia (304 d.C.), Bento (547 d.C.), Bruno (1101 d.C.), Bernardo (1153 d.C.), Francisco de Assis (1226 d.C.), Clara de Assis (1253 d.C.), Francisco Xavier (1506 d.C.), Tereza de Jesus (1582 d.C.), Domingos Sávio (1857 d.C.), Terezinha do Menino Jesus (1873 d.C.), Laura Vicuña (1904 d.C.), Maria Goretti (1902 d.C.), Pier Geogio Frassati (1925 d.C.), Chiara Luce (1990 d.C.), Guido Schäffer (2009, d.C.) e tantos outros que se tornaram referência no protagonismo juvenil ao longo da história da Igreja, que com sua vida e testemunho de santidade, rejuvenescem a Igreja renovando seu ardor espiritual e o seu vigor apostólico.

Segundo Welder Lancieri Marchini “ao pensarmos as estratégias de evangelização, devemos ter as Escrituras como nosso principal critério, pois nos Evangelhos, Jesus se apresenta como Boa Notícia, ou seja, um modo de ser, uma atitude que brota de dentro do cristão, como fruto de sua identidade que é construída na vivência e convivência comunitária”³. Nesse sentido, todo discípulo, ao ler o Evangelho, é convidado a seguir o caminho e fazer a mesma experiência.

Contudo, o jovem como sujeito eclesial é aquele que é chamado e motivado a assumir seu compromisso por meio do encontro com a pessoa de Jesus. É a experiência com o próprio Deus que o torna capaz de perceber Jesus como o Cristo. Deste modo, a fé é um movimento pessoal daquele que decide a seguir Jesus e seu projeto.

A Pastoral Juvenil é gestada pela modernidade em meados dos séculos XIX-XX num ambiente social de importantes mudanças. Os jovens daquela época eram mais senhores de si nas suas decisões, na escolha de suas vocações e nas opções dentro da sociedade. Com isso, a modernidade teve um grande contributo para vida da juventude.

Nos anos 1960, há um grande despertar da juventude em âmbito mundial, os movimentos juvenis propuseram um novo estilo de vida e novos valores. Ora “a juventude passou a se apresentar para a sociedade com maior ênfase por intermédio do movimento estudantil, com suas variadas tendências político-ideológicas, no âmbito religioso a juventude católica era organizada por meio da Ação Católica especializada”⁴. Neste contexto, Medellín apresenta um novo rosto da Igreja, esta Latino-americana. No tocante a juventude, apresenta um sujeito que contribui e valoriza o sentido comunitário. A proposta do CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana) para a juventude vem afirmar a necessidade de formação de assessoria de modo mais especializado e a consolidação e a organização dos grupos.

2 PAPA FRANCISCO. *Christus Vivit*. Brasília: Edições CNBB, 2019. n.27.

3 MARCHINI, Welder Lancieri. *Escolhendo Jesus: jovens cristãos para uma nova sociedade*. p.99.

4 SOFIATI, Flavio Munhoz. *A juventude no Brasil: história e organização*. p.2.

Nesse contexto, a virada pragmática eclesial que se dá em relação a juventude é justamente a compreensão de um novo organismo social com valores próprios. Segundo as Conclusões de Medellín: “a Igreja vê na juventude a constante renovação da vida da humanidade”⁵. Em 1979 com a III Conferência Episcopal Latino-americana de Puebla assume uma opção preferencial pela juventude dizendo que “a Igreja confia nos jovens, sendo eles a sua esperança”⁶. Em 1992 a IV Conferência Episcopal Latino-americana reafirma a opção preferencial como também uma opção afetiva e efetiva pelos jovens por meio de uma pastoral orgânica. Em 2017/2018 o Papa Francisco apresenta uma opção com os jovens. Por meio do caminho proposto pelo sínodo dos bispos de 2018 ele propõe a juventude um caminho junto para que por meio de sua própria condição juvenil possa apresentar um processo de evangelização que seja verdadeiramente evangelizador.

Diante desses passos dados pela Pastoral Juvenil no Brasil, hoje nos faz refletir: Como pensar uma pastoral juvenil numa Igreja em saída? A realidade que encontramos nos provoca a pensar mais e pensar de outra maneira. Revisitar a Tradição sobretudo no que toca o trabalho da juventude é discernir o lugar da juventude na Igreja hoje frente aos desafios atuais. O Papa Francisco tem insistido neste processo de sinodalidade “uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e corresponsável”. Como concretizar esse modo de ser Igreja promovendo para a juventude estruturas de acompanhamentos, diálogo, discernimento vocacional e fé?

Portanto, de forma muito pessoal, entender o processo evangelizador da juventude é, sobretudo, compreendê-los como sujeitos na experiência de fé, de participação e o protagonismo no contexto eclesial e social que abrange mudanças e perspectivas em sua realidade de ser. Deste modo, o sínodo vem apontar caminhos de reflexão não para uma mudança dogmática ou doutrinárias, mas significa a construção pastoral acerca de uma realidade específica que é a juventude.

2 CONCEPÇÃO DE EVANGELIZAÇÃO

A juventude ao longo de todo seu processo histórico tem se caracterizado por diferentes modos de concepção. Diante do advento das ciências modernas, muitos especialistas da área da sociologia, da antropologia, da psicologia e da religião se debruçaram diante dessa temática, ajudando-nos a na reflexão que comporta tal realidade. O conceito de juventude nesse ambiente pós-moderno ou contemporâneo vem perdendo cada vez mais a noção de ser meramente uma faixa etária e vem se abrindo cada vez mais a um conceito amplo. De acordo com o Estatuto da juventude, “[...] são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15

5 CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE (CELAM) *Conclusão da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* p. 101.

6 _____. *Conclusão da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. p. 336.

(quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”⁷. Este período que intermedeia a infância e a vida adulta está marcada genericamente por meio das transformações físicas marcada pela puberdade, paralelamente ligadas às transformações intelectuais, emocionais tendo seu grau de excelência na vida adulta. Para a Sociologia esta fase é demarcada pelo término dos estudos, pela experiência do primeiro emprego, pela saída da casa dos pais como sinal de autonomia, pela busca por uma moradia e a pela inserção na vida matrimonial.

A juventude também pode ser compreendida como categorial social, pois a mesma se constitui como conjunto de sujeitos sociais capazes de atuar como unidade, mesmo com diferenças de classes entre si. Destacamos também os elementos históricos/simbólicos que marcam as experiências geracionais, que os fazem reconhecer perante a sociedade. Deste modo, sublinhamos a fase como ciclo vital, diante de mudanças e transformações de nível psicológico, sociológico e humano. Aqui não se trata de mera fase de transição da infância a idade adulta, mas um período da vida do ser humano com intensos significados sociais, trajetórias e demandas geracionais concretas. Sua situação define por sua vez seus processos de socialização dos quais estão inseridos. Contudo é preciso considerar que são diferentes e desiguais e por isso, muito se fala de juventudes. Nesse sentido, a relação da vida em grupos, como relação de grupos entre iguais e suas profundas experiências que os levam ao encontro e desencontro de si e do outro, é fundamental para compreendermos a totalidade dessa realidade estudada que é a juventude.

Apresentar um conceito de evangelização para o trabalho com a juventude, é pensar os melhores caminhos de ação, compreendendo o universo da juventude. Em contrapartida, compreender o período marcado por mudanças físicas, cognitivas e afetivas, compreender como fase primordial para afirmação de suas escolhas, suas aptidões, suas experiências e sobretudo sua experiência com Deus como forma de encontro. Deste modo, a evangelização será condição necessária para que o jovem em questão adquira uma boa identidade cristã e se envolva na edificação do Reino de Deus⁸.

Segundo Enzo Bianchi⁹ quando trata destes novos estilos de evangelização nos diz que respeito aos jovens de hoje, não professam uma incredulidade intelectual e nem mesmo uma indiferença justificada: buscam propostas que tenham sentido, querem tentar um caminho que tenha sentido com os outros, não gostam de pressupostos e soluções pré-fabricadas.

Agenor Brighenti ao tratar do tema da nova evangelização diz “a necessidade de uma *nova evangelização* se impõe antes do desafio de manter sempre viva a atual novidade do evangelho. A mensagem cristã é por excelência, boa notícia de plenitude de vida, uma diferença que necessita diferenciar a vida das pessoas, das culturas e religiões”¹⁰.

7 BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013: Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude.

8 CLANDO, Eduardo; LEDO, Jordelio Seles. *Evangelizar a Juventude*. p. 23.

9 BIANCHI, ENZO. *Novos estilos de evangelização*. p.28.

10 BRIGHENTI, Agenor. *Nueva evangelización e inculturación*. p. 11.

No programa apresentado por Paulo VI acerca da evangelização no mundo contemporâneo destaca-se como pano de fundo que a salvação e o Reino de Deus ocupam o centro de toda mensagem de Jesus. Certamente, o anúncio de ambos suscita no coração de Deus o desejo ardente de se tornar conhecido, e dos homens, de conhecer a Deus, num processo de conversão, libertação e adesão a um projeto que busca sentido por meio dos mistérios da vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus. Deste modo, é também missão da Igreja “evangelizar todos os homens” ou seja, pregar, ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa¹¹. Ainda tratando especificamente da realidade juvenil nos diz:

“As circunstâncias de momento convidam-nos a prestar uma atenção muito especial aos jovens. O seu aumento numérico e a sua crescente presença na sociedade e os problemas que os assediam devem despertar em todos o cuidado de lhes apresentar, com zelo e inteligência, o ideal evangélico, a fim de eles o conhecerem e viverem. Mas, por outro lado, é necessário que os jovens, bem formados na fé e na oração, se tornem cada vez mais os apóstolos da juventude. A Igreja põe grandes esperanças na sua generosa contribuição nesse sentido; e nós próprios, em muitas ocasiões, temos manifestado a plena confiança que nutrimos em relação aos mesmos jovens.”¹².

Atualmente estamos vivendo um contexto de mudança cultural, por ocasião do processo de globalização, das múltiplas narrativas do sujeito, da crise das instituições (Estado, Igreja, Família, Escola), da midiaticização, dos ambientes digitais, etc. Não nos permite ficar com uma imagem fixa do mundo nem de Deus, menos ainda do evangelho recebido de Jesus Cristo e testemunhado pelos apóstolos. A crescente mudança de época supõe para a Igreja uma transformação, num abandono de opção autorreferencial, para uma Igreja em saída, ou seja, do perigo de estar em si mesma, adoecida, sob uma luz própria e diante de um mundanismo espiritual para uma realidade mais ampla e abrangente a qual propõe o Papa Francisco a uma saída às periferias não só geográficas, mas também existenciais, como as do mistério do pecado, da dor, da injustiça, da ignorância e presidência religiosa, do pensamento de toda miséria. Aqui nos faz pensar não numa novidade de fé, pois o conteúdo daquilo que professamos é inalterável, mas sim ter ousadia em responder realidades que trazem à fé uma crise de confiança.

O documento de Aparecida nos apontava: “Muitas vezes, as linguagens utilizadas parecem não levar em conta a transformação dos códigos existencialmente relevantes nas sociedades influenciadas pela pós-modernidade e marcadas por um amplo pluralismo social e cultural”¹³. Essa característica no universo juvenil, faz uma diferença qualitativa no que

11 PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi* n. 14

12 *Idem*. n. 72.

13 CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. (CELAM). *Documento de Aparecida – texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. n. 395.

se refere à evangelização. Hoje falamos de mudanças de gerações, tecnologias, ambientes digitais, etc. Esses como tantos outros influenciam diretamente na linguagem efetiva para a transmissão e a vivência da fé. De acordo com o ponto de vista da antropologia, a condição juvenil atual passa por uma considerável transformação social, deste modo, a sua maneira de estar no mundo por meio das redes sociais (novas tecnologias), o mercado de trabalho, as novas formas de violência, afeta de modo direto o universo da juventude e apresenta como desafio frente a religiosidade a questão da diversidade.

Diante dos desafios apresentados para a evangelização dos jovens, o Papa Francisco, apresenta como programa de seu Pontificado uma Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Este propõe uma pedagogia do encontro com marcas afetivas de uma amizade concreta e verdadeira como vemos em (Jo 15,14) “Vós sois meus amigos, se fizerdes o que vos mando”. A relação de amizade é estabelecida pela adesão a todo projeto apresentado pela pessoa de Jesus, sendo esta realidade meramente humana. Deste modo, a vontade de Deus é a amizade estabelecida por meio de um novo vínculo, a correspondência do homem a Deus é sua aceitação a vida divina.

Na EG o Papa Francisco sublinha que “somente graças a este encontro – ou reencontro com o amor de Deus, que se converte a uma amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza além de nós mesmos, a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro. Aqui está a fonte da ação evangelizadora”¹⁴.

Contudo, a evangelização nos impele frente ao nosso tempo a uma constante renovação, uma atitude consciente e madura, e de responsabilidade diante dos compromissos implicados a ela. A alegria do anúncio da Boa-Nova deve ser também transmitida com fervor e entusiasmo, pois, na evangelização com a juventude a alegria é o sinal autêntico, que atrai cada vez mais jovem a uma experiência pessoal com a pessoa de Jesus.

Porém, vale ressaltar que a juventude não é um grupo homogêneo. Essas e tantas outras questões tocam de modo direto a vida de tantos jovens. Essa pluralidade aparece no documento final da reunião pré-sinodal como também no *instrumento laboris* que expõem o fenômeno diverso da juventude: “há jovens que gostariam que o posicionamento da Igreja mudasse, há jovens que querem aprender mais sobre o que a Igreja ensina e há muitos jovens que são felizes com o ensinamento da Igreja.” Deste modo a juventude é uma categoria que está sempre em construção e, seja na Igreja ou na sociedade está sempre em disputa.

3 O SÍNODO DA JUVENTUDE

Embora saibamos que o Sínodo é dos bispos, a tônica da temática desperta um novo olhar diante da proposta de Francisco, é da juventude, pois o sínodo precisou expandir o seu

14 PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: CNBB, 2013. n. 08.

olhar para além do ocidente, aberto e participativo. Certamente a participação direta dos jovens, seja pelo questionário *on line* ou pelas respostas de mais de 100 mil jovens ajudaram na construção e no bom êxito do sínodo.

O Sínodo não veio para dar receitas pastorais, ou responder a todas as dúvidas e necessidades dos jovens, resolver outras questões de fundo, falar de pastoral vocacional ou de pastoral juvenil. Pelo contrário, foi um tempo de partilha, de falar com coragem, na verdade, na caridade e na liberdade sobre a vida dos jovens. Ouvir com humildade as colaborações dos jovens presentes e ausentes num processo de discernimento e abertura da mente e do coração.

Fruto de todo processo sinodal é a exortação apostólica *Christus Vivit*, que leva a Igreja a concretude no trabalho pastoral com a evangelização dos jovens. Neste sentido, o que nos toca diante de todo o processo elaborado com o Sínodo é a escuta empática que se dá diante dessa realidade que é a juventude. É interessante porque a própria proposta do papa Francisco é levar a Igreja a ouvir a voz dos jovens, sem preconceitos e se colocando ao lado deles. Pensando num aspecto pastoral, notamos que a juventude é prioridade para esse tempo, por isso que precisamos investir tempo, energia e recursos conforme nos diz o papa em sua exortação.

A Exortação Apostólica é direcionada aos jovens do mundo inteiro, em seus mais diversos contextos e culturas, mas é também direcionada a todo povo de Deus. Foi um processo construído a partir da própria realidade juvenil, ou seja, uma exortação construída por muitas mãos e pode, com certeza, contribuir para todo universo juvenil. É preciso levar ao entendimento de todos que os jovens estão no coração de Deus e da Igreja.

A grande proposta que o papa faz questão em deixar claro é o processo na educação da fé que passa pelo *Kerigma*, diante do anúncio Deus é amor, Cristo te Salva e Ele vive, para ele é o que nunca se deveria silenciar. É o anúncio que inclui três grandes verdades que todos nós precisamos de escutar sempre de novo¹⁵. Com isso, propõe que exista um processo que garanta a maturação da juventude, que garanta não somente o anúncio mais que apresente um processo integrador com as demais realidades da vida do jovem. “A Igreja oferece muitos e variados espaços para viver a fé em comunidade, porque, juntos, tudo é mais fácil”¹⁶.

Francisco salienta ainda que o Sínodo reconheceu nos jovens de hoje o compromisso social como uma maraca da juventude dessa realidade. São jovens disponíveis para se comprometerem com iniciativas de voluntariado, cidadania ativa e solidariedade social. Ele nos diz que “o empenho social e o contato direto com os pobres continuam a ser uma oportunidade fundamental para descobrir ou aprofundar a fé e para discernir a própria vocação”¹⁷.

15 PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Christus Vivit*.. n. 111.

16 Idem, n. 164.

17 Idem, n. 171.

No tocante a Pastoral Juvenil o papa reforça o entendimento de uma ação pastoral realizada a partir dos jovens e sobretudo com os jovens, eles são os principais agentes. Ele nos diz da necessidade de um aprofundamento e implantação de uma pastoral em conjunto que somem as forças para uma maior participação juvenil. De modo especial, no Brasil todo trabalho feito pela Comissão Pastoral para Juventude da CNBB, nos coloca a frente neste trabalho, pois, a experiência do Setor Juventude, embora ainda emblemática em muitos lugares nós reforça a necessidade de unirmos forças. Há muitos carismas e dons suscitados pelo Espírito Santo, então é hora de unirmos nossas mãos para missão. Por meio do Setor Diocesano da Juventude a Igreja do Brasil procura cada vez mais reunir a diversidade de Juventudes.

4 A EVANGELIZAÇÃO DA JUVENTUDE NA DIOCESE DE MOGI DAS CRUZES

A Pastoral juvenil em âmbito nacional tem uma proposta em andamento. Essa proposta já recebeu anteriormente inspiração de tantas experiências marcadas na vida e na história da juventude. Essa experiência é chamada de Setor Diocesano da Juventude, que nada mais é, um despertar a juventude para o trabalho orgânico.

Para a Diocese de Mogi das Cruzes, a criação do Setor Juventude possibilitou um novo ardor para o trabalho com a juventude, sobretudo com a própria Pastoral da Juventude, todos precisaram dar um passo atrás para igualarmos essa nova proposta feita pela Igreja. Assumimos esse novo espaço juntos contando evidentemente com a ideia de caminhar juntos.

A realidade juvenil da Diocese de Mogi das Cruzes tem uma marca expressiva pela articulação e presença da Pastoral da Juventude. Ela possui uma história de luta pelos pobres e oprimidos, pela democracia e por direitos. Se colocando ao lado dos que promovem o círculo de vida e contrários a tudo que gera o círculo de morte, em especial de nossa juventude. Estas iniciativas podem ser observadas em campanhas: *contra a violência e o extermínio de jovens* e *do enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher*, além da participação na construção da constituição federal e em diversos movimentos favoráveis aos direitos de nosso povo. A missão da Pastoral da Juventude sempre teve como princípio o seguimento à Jesus no seu projeto de construir o Reino de Deus: a Civilização do Amor. Isso sempre requereu muita coragem para lutar. Afinal, a fé viva e transformadora requer ações concretas e apaixonadas.

Diante de um trabalho já suscitado pela Igreja, em 2007 o Documento 85 da CNBB apresenta para a Igreja do Brasil uma nova perspectiva no trabalho com a juventude. Essa nova maneira de organização se pautava na criação do Setor Diocesano da Juventude nas dioceses.

Em nossa realidade juvenil, o trabalho com a juventude não estava bem, não tínhamos assessores capacitados e disponíveis para o trabalho de assessoria para a juventude, em contrapartida os grupos de PJ's (Pastorais das Juventudes) já não davam conta da demanda das juventudes em todo território diocesano. Pensar algo que dinamizasse e organizasse toda

expressão de juventudes foi de fundamental importância para propor um trabalho de evangelização. A partir de 2011, iniciamos um trabalho de evangelização com a capacitação de lideranças juvenis que favoreceu a unidade e a formação das diversas expressões de juventudes.

Atualmente a Comissão Diocesana para Juventude denominada como instância de coordenação do Setor Juventude é formada por diferentes representantes de diferentes pastorais e movimentos juvenis da diocese, que com seus carismas fazem acontecer a evangelização da juventude, em nível paroquial e diocesano. São eles: Pastoral da Juventude, Juventude Vicentina, Legião de Maria Jovem, Ministério Jovem (RCC), Juventude Missionária, Caminho Neocatecumenal, Catequese Crismal, Novas Comunidades, Congregações e Encontro de Jovens com Cristo.

Iluminados pelos documentos a “Evangelização da Juventude” da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e “Civilização do Amor: Projeto e Missão” do CELAM e desafiados pela situação juvenil que nos cerca, queremos consolidar o Setor Juventude como um espaço juvenil de comunhão, articulação, convocação, formação, orientação e evangelização da juventude.

A realidade concreta que se desenvolve esse projeto missionário será nas dez cidades do Ato Tietê – SP que compõem a diocese de Mogi das Cruzes (Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Biritiba Mirim, Salesópolis, Guararema, Santa Isabel, Arujá e Mogi das Cruzes), ela apresenta uma realidade social extremamente diversificada que se caracterizam pelas áreas rurais, áreas industrializadas, grandes centros urbanos, setor universitário e comércio. Sendo um realidade anexa a da Grande São Paulo, apresenta uma juventude marcada pela drogadição, violência, desemprego, alto índice de criminalidade, suicídio, evasão escolar de jovens no período do ensino médio e cada vez mais a dificuldades de vincular esses jovens às atividades eclesiais.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Enzo. *Novos estilos de evangelização*. São Paulo: Loyola, 2015.

BRIGHENTI, Agenor. *Nueva evangelización e inculturación*. México: Dabar, 2013.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. (CELAM). *Documento de Aparecida – texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus. 2008.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). *Conclusão da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. *Conclusão da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual?* São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. *Conclusão da IV Conferência de Santo Domingo: nova evangelização, promoção humana, cultura cristã*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARCHINI, Welder Lancieri. *Escolhendo Jesus: jovens cristãos para uma nova sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PAPA FRANCISCO. *Exortação Apostólica Christus Vivit*. Brasília: CNBB, 2019.

_____. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Brasília: CNBB, 2013.

FONTES DIGITAIS

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013: Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/estatuto#.WdwMtlSziU>>. Acesso em: 8 setembro 2018.

CLANDO, Eduardo; LEDO, Jordelio Seles. *Evangelizar a Juventude*. Disponível em: <http://vidapastoral.com.br/artigos/temateologicos/evangelizar-a-juventude/2013>. Acesso em 20 de setembro 2018.

PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. 1975. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html>. Acesso em: 16 setembro 2018.

SOFIATI, Flavio Munhoz. *A juventude no Brasil: história e organização*, 2008. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofati.pdf>>. Acesso em: 8 de setembro de 2018.

Vaticano. *Instrumentum Laboris*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20180508_instrumentum-xvassemblea-giovani_po.html> . Acesso em: 02 de novembro de 2018

Mídia e campanha da fraternidade, caminho pastoral para a justiça e a paz

Leila Maria Orlandi Ribeiro ¹

Resumo: A presente comunicação aborda o tema da utilização da mídia na divulgação da Campanha da Fraternidade – CF e seus efeitos pastorais. Com o objetivo de destacar a importância da mídia para o caminho da fraternidade, inicia com os aspectos positivos e negativos da utilização dos recursos midiáticos na religião, passa pelo histórico da CF no Brasil, chegando aos efeitos da sua divulgação na mídia como caminho pastoral para a justiça e a paz. Conclui com a consideração de que as ações pastorais derivadas da Campanha da Fraternidade dizem respeito à sociedade como um todo, visando assegurar os direitos humanos mais elementares da pessoa para que possa viver com dignidade e fraternidade. Diante das possibilidades pastorais, considera-se ainda tímida a utilização da mídia na CF, devido aos poucos efeitos que produz. Não resta dúvida de que o uso da mídia traz excelentes benefícios às ações pastorais que dela podem ser derivadas. Porém, por outro lado, os novos instrumentos de comunicação apresentam alguns pontos negativos que merecem atenção e que devem ser considerados, destacando-se a questão da individualização e dos desvios na comunicação. Para atingir o objetivo do trabalho, convém conhecer a história da CF no Brasil. Pouco antes do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), alguns jovens padres, sob a coordenação do Bispo Dom Eugênio Sales, reuniam-se em Natal-RN para refletir sobre a vida pastoral da Igreja e o atendimento das necessidades sociais e políticas, frente à realidade pastoral da Igreja no Brasil. Daí surgem várias ideias pastorais, dentre elas a da utilização da mídia na religião e da Campanha da Fraternidade. A iniciativa da CF é estendida a todo território nacional a pedido de Dom Helder Câmara, a partir de 1964. Desde então, até 2019, os temas visaram: na primeira fase (1964-1972), a renovação Interna da Igreja; na segunda fase (1973-1984), a preocupação da Igreja com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça; e na terceira fase (1985 aos dias atuais), a igreja volta-se para as situações existenciais do povo brasileiro. Em 2019, a Campanha convida todos os brasileiros a percorrer o caminho da participação na formulação, avaliação e controle social das políticas públicas em todos os níveis, como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao povo brasileiro, com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, e o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27). Várias propostas de ação social e de participação foram e são sugeridas pelas Campanhas da Fraternidade. Citam-se, em 2019: participação em pastorais sociais; iniciativas de ações para o bom uso dos serviços públicos; resolução de situações agravantes dos direitos sociais; seminários, debates, rodas de conversa; criação de observatórios sociais e de ouvidoria; participação dos leigos na política; participação popular no controle social de gestão participativa; tomar parte nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos movimentos sociais, nos conselhos e comitês de combate à corrupção, dentre outras. O que se constata é que o uso da mídia na religião ainda é incipiente, produzindo tímidos efeitos pastorais com vistas à participação da comunidade e à atuação dos leigos cristãos em busca do bem comum, pois, conforme o Papa Francisco (no ano nacional do laicato, em 2018): leigos e leigas são sujeitos na Igreja em saída, a serviço do Reino. “Vós sois o Sal da terra e luz do mundo” (Mt 5, 13-14).

Palavras-chave: Fraternidade; mídia; pastoral; justiça; paz.

1 Professora e diretora acadêmica da FATEO – Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília. Consultora legislativa aposentada da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF. Mestre em educação pela UnB – Universidade de Brasília. Mestranda em Teologia do Minter FAJE-FATEO. E-mail: leilaor2608@gmail.com.

INTRODUÇÃO

É inquestionável a importância da mídia nos dias de hoje, inclusive no campo religioso e político, com efeitos na ação pastoral da igreja. Os meios de comunicação possibilitam aos líderes sua interferência na sociedade, e vice-versa, com amplas consequências sociais e políticas. Contudo, a despeito dos benefícios, as precauções quanto ao uso da tecnologia também devem ser consideradas.

Dentre as iniciativas religiosas com efeitos pastorais, destaca-se a Campanha da Fraternidade (CF), promovida a cada ano pela Igreja Católica e as demais Igrejas cristãs. Em 2019, a Campanha apresenta como um de seus objetivos incentivar a participação dos cidadãos cristãos na construção de políticas públicas. Nesse sentido, a mídia favorece a acessibilidade a toda a população aos conteúdos e à proposta da campanha, possibilitando ações pastorais. Diante da importância da mídia na religião, em particular na CF, o presente estudo tem por objetivo verificar: até que ponto a mídia vem sendo utilizada na divulgação e na disponibilização dos materiais elaborados pelos responsáveis da Campanha da Fraternidade? Qual seu alcance pastoral junto à sociedade? Quais efeitos pastorais produzem sua divulgação? No intuito de atingir o objetivo e responder essas indagações, buscar-se-á: 1 Identificar os aspectos positivos e os negativos da utilização da mídia na religião e na política; 2 Conhecer a origem e o histórico da CF no Brasil e sua divulgação pela mídia; 3 Verificar até que ponto surte efeitos pastorais a divulgação da CF na mídia.

1 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA UTILIZAÇÃO DA MÍDIA NA RELIGIÃO E NA POLÍTICA

A palavra mídia é largamente empregada para explicar os acontecimentos do processo político, com os mais variados significados. Tomaremos o sentido de mídia como o conjunto de meios de comunicação, de difusão e divulgação de informação, de veiculação de mensagens, suportes de campanhas publicitárias e de propaganda. Abrangem esses meios: o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, os satélites de comunicações, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação, computadores, celulares, dentre outros.²

Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa.³

2 Informação disponível em: https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+m%C3%A9dia&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=o+qu&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.3024j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 31.03.2019.

3 LIMA, V.A. Sete teses sobre a relação Mídia e Política. Mimeo, 2003. Apud GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/2469/1287>. Acesso em: 31.03.2019. Pág. 57.

Nesse sentido, não resta dúvida que o uso da mídia traz excelentes benefícios à religião, quanto ao alcance do fim que se propõe, inclusive com efeitos pastorais, divulgando suas propostas e comunicações. Porém, por outro lado, os novos instrumentos de comunicação apresentam também pontos negativos, que merecem atenção.

De forma geral, dentre os aspectos favoráveis da mídia, destacam-se: o encurtamento da distância entre as pessoas; de certo modo, a inclusão social é facilitada, já que os indivíduos têm possibilidade de contato com o mundo todo, tornando possível o acesso a notícias e acontecimentos em nível mundial; a realização imediata de atividades, não só religiosas e políticas, como também recreativas e profissionais, deixam de ser problema, já que são vencidas as dificuldades de tempo, distância e de locomoção; além de que o acesso às informações desperta sempre mais o interesse por novos conhecimentos, o que leva a população a maiores expectativas e aspirações.

Por outro lado, é inegável que o uso da mídia demanda cuidados especiais, já que o avanço da tecnologia ocorre em velocidade vertiginosa. Dentre os pontos negativos do uso da mídia, pode-se destacar: a grande parcela da população que se sente excluída do uso da tecnologia, pois lhe faltam até mesmo os recursos financeiros mínimos para a aquisição dos bens essenciais de sobrevivência; outros, sem a instrução necessária, não sabem como utilizá-la, como é o caso das pessoas com mais idade que não acompanharam desde cedo as novas tecnologias; há também pessoas com certas deficiências, com impedimentos para acessar os meios tecnológicos; além disso, corre-se o sério risco de as interações entre as pessoas ficarem mais distantes, pelo uso excessivo das mídias sociais. Nesse sentido, a fé cristã valoriza a **presença pessoal**, enquanto a invasão midiática afasta as pessoas dos **espaços presenciais**⁴. Outra situação é a falta de segurança da informação e de privacidade; bem como as famosas “fake news”, tão em voga e comentadas ultimamente, com sérias e perniciosas consequências; os “memes” e as “chacotas”, principalmente religiosas e políticas.

Muitas vezes pensa-se que linguagem e comunicação são como que duas faces de uma mesma moeda, mas não é bem assim. Há de se considerar o conteúdo proposto e a mensagem informativa de um lado, e, de outro, a força e a eloquência performativa da própria mensagem como formadora de opinião. Esta é a distinção entre linguagem e comunicação⁵: a linguagem autoritária enfeita tudo. Atrás de uma aparência libertadora, o autoritarismo na comunicação busca que continue tudo no mesmo, utilizando até um paradoxo muito expressivo, de perseguição aos “perturbadores” da ordem estabelecida, esvaziando os termos da verdadeira libertação.⁶ E nisso também a mídia por vezes é dolorosa na sua colaboração.

Diante dos pós e contras em relação ao uso da mídia e de seus riscos, não tendo como voltar atrás na era do conhecimento e no avanço da técnica e da tecnologia, a sociedade se depara com um novo desafio: o de desenvolver o espírito crítico desde a mais tenra idade e

4 LIBANIO, 2014, p. 116.

5 VIDE, Vicente, 2013, p. 62-63.

6 SEGUNDO, 1978, p. 6-7.

cuidar para as pessoas não se deixarem dominar pela força dos novos instrumentos de comunicação. Como cidadão consciente e participativo, o homem não pode se alienar dos fatos que ocorrem ao seu redor.

2 ORIGEM E HISTÓRICO DA CF NO BRASIL E SUA DIVULGAÇÃO NA MÍDIA COM VISTAS À AÇÃO PASTORAL

Quem nos conta a origem da Campanha da Fraternidade é o próprio Dom Eugênio Sales (1920-2012), um dos seus idealizadores.⁷ Pouco antes do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), alguns jovens padres, sob a coordenação do Bispo Dom Eugênio, reuniam-se em Natal-RN para refletir sobre a vida pastoral da Igreja e o atendimento das necessidades sociais e políticas do Brasil. Desses encontros surgiram várias iniciativas, dentre elas o primeiro Regional da CNBB, as escolas radiofônicas, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e também a Campanha da Fraternidade – CF. Destacam-se, dentre essas iniciativas, a preocupação com a utilização da mídia em prol da educação, por meio de programas escolares e de alfabetização, e as Campanhas da Fraternidade.

Na época, a Igreja, recebendo suporte financeiro da Europa, principalmente da Alemanha, inspirou-se nas iniciativas que de lá foram trazidas, e, adaptando-as à realidade brasileira, algumas foram implementadas, dentre elas a Campanha da Fraternidade, com dupla finalidade: evangelizadora e social. A primeira Campanha da Fraternidade em 1962, ficou restrita à Arquidiocese de Natal, que, conforme os costumes dos países de origem, destinou um dia para angariar donativos à Igreja e ao mundo subdesenvolvido, o que veio a ter continuidade até os dias de hoje.

Em 1963, Dom Helder Câmara (1909-1999), então Secretário Geral da CNBB, convocou os Bispos do Brasil a realizarem a Campanha da Fraternidade em nível nacional. O assunto foi tratado pelo Episcopado reunido em Roma para o Concílio, e em dezembro de 1964 foi aprovada a realização da Campanha em nível nacional, dando oportunidade aos fiéis de assumirem ações pastorais com responsabilidades na manutenção das obras políticas, sociais e assistenciais da Igreja Católica. São de Dom Hélder os dizeres, em relação à importância da ação pastoral na política:

A consciência ingênua acha que nas questões políticas o melhor é a neutralidade, pois comprometer-se é perigoso. A consciência crítica sabe que meter-se em política é ocupar-se das causas do povo. Não tem medo de comprometer-se, pois considera o risco da luta mais vantajoso do que a escravidão do pacifismo.⁸

7 SALES, Eugênio. Bispo. Origens da Campanha da Fraternidade. Disponível em: <https://domeugenio-sales.webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/>. Acesso em: 31.03.2019

8 Blog oficial do Idheg. Instituto Dom Helder. Disponível em: <http://institutodomhelder.blogspot.com/2017/03/um-olhar-sobre-cidade-consciencia.html>. Acesso em: 31.03.2019.

Seguindo seu idealizador, na sua trajetória nacional desde 1964, por três vezes a Campanha expandiu sua ação para além das fronteiras do catolicismo com ações ecumênicas, incluindo a comunhão com outras igrejas cristãs (em 2000, 2005 e 2010). Desde 1964 até 2019, os temas visaram: na primeira fase (1964-1972), a renovação Interna da Igreja; na segunda fase (1973-1984), a preocupação da Igreja com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça; e na terceira fase (1985 aos dias atuais), a igreja volta-se para as situações existenciais do povo brasileiro.

Todos os anos a CNBB vem apresentando a CF como caminho de conversão quaresmal. Consta de uma atividade de evangelização que pretende ajudar os cristãos e pessoas de boa vontade a vivenciarem a fraternidade com compromissos concretos, provocando, ao mesmo tempo, ações pastorais com vistas à renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de temas de interesse social.

Em 2019, a Conferência convida todos os brasileiros a percorrer o caminho pastoral da participação na formulação, avaliação e controle social das políticas públicas em todos os níveis como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao povo brasileiro. Perante a realidade social e política do país, a CF 2019 trabalha o tema “Fraternidade e Políticas Públicas”, com o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27).

Com a Campanha da Fraternidade 2019, a Igreja no Brasil pretende estimular a participação dos cristãos em ações pastorais tendo como referência as políticas públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja, com vistas a fortalecer a cidadania e o bem comum como sinais de fraternidade. Trazendo à tona a reflexão sobre até que ponto as políticas públicas atingem a vida diária de todos os cidadãos brasileiros, a Campanha desperta a consciência sobre o que pode ser feito para melhorar ações pastorais, com vistas a acompanhar a fiscalização das políticas adotadas. “Nesse sentido, importante é a presença da Igreja, por meio do clero e dos leigos, na busca, na participação e na resolução dos problemas sociais e em todo processo de formulação das Políticas Públicas”, afirma o texto-base da CF 2019, item 27.

Sendo assim, quanto mais divulgada pela mídia, mais a CF oferece oportunidade para a religião dialogar com a sociedade sobre os interesses que a perseguem, bem como sobre seus valores e influências na política oficial. Além disso, as iniciativas decorrentes desse diálogo buscam integrar interesses inter-religiosos na sociedade democrática, por meio do diálogo com as religiões cristãs, buscando também o diálogo inter-religioso.

3 A UTILIZAÇÃO DA MÍDIA NA CF 2019 E SEUS EFEITOS PASTORAIS

A CF 2019 foi lançada na mídia e à sociedade no dia 6 de março, na sede provisória da CNBB, em Brasília-DF, pelo Cardeal Dom Sergio da Rocha, presidente da CNBB, estando presentes também Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da CNBB, e Raquel Dodge, procuradora-geral da República, além de demais autoridades. O lançamento foi transmitido ao

vivo pela Rede Vida de Televisão, Rede Nazaré de Televisão e Rede Século 21, e em outros horários pela TV Horizonte, TV Imaculada e TV Evangelizar.

Na abertura, o texto-base foi distribuído aos jornalistas, contendo, dentre outros assuntos, o ciclo e etapas de uma política pública, a distinção entre as políticas de governo e as políticas de Estado e apresentando os canais de participação social, como os conselhos previstos na Constituição Federal de 1988.⁹

A mídia mais utilizada para divulgação da CF é a internet, com alguns vídeos, destacando-se dentre eles o Curso sobre a Campanha da Fraternidade 2019, com Pe. Paulo Renato, assessor político da CNBB¹⁰. Outros materiais são produzidos e disponibilizados gratuitamente em um kit, pela internet, contendo: áudio do hino, caderno de cifras e partituras, Slide para data show, cartaz da CF e vídeo do hino¹¹. São disponibilizados também para compra pela internet: manual com oração da CF, hino, texto base, encontros catequéticos para crianças jovens e adolescentes, círculos bíblicos, via-sacra, vigília eucarística, adoração, celebração ecumênica, subsídios para o ensino fundamental, médio e superior, e também livretos com roteiro de encontros para as famílias sobre a CF, além de CD, DVD, camisetas, panfletos informativos, quaresmais, texto “Fraternidade Viva”, cartão postal e adesivo.¹²

Também, houve alguns lances na TV aberta sobre a presença de Dom Sérgio da Rocha no Senado e na Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Como efeito da divulgação da CF na mídia, podem-se citar os eventos nas paróquias promovidos pelas Comissões de Justiça e Paz, como as cerimônias de abertura, a distribuição ou venda dos livretos da Campanha da Fraternidade em Família, com roteiros para 5 reuniões e via-sacra, as celebrações litúrgicas e palestras ou explicações. Outras atividades sociais e ambientais também foram derivadas de campanhas da Fraternidade anteriores, como: coleta seletiva do lixo, reutilização do óleo para fazer sabão, utilização de garrafas “pet” para objetos de decoração etc.

Várias são as possibilidades pastorais decorrentes da CF 2019, estimulando-nos a ser um povo com espírito cidadão em vista do bem comum, por meio da participação em atividades sociais e de cidadania, com vistas ao bem comum. Dentre elas, citam-se: participação audiências públicas, nos Conselhos Gestores ou de Direitos; em Conferências, Fóruns e Reuniões; nas pastorais sociais, com as pessoas em situações de marginalização, exclusão e injustiça; o empenho pelo uso dos serviços públicos de forma consciente; na resolução de situações agravantes dos direitos sociais; nos seminários, debates, rodas de conversa, com

9 Informações extraídas do site: <http://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-campanha-da-fraternidade-2019-em-brasilia-df/> Acesso em: 31.03.2019

10 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=-KnikyvKNgs>. Acesso em: 31.03.2019

11 Informações extraídas do site: <http://materiais.edicoescnbb.com.br/kit-cf-2019>. Acesso em: 31.03.2019.

12 Informações extraídas do site: https://www.google.com.br/search?q=material+sobre+a+campanha+da+fraternidade+2019&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=material+sobre+a+Campanha+&aqs=chrome.1.69i57j0l5.12564j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 31.03.2019.

estabelecimento; criação de observatórios sociais e de ouvidoria, diagnóstico, pesquisa, comunicação e monitoramento das políticas públicas; na participação dos leigos na política; na participação popular para o controle social de gestão participativa; ao tomar parte nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos conselhos de escola, na coleta de assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular, nos comitês de combate à corrupção eleitoral e da Lei da Ficha Limpa; em seminários, cursos e encontros de conscientização e formação política; nos conselhos de Controle Social das políticas públicas (Conselhos de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública, Conferências de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública); no atendimento humanizado, acolhedor, de qualidade e digno a todo cidadão em qualquer estabelecimento público; no equilíbrio justo e oportuno de todos os brasileiros nos campos sociais, como a saúde pública, a segurança e a educação; em parcerias com Defensoria Pública, Controladoria Geral, Advocacia Geral, Procuradoria, Procon, Ministério Público, Fóruns de Justiça; na superação das injustiças; nas ações junto às famílias sobre o significado de uma sociedade justa e solidária.¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as propostas pastorais decorrentes da Campanha da Fraternidade dizem respeito a toda a sociedade em suas várias dimensões, visando assegurar os direitos humanos mais elementares para que cada pessoa possa viver com dignidade, podem-se considerar como tímidos e até mesmo incipientes os efeitos da sua divulgação. Divulgam-se apenas seu lançamento e não sua implantação, acompanhamento e avaliação. Tampouco dentro da própria Igreja, se sabe quais atividades estão sendo desenvolvidas. Quais serão as comunidades que estão trabalhando pastoralmente?

A mídia, com forte poder de influência sobre os processos políticos, tem função primordial no mundo contemporâneo. Seu papel e sua capacidade de representar a realidade, bem como refletir sobre ela, contribui para a formação de uma determinada visão de mundo por parte dos indivíduos, não só informando, como gerando opiniões sobre fatos da religião e da política, que repercutem em ações pastorais. Porém, a despeito de sua importância, o conceito de mídia ainda é insuficiente para se compreender as complexidades de seu lugar no mundo contemporâneo. O uso da mídia na religião e nas consequentes ações pastorais ainda se dá de forma tímida e pouco faz parte das preocupações dos responsáveis em nível de comunicação social.

Espera-se que, perante a realidade social e política do país, abram-se caminhos para as investigações sobre a utilização da mídia no processo religioso e político brasileiro, contribuindo assim para a melhoria da sociedade com ações pastorais que visem a fraternidade e o bem comum. “Os leigos cumprirão mais cabalmente sua missão de fazer com que a igreja

13 In: SILVA, Luis Fernando. Sobre a oportunidade singular criada pela CF 2019. Disponível em: <https://observatoriodaevangelizacao.wordpress.com/2019/02/18/sobre-a-oportunidade-singular-criada-pela-cf-2019/>. Acesso em: 31.03.2019.

‘aconteça’ no mundo, na tarefa humana e na história”.¹⁴ “Maior abertura de mentalidade para entender e acolher o ‘ser’ e o ‘fazer’ do leigo na Igreja, que por seu batismo e sua confirmação é discípulo e missionário de Jesus Cristo”¹⁵

Passados mais de 50 anos do Concílio Vaticano II, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconhece que os leigos ainda não têm participado “em toda a sua profundidade e extensão”¹⁶, principalmente junto à sociedade. É urgente “abrir espaços de participação, estimular a missão, (...) para fazer crescer a participação e o protagonismo dos leigos na corresponsabilidade e na comunhão de todo o povo de Deus.”¹⁷

Sobre a atuação social dos leigos, como também nas atividades internas da Igreja, o Papa Francisco se manifesta no documento “Alegria do Evangelho”, (*Evangelii Gaudium* - EG), reconhecendo que muitas vezes o leigo restringe-se a atuar muito dentro da própria Igreja, deixando de dar a devida atenção aos valores cristãos nas realidades sociais, políticas e econômicas do mundo em que vive. A ação dos leigos “limita-se muitas vezes às tarefas no seio da Igreja, sem um empenhamento real pela aplicação do Evangelho na transformação sociedade”.¹⁸ Prepará-los para atuar nos desafios da sociedade, à luz da fé cristã, eis o desafio de uma Igreja em saída!

REFERÊNCIAS

CNBB. *Campanha da Fraternidade 2019: texto-base*. Brasília, DF: CNBB, 2018.

_____. *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade* – Sal da Terra e Luz do Mundo - Documento 105, BSB: CNBB, 2016.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio: conclusões de Medellín* (1968). 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *Documento de Aparecida* (2007). Disponível em: <https://www.franciscanos.org.br/wp-content/uploads/2012/05/docaparecida.pdf>. Acesso em: 09.03.2019.

_____. *Documento de Puebla* (1979). <https://spirandiopadre.wordpress.com/documento-de-puebla-texto-integral/>. Acesso em 31.03.2019.

FRANCISCO, PAPA. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* – EG – A Alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.

LIBANIO, J. B. *Introdução à Teologia Fundamental*. SP: Paulus, 2014.

LIMA, V.A. Sete teses sobre a relação Mídia e Política. Mimeo, 2003. Apud GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. REVISTA DEBATES,

14 Medellín, n. 10 e 12.

15 DAp, n. 213.

16 CNBB, Documento 105, n. 1.

17 Idem, n. 3.

18 EG, n. 102.

Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/2469/1287>. Acesso em: 31.03.2019.

MOREIRA, Gil Antônio, Dom. *Leigos numa Igreja em saída*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/leigos-numa-igreja-em-saida/> Acesso em: 10.05.2019.

SALES, Dom Eugenio. *Origens da Campanha da Fraternidade*. Disponível em: <https://domeugeniosales.webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/>. Acesso em: 31.03.2019

SEGUNDO, Juan Luis. *Libertação da teologia*. São Paulo: Loyola, 1978.

SILVA, Luis Fernando. *Sobre a oportunidade singular criada pela CF 2019*.

THEOBALD, Christoph. *Transmitir um Evangelho de liberdade*. São Paulo: Loyola, 2009.

VIDE, Vicente. *Comunicar la fe em la ciudad secular*. Maliaño, Cantabria: Sal Terrae, 2013.

Sites:

BLOG oficial do Idheg. Instituto Dom Helder. Disponível em: Camara <http://institutodomhelder.blogspot.com/2017/03/um-olhar-sobre-cidade-consciencia.html>. Acesso em: 31.03.2019.

CNBB lança Campanha da Fraternidade 2019 em Brasília (DF). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-campanha-da-fraternidade-2019-em-brasilia-df/>. Acesso em: 31.03.2019.

<http://materiais.edicoescnbb.com.br/kit-cf-2019>. Acesso em: 31.03.2019.

<http://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-campanha-da-fraternidade-2019-em-brasilia-df/> Acesso em: 31.03.2019.

<https://observatoriadaevangelizacao.wordpress.com/2019/02/18/sobre-a-oportunidade-singular-criada-pela-cf-2019/>. Acesso em: 31.03.2019.

<https://portalkairos.org/resumo-e-estudo-do-texto-base-da-campanha-da-fraternidade-2019/#ixzz5jnN-T9bQm>. Acesso em: 31.03.2019.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha da Fraternidade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_da_Fraternidade). Acesso em: 22.04.2019.

https://www.google.com.br/search?q=material+sobre+a+campanha+da+fraternidade+2019&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=material+sobre+a+Campanha+&aqs=chrome.1.69i57j0l5.12564j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 31.03.2019.

https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+m%C3%ADdia&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=o+qu&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.3024j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 31.03.2019.

<https://www.youtube.com/watch?v=-KnikyvKNgs>. Acesso em: 31.03.2019.

O compromisso com a realidade humana no canto litúrgico-pastoral: uma luz desde Medellín e Puebla

*Deivid Rodrigo dos Santos Tavares*¹

Resumo: A comunicação tem como objetivo apresentar o compromisso com a realidade humana por meio do canto litúrgico-pastoral à luz do que foram as conferências de Medellín e de Puebla, como resgate dessa luta em favor dos pobres e menos favorecidos. A realidade humana passa, de fato, pelo sentir e entender a realidade. O canto expressa a vida do povo, seus sentimentos e suas ações e é na liturgia que se encontra a experiência primordial do Cristo que se fez homem e habitou na humanidade. O canto litúrgico-pastoral de tempos idos tinha essa tarefa de expressar a realidade humana vivida no cerne das comunidades eclesiais que por sua vez cantavam suas realidades conhecidas como clamores daqueles que marcham à terra prometida. Cantar o mistério celebrado é cantar também a realidade do povo, seus anseios por liberdade, sua luta pela justiça e pela esperança de uma Igreja que opta pelos pobres. Tanto em Medellín quanto em Puebla, a Igreja da América Latina teve como metas voltar o olhar para os pobres por meio de um Deus presente e vivo em Jesus Cristo libertador que caminha com o seu povo. Cantar a liturgia é, sem sombra de dúvidas, cantar o mistério salvífico de Cristo na realidade humana do povo latino-americano. Um Deus que é cantado e vivenciado na música e nos ritos de uma Igreja que é toda ministerial. Nesse sentido, os caminhos de pastoralidade, hoje, no compromisso com a realidade humana, deve também ser expressada no canto que se entoa nas comunidades, que sente e apreende como tocante a ação litúrgica. Os cantos nascidos após essas conferências enfatizaram além do mistério celebrado a utopia de um povo que, mesmo cansado, luta e caminha pelo desejo de superar as divisões e lutar pelo direito e a justiça. Cantar o mistério celebrado hoje deve ser também o cantar a vida em sintonia com a ação litúrgica e com as realidades latentes da atualidade, ou seja, uma Igreja que canta unida a sua fé e o seu compromisso com a humanidade; um canto que favoreça o sentir da realidade por meio da racionalidade da letra imbuída da música que embala esse refletir o compromisso com a realidade humana inspirados na Igreja latino-americana de Medellín e Puebla.

Palavras-chaves: realidade humana, pobres, Medellín, Puebla, liturgia.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos nas Conferências do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, que impulsionaram o lado profético e pastoral da Igreja na América Latina, sem dúvida nossa mente logo se direciona para Medellín (1968) e Puebla (1979). Essas duas conferências souberam refletir e definir o plano de evangelização da Igreja latino-americana à luz da realidade humana vivida por esses povos. Bebendo nas fontes do Concílio Vaticano II, emerge o espírito transformador nos diversos campos pastorais da Igreja, sobretudo na liturgia (cf. Med. 9,1), como desejo renovador e relacional de Deus com os homens, em uma Igreja santa e necessitada de purificação, que vive na esperança (cf. Med. 9,2)

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em Teologia, com concentração em Liturgia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP (PUC-SP). E-mail: deivid@paulus.com.br

No momento atual da América Latina, como em todos os tempos, a celebração litúrgica comporta e coroa um compromisso com a realidade humana, com o desenvolvimento e com a promoção, precisamente porque toda a criação está envolvida pelo desígnio salvador que abrange a totalidade do homem (Med. 9,4).

A ação litúrgica na realidade humana é um compromisso com a caridade, um esforço cotidiano de sentir, assim como Jesus, uma constante mudança de vida (cf. Med. 9,3).

Nisto consiste o “mistério” da Igreja: é uma realidade humana, formada por homens limitados e pobres, mas penetrada pela insondável presença e força do Deus Trino que nela resplandece, convoca e salva (DP 230).

Puebla reforça o que diz Medellín e reafirma a importância de formar uma comunidade mais viva, consciente de sua existência e comprometida com as necessidades do povo (cf. DP 364).

1 MEDELLÍN E PUEBLA E SUA REALIDADE HUMANA

A América Latina vivia um período de emergente crescimento sociocultural, influenciando toda sociedade: homens, mulheres e até a religião (cf. Med. Int. 1). A grande riqueza alcançada pela Conferência de Medellín e, posteriormente, por Puebla, foi o olhar direcionado para o pobre, reconhecendo, por meio destes, Deus: um Deus libertador e vivo, como bem expressa os documentos conclusivos de ambas:

Assim sendo, não se acha “desviada”, mas “voltou-se para” o homem, consciente de que “para conhecer Deus é necessário conhecer o homem”. Pois Cristo é aquele em quem se manifesta o mistério do homem; procurou a Igreja compreender este momento histórico do homem latino-americano à Luz da Palavra, que é Cristo. Procurou ser iluminada por esta palavra para tomar consciência mais profunda do serviço que lhe incumbe prestar neste momento (Med. Int. 1).

Nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive. (DP. 640).

Medellín e Puebla acontecem em uma realidade de transformações econômicas e sociais, em uma América Latina mergulhada na gritante pobreza e miséria em que os pobres, os

menos favorecidos, pedem socorro. Nesse cenário, o pulsante e contínuo grito de libertação é ecoado de todos os cantos do continente marcado pelo sofrimento decorrente do período ditatorial e das desigualdades sociais.

A Igreja latino-americana, nesse sentido, experimentou a sofrida realidade humana do povo, marcada pelas injustiças sociais, a exploração e até a morte. Infelizmente, diante de tal situação, a Igreja, em certos momentos de sua história, deixou de ser profética, aliando-se a estruturas deprimentes e aproveitadoras, perdendo, de fato, a verdadeira imagem de povo de Deus. Esse partidarismo tendencioso, de uma parcela da Igreja, causou desconforto entre as pessoas, principalmente entre os pobres que buscavam nela esperança de libertação, chegando até nós “[...] as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos são ricos e aliados dos ricos” (cf. PADIN; GUTIERREZ; CATÃO, 1998, p.195).

O evento Medellín aconteceu como uma releitura do Concílio Vaticano II para a América Latina (cf. BRIGUENTI; PASSOS, 2018, p. 151), com a perspectiva evangelizadora de uma Igreja voltada para os pobres em busca de libertação (cf. DP 4). A Conferência partiu da situação real do povo, abordando temas como a paz, a justiça, a família, a educação etc. Frente à triste realidade de injustiça e pobreza que assolava o povo latino-americano, os bispos conferencistas deram-se conta de que Medellín devia ser uma interpretação do Vaticano II, com um olhar direcionado à realidade existencial do pobre.

Segundo Maria Clara Lucchetti Bingemer (2018), em Medellín, a Igreja latino-americana começa a criar sua própria identidade, abandonando um reflexo europeu e apreendendo sua realidade eclesial. Bingemer (2018) afirma:

Em Medellín, a Igreja latino-americana cessava de autocompreender-se como reflexo da Europa. Mas assumia sua vocação e seu destino de ser fonte de um novo modelo eclesial. E para isso voltava seus olhos para a realidade conflitiva e oprimida de seus povos. “O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantém a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza em que muitos casos chega a ser miséria humana” (BINGEMER, 2018, p. 151).

Justiça e liberdade era o crivo que marcava a realidade humana do povo latino-americano. A Conferência de Medellín conseguiu captar essa situação, promovendo um despertar na marcha pela libertação. Não obstante os desafios vividos, a Igreja não separava a fé da justiça (cf. BINGEMER BRIGUENTI; PASSOS, 2018, p. 151), mas buscava configurar as novas situações a uma autêntica vivência do Evangelho. Essas configurações foram nascendo da realidade sentida e apreendida do meio do povo: *um Evangelho mais inserido na experiência do pobre e do marginalizado da sociedade* (grifo nosso). Medellín também protagonizou a atuação do leigo, a voz atuante e inserida nas periferias existenciais do povo latino-americano, que absorviam profundamente a Palavra de Deus e a traduziam de maneira simples e marcante com a vida. Puebla sequencia as mesmas situações vividas pela realidade humana

da Conferência de Medellín (cf. DP. 88), porém, demonstra ainda mais forte e arrebatado no clamor pela justiça social e pela liberdade (cf. DP 89). O que inspira a Conferência de Puebla é a exortação apostólica *Evangelii Nuntiandii*, numa busca pela dignidade humana e libertação dos pobres. Esta exortação marca um olhar da Igreja para a realidade do mundo contemporâneo, principalmente no que diz respeito à evangelização.

Os resultados destas Conferências, portanto, foram logo amadurecendo e dando mais sabor à Igreja com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, como nova forma de ser Igreja no mundo (cf. BUYST, 2012, p. 29).

Como consequência dos resultados obtidos em Medellín, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) protagonizaram na Igreja o sinal do Cristo pobre no meio dos pobres, favorecendo um deleitar-se por todos da Palavra de Deus, de forma simples e popular, expressado de diversas formas, inclusive no canto e na música. O discurso da fé e da justiça, nascidos de Medellín e de Puebla, abriram os olhos da sociedade latino-americana tão impregnada de injustiças, de pobreza desumana e de violência, para voltar seu olhar rumo aos destinatários do Reino de Deus: os pobres (cf. BUYST, 2012, p 26). Pode-se dizer que, em Medellín, a Igreja da América Latina abriu suas portas e janelas para sentir e, ao mesmo tempo, apreender a realidade sofrida e abandonada dos pobres. Um meio de expressar essa realidade surge por meio do canto litúrgico, o qual abordaremos a seguir.

2 O CANTO LITÚRGICO

O canto litúrgico tem por finalidade expressar de maneira melódica e inteligível a realidade do mistério celebrado, estando também ligada à realidade do ser humano, como corpo eclesial vivo e partícipe do memorial salvífico de Cristo. Sendo assim, a liturgia ganha também seu espaço privilegiado no novo olhar da Igreja para o mundo, como apresenta a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia ao afirmar que “a Liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana a sua força” (SC 10).

Com o crescimento das CEBs e o surgimento da Teologia da Libertação, o canto litúrgico passa a ter uma expressão mais contida na realidade do povo. Canto e música embalados com ritmos e utopias de uma Igreja que se inclina para olhar o pobre, despertando em seu coração o desejo de libertação. A música é um entre tantos meios que melhor estabelece a relação de Deus com o seu povo. Por meios dos gestos, símbolos, manifestações, o mistério de Cristo e a realidade humana são bem mais celebrados e vividos pela comunidade reunida. Joaquim Fonseca afirma que:

A melodia é a alma do canto. Quanto mais estiver ligada ao conteúdo teológico-litúrgico do texto, melhor levará a assembleia à interiorização, à compulsão, à alegria e ao louvor (FONSECA, 2004, p.11).

A música, enquanto realidade humana está intrinsecamente presente nas ações diárias, na linguagem e expressões, atingindo o mais profundo do ser, enquanto experiência sensível e apreensiva, levando a uma espécie de “nirvana” primordial de inteligibilidade daquilo que é transmitido. Xavier Zubiri, filósofo espanhol, declara que “o sentir humano é um sentir intelectual, é radicalmente impressão de realidade, é algo dado fisicamente” (cf. ZUBIRI, 2011, p.25). A música litúrgica tem esse papel de unir o sentir e o inteligir, por meio da letra e melodia, à realidade do mistério celebrado. Em outras palavras, atualiza-nos com o que a celebra, desde a primeira apreensão feita. Essa apreensão consiste no fato de que estou me dando conta de que algo está presente (TEJADA; CHERUBIN, 2016, p. 227).

É sabido que a música faz parte da vida das pessoas, as quais buscam por meio dela transmitir realidades que são apreendidas sencientemente. Segundo Tame:

O corpo é afetado de acordo com a natureza da música, cujas vibrações incidem sobre ele – constatação muito real e física do aforismo como na música, assim na vida! Acordes consonantes e dissonantes, intervalos diferentes e outras características da música exercem todos um profundo efeito sobre o pulso e a respiração do homem – sobre a sua velocidade e a regularidade ou irregularidade do seu ritmo. A pressão sanguínea é abaixada pelos acordes ininterruptos e elevada pelos acordes secos, repetidos (TAME, 1984, P.147).

O corpo, então, é afetado e toda a realidade humana é tomada pela música, não apenas no lado sensitivo, mas também no intelectual. Na liturgia, o canto e a música tem seu lugar de privilégio como linguagem humana ligada à ação litúrgica. Portanto, “A música e o canto, que expressam a alma de um povo, tem seu lugar privilegiado na liturgia” (cf. CIC 1157). A Igreja com todo o seu ministério fala de como o corpo de Cristo é difundido na liturgia e nos sacramentos (cf. LG 7).

A música e o canto, juntos, comunicam realidades que são apreendidas individualmente e comunitariamente por meio daquilo que está sendo transmitido. É expressão eficaz da fé e da ação do Deus Trindade na vida da Igreja e de seus fiéis, configurando-os a Cristo pela ação do Espírito Santo (cf. Estudos da CNBB 79, n. 347). O canto nasce do mistério pascal do Senhor, de uma utopia marcada pela esperança de libertação (Aliança, ação de graças – AT), mas que se realiza e se plenifica no memorial salvífico de Jesus, nessa tonalidade de cantar a ressurreição e a eternidade (cf. Estudos da CNBB 79, n. 350).

O Concílio Vaticano II, na Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a liturgia, mostra como a música litúrgica é componente fundamental do mistério celebrado nas comunidades, uma vez que a assembleia participante canta unida as maravilhas de Deus pelo conjunto de letra e melodia que dá sentido e razão ao ser Igreja, esposa, que caminha ao encontro do cordeiro, o esposo (cf. SC 112).

2.1 O COMPROMISSO COM A REALIDADE HUMANA

O canto litúrgico, depois do Concílio Vaticano II, ganhou expressão mais presente na realidade do povo, principalmente na do pobre. Esse canto, nascido das comunidades de base e das experiências vividas, expressa a senciência de suas realidades mais profundas. As lutas populares, o querer de libertação, passaram a traduzir, por meio do canto e da música, os sonhos de liberdade e da espera “pela terra que corre leite e mel” (cf. Ex 33,3). O pobre, o desvalido e o marginalizado ganharam seu protagonismo através do canto que falava do direito e da justiça de todos.

Segue, abaixo, duas composições musicais que enriqueceram vigorosamente as liturgias através de suas expressões e enfoque na caminhada libertadora, as quais estão muito bem embasadas na letra. Composições com racionalidade, fundamentadas na Palavra de Deus e interpretadas dentro da realidade do povo.

O povo de Deus²

DR.

1. O povo de Deus no deserto andava,

Mas à sua frente Alguém caminhava.

O povo de Deus era rico de nada,

Só tinha a esperança e o pó da estrada.

Também sou teu povo, Senhor

E estou nessa estrada

Somente a Tua graça me basta e mais nada.

2. O povo de Deus também vacilava;

Às vezes custava a crer no amor.

O povo de Deus, chorando, rezava

Pedia perdão e recomeçava.

Também sou teu povo Senhor,

E estou nessa estrada

Perdoa se às vezes não creio em mais nada.

2 O POVO DE DEUS. In: *Ofício Divino das Comunidades* – Livro de Partituras. São Paulo: Paulus, Vol. 2, 1. ed., 2005, p. 250.

3. O povo de Deus também teve fome
E Tu lhe mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus, cantando deu graças;
Louvou Teu amor, Teu amor que não passa.

Também sou teu povo Senhor,

E estou nessa estrada.

Tu és alimento na longa jornada.

4. O povo de Deus ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou.
O povo de Deus corria e cantava
E nos seus louvores Teu poder proclamava.

Também sou teu povo Senhor

E estou nessa estrada,

Cada dia mais perto da terra esperada.

O canto supracitado traduz a experiência de uma Igreja que marcha silenciosamente para a terra prometida e que, de repente, torna-se sinal profético, por meio do episcopado calado e tímido, na luta pela liberdade, pela justiça e pela defesa dos pobres latino-americanos (cf. CODINA, 2018, p 32). O canto não deixa de assinalar o mistério contido na liturgia, pois constitui parte integrante e necessária quando unida à ação litúrgica (cf. SC 112). A sua letra traduz essencialmente o desejo da libertação e da confiança em Deus, mergulhados na fé e na justiça.

A segunda canção, além de fazer a correlação da Palavra de Deus e da vida, elucida, por meio das metáforas bíblicas, elementos de uma Igreja que aspira ser libertadora e que é a favor dos pobres.

Eu acredito³

Jorge Pereira Lima (Poço Verde-SE)

Eu acredito que o mundo será melhor quando o

menor que padece acreditar no menor.

3 Ibid., p. 304.

1. Quando os pequenos acreditarem no seu bem estar comum,
sentindo as necessidades que padecem cada um,
unidos em Jesus Cristo, nós todos seremos um.

Jesus Cristo veio à Terra para ver seu povo unido

Disse até que cada grupo que luta em si dividido

Com muita facilidade, ele será destruído.

2. Certo dia um jovem rico a Jesus apareceu

Perguntando o que fazer para entrar no reino seu

Jesus pede a caridade: o rapaz entristeceu

Quem possui noventa e nove, só pensa em completar cem

Nesta cegueira não sabe que depois a morte vem

Seu corpo se vira em terra e na Terra deixa o que tem

3. Certo homem colheu tanto que seu armazém encheu,

pensou que estava seguro: na mesma noite morreu.

Levaram só ele à cova: ficou tudo o que era seu.

Só confiar em dinheiro é loucura e vaidade.

Porque Cristo é nossa vida, o caminho e a verdade.

Quem pensa o contrário disso, nunca terá liberdade.

A Conferência de Medellín e de Puebla, conduzida pelas propostas da ação litúrgica do Concílio, compreenderam basicamente e, por meio de suas ações pastorais, a riqueza do canto como uma expressão que pode deslocá-las para uma nova realidade (cf. FOWLER, 2016, p. 216). Tais canções favorecem um adentrar na história e anseios do povo, em especial na realidade marcada pela luta e esperança de libertação. Não obstante, o canto litúrgico que interpela o homem, não pode reduzir-se a mera expressão de uma realidade humana frequentemente unilateral ou marcada pelo pecado (cf. Med. 9,7).

As CEB's, e diversas pastorais sociais, tiveram um papel crucial como expressão litúrgica de uma vivência mais personalizante da fé e uma prática mais livre, viva e ajustadas às realidades diárias, tornando-se "sacramento histórico" da salvação (cf. BUYST, 2012, p. 26). Como forma de inserir a liturgia na realidade do povo, o Ofício Divino das Comunidades (ODC) nasceu da enculturação da Liturgia das Horas no Brasil como meio das pessoas mais

simples cantarem as maravilhas de Deus (cf. FONSECA, 2004, p. 65). Sobre o Ofício Divino das Comunidades, discorre Joaquim Fonseca:

Nesse Ofício popular, a música é um elemento indispensável. Esta, na sua maioria, advém das vertentes mais genuínas do “canto do chão brasileiro”: folias, benditos, incelências, cheganças, batuques, contradanças etc. A partir do instante em que vamos percorrendo cada “tema” dessa “sinfonia de louvor” (abertura, hino, salmos e cânticos bíblicos, refrãos, respostas às preces...), somos tomados pela ação do Espírito Santo, que nos transforma em verdadeiros “instrumentos sonoros” de onde ressoam o canto dos “ressuscitados em Cristo” (FONSECA, 2004, p. 65).

CONCLUSÃO

Sendo assim, o canto litúrgico e as demais expressões litúrgicas interpretaram o bom sentido desse compromisso com a realidade humana,

“através de uma sólida identidade eclesial latino-americana, como é a opção pelos pobres, direta, simples, sem adjetivos; a opção pela libertação, na linha da promoção humana ou libertação integral, a opção pelas comunidades eclesiais de base; a opção pela centralidade da justiça social; e a opção por uma Igreja profética” (ROSALES, 2018, 46, tradução nossa).

De Medellín a Puebla, a Igreja latino-americana fecundou no coração do seu povo o grito pelo direito e a justiça, na busca pela libertação da avassaladora sociedade que oprime, rouba e mata. O canto entoado nas comunidades foi e deve continuar sendo o canto da luta e da vitória, do pobre marginalizado que tem voz e vez no reino de Deus e dos viandantes que, esperançosos, **a uma só voz a liberdade irão cantar** (NASCIMENTO, 2005, p. 242).

REFERÊNCIAS

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Do reflexo à fonte: as Conferências Gerais e a consciência continental latino-americana. In: BRIGUENTI, Agenor; PASSOS, João Décio, (ORG). *Compêndio das Conferências dos Bispos da América Latina e Caribe*. São Paulo: Paulinas e Paulus, 2018.

BUYST, Ione. Teologia e liturgia na perspectiva da América Latina: avanços e desafios. In: FAVRETTTO, Clair & RAMPON, Ivanir Antonio (Org.). *Eu Sou Aquele Que Sou: uma homenagem aos 25 anos do Instituto de Teologia e Pastoral – Passo Fundo*: Berthier, 2008, p. 38-76. Para a América Latina, veja principalmente pp. 52-76 – Texto publicado também em TEAR Online, Vol. 1, n. 1 (2012), p. 16-39. Disponível em: <http://est.tempsite.ws//periodicos/index.php/tear>. Acesso em 11 nov. 2018.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. *Edição revisada de acordo com o texto oficial em Latim*. 9. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, Paulinas, Ave Maria, Paulus, 1998.

CODINA, V. Medellín en su contexto eclesial. *Espaços – Revista de Teologia e Cultura do Instituto São Paulo de Estudos Superiores*, São Paulo, Edição 2018 – 26/01, p. 23-33.

CONCILIO VATICANO II. Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada liturgia. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. Lourenço Costa (org.). São Paulo: Paulus, 1997. p. 33-86.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documentos do Celam – Conselho das Conferências do Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2005.

CNBB. *A música litúrgica no Brasil – Estudo 79*. São Paulo: Paulus, 1999.

FONSECA, Joaquim. *Cantando a missa e o ofício divino*. São Paulo: Paulus, 2004.

NASCIMENTO, Vera Lúcia. Axé (Irá Chegar). In: *Ofício Divino das Comunidades – Livro de Partituras*. São Paulo: Paulus, Vol. 2, 1. ed., 2005.

PADIN, Dom Cândido, OSB; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. *Conclusões da Conferência de Medellín-1968 – Texto Oficial*. São Paulo: Paulinas, 1998.

ROSALES C, R. *Los Documentos de Medellín. Análisis literário de un texto teológico-profético*. *Espaços – Revista de Teologia e Cultura do Instituto São Paulo de Estudos Superiores*, São Paulo, Edição 2018 – 26/01, p. 46.

TAME, David. *O poder oculto da música – A transformação do homem pela energia da música*. São Paulo: Editora Cultrix, 1984.

TEJADA, José Fernández; CHERUBIN, Felipe. *O que é a inteligência? – filosofia da Realidade em Xavier Zubiri*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

ZUBIRI, Xavier. *Inteligência e realidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.

Os desafios da pastoralidade: tensão e dialética entre teologia e pastoral

*José Flávio Mamende*¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discorrer sobre os desafios da articulação entre pastoral enquanto práxis em diálogo com a teologia pastoral na sua forma acadêmica. Essa articulação que se chama dialética torna-se mais desafiadora devido às polarizações pelas quais passa a sociedade hodierna. De fato, as polarizações são baseadas no fundamentalismo e no fechamento às inovações e criatividade pastorais, bem como no acentuado subjetivismo e intimismo religioso advindos de posturas conservadoras e neopentecostais. Propõe-se como caminho para pastoralidade atual uma dialética entre praxiologia pastoral e reflexão teológica. A pastoral na sua praticidade elabora perguntas em diálogo com a teologia, que por sua vez ilumina a pastoral dando embasamento para a sua atuação. Toda teologia é pastoral e torna-se prática no confronto entre a mediação da ciência como reflexão sistemática e o exercício da vida pastoral. A ação pastoral na sua praticidade reverbera o encontro entre a figura do teólogo e do pastor. Desse modo, teologia e pastoral põem-se a serviço da mesma causa que é a evangelização. Essa tensão é mantida pela síntese entre a reflexão existencial e a teologia acadêmica. Por isso, a teologia pastoral leva em consideração a práxis de Jesus de Nazaré, pois tanto a reflexão teológica como a ação prática tendem ao anúncio de Jesus Cristo. Portanto, o caminho para uma pastoral na atualidade passa necessariamente pela interação entre teologia e prática pastoral. Faz-se necessário colocar o programa de Jesus Cristo na ação pastoral, valorizando a criatividade dada pelo Espírito Santo. A ação pastoral está condicionada à eclesiologia que se quer implantar e, por conseguinte à vivência da fé advinda da concepção cristológica desenvolvida, isto é, às imagens de Jesus Cristo que estruturam a vida pastoral e eclesial. A pastoral não deve se tornar produto do momento desenvolvendo posturas emocionalistas e espiritualistas. Entretanto, caminhos como espiritualidade e profetismo não podem ser esquecidos para o amadurecimento e o seguimento a Jesus Cristo. É neste sentido que a pastoral deve ser iluminada pelo diálogo, evitando posturas reducionistas e exclusivistas. O encantamento pela pessoa de Jesus se dará normalmente por uma pastoral que contemple como programa evangelizador a missionariedade, a esperança e a alegria.

Palavras-chave: Pastoral. Teologia. Práxis. Missionariedade. Evangelização.

INTRODUÇÃO

A teologia cristã tem como objetos Deus e seu mistério revelado, acolhidos através da fé na comunidade eclesial. A. Murad afirma que “a teologia cristã só pode ser compreendida a partir da fé de que Deus mostrou quem ele é, manifestando seu projeto de salvação para toda a humanidade. É o que nós, cristãos, chamamos de revelação”.² A fé pressupõe várias dimensões como o encantamento, o conhecimento e também o seguimento como adesão à proposta de salvação. É neste sentido que a fé se torna prática.

1 Mestre em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Instituição patrocinadora: CAPES. E-mail: mamedej@ig.com.br.

2 MURAD; GOMES; RIBEIRO, 2010, p. 16.

A palavra práxis significa “prática ou ação concreta”, ou seja, é preciso traduzir a teologia prática na vida do crente. A teologia acadêmica deve ser expressão da vida do sujeito que crê. É preciso que haja uma dialética entre o fazer e o viver a teologia na práxis e pela práxis, isto é, a vida pessoal do sujeito crente caminha em harmonia com o ensino de teologia. Em outras palavras, deve haver uma ligação de complementariedade entre ortodoxia e ortopraxis. Caso contrário, a fé pode se tornar em ortodoxia alienante, ou seja, uma confiança cega em verdades reveladas, mas que não transformam a vida do crente. Pode-se afirmar que seria uma fé fora da história, que não implica nas causas sociais, políticas, econômicas, moral e existencial do sujeito. A teologia ficaria totalmente desencarnada da vida do crente. Isto seria uma “esquizofrenia religiosa”: acreditar em algo que não implica uma mudança na vida do sujeito crente.

A fé deve levar a um compromisso, que segundo os teólogos da libertação devem transformar as estruturas sociais.³

O sujeito aprende teologia, ou seja, compreende, assimila os conteúdos teológicos, demonstrando capacidade para articulá-los, mas também faz teologia aplicando e utilizando a técnica e o método teológico. É preciso que o sujeito crente que estuda teologia saiba aplicar os conhecimentos teológicos na sua experiência religiosa e, por conseguinte possa amadurecer a espiritualidade cristã e ser convertido, assumindo posturas morais e éticas de acordo com a fé que professa.

A pastoral fundamental se preocupa com a totalidade da ação da Igreja na vivência da prática de Jesus Cristo voltada para a evangelização de todos os povos. Na Igreja, fala-se muito em pastoral ou pastorais. Fala-se em fazer pastoral. O que se entende por fazer pastoral? Como não se perder na pluralidade das pastorais? Existe em nossas comunidades uma diversidade de pastorais onde leigos, religiosos e padre exercem seu ministério. A variedade das pastorais às vezes pode confundir. Entretanto, a diversidade pastoral é sinal da vitalidade da Igreja.

A teologia pastoral é definida como a reflexão teológica sobre o conjunto das atividades com as quais a Igreja se realiza e exerce sua missão. É uma ciência teológica que analisa concretamente como a Igreja se edifica, levando em consideração sua natureza. Toda ação eclesial é pastoral, abarcando “o complexo de atividades desenvolvidas na Igreja para a consecução de seus próprios objetivos; “teologia pastoral” indica a reflexão, criticamente fundamentada, sobre o acontecimento pastoral.⁴

Sob esta ótica, a teologia trabalha em parceria com a pastoral, mantendo uma tensão em que a teologia dá suporte a pastoral, que por sua vez elucida perguntas à teologia.

3 LIBANIO, 1990, p. 190-191.

4 PACOMIO, 1997, p. 84.

1 DA TEOLOGIA À PRÁTICA PASTORAL

Como teologia, a pastoral trabalha com objetos metodológicos e científicos. Normalmente, os pastoralistas definem a pastoral a partir dos seguintes objetos: material, formal, instrumental e final. O objeto material se caracteriza pelas ações eclesiais que se subdividem em Palavra, Liturgia e Caridade. O objeto formal é a realização eclesial condicionada pela situação presente. Precisa-se da colaboração da teologia pastoral com as ciências contemporâneas. Há uma interação de complementariedade. O objeto instrumental é a Igreja inteira na sua ministerialidade, comportando tanto o sacerdócio comum dos fiéis como o sacerdócio ministerial. O objeto final pode ser expresso como a plenificação da realização eclesial, isto é, são os resultados que se quer alcançar.

Há uma tensão permanente entre teologia e pastoral. A pastoral ilumina a teologia, enquanto levanta perguntas que lhe possibilitem aprofundar o entendimento do dado revelado. A teologia ultrapassa a pastoral e não se esgota nas respostas imediatas a perguntas suscitadas por grupos e questões concretas da comunidade eclesial. Porém, a teologia e pastoral põem-se a serviço da mesma causa que é a evangelização. Essa tensão é mantida pela síntese entre a reflexão existencial e a teologia acadêmica.⁵

Segundo A. Murad, “a pastoral se define como as atividades da Igreja no seu interior ou na relação com o mundo, ou então uma disciplina teológica. Ao falar de teologia pastoral, faz-se referência à forma de refletir o conjunto da fé a partir da atividade eclesial”.⁶

A pastoral no singular deve ser compreendida como o conjunto desta riqueza dos trabalhos pastorais. Na pastoral, procura-se atualizar a missão de Jesus. Pode-se entender a pastoral como o conjunto das pastorais. Por isso, todos os batizados são sujeitos dessa missão. Porém, isso não significa que devem fazer a mesma coisa. Os caminhos para superação dos desafios pastorais na atualidade passam necessariamente por uma interação entre teologia e práxis em uma pastoral missionária, aberta, alegre e anunciadora da esperança.

De acordo com A. Brighenti, a teologia pastoral é relativamente nova, emancipando-se do direito canônico, da moral, da dogmática e da eclesiologia, conseguindo se impor como disciplina teológica.⁷ O desenvolvimento da pastoral na teologia católica percorre diversas etapas. De uma concepção pragmática e clericalista passa a uma concepção bíblica e histórico-salvífica, desembocando em posturas claramente eclesiológicas.⁸ A teologia pastoral comporta todos os fundamentos e pressupostos de uma ciência teológica. É neste sentido que A. Brighenti afirma que a teologia pastoral é teologia pastoral fundamental.⁹

5 LIBANIO; MURAD, 2014, p. 195.

6 MURAD; GOMES; RIBEIRO, 2010, p. 143.

7 BRIGHENT, 2011, p. 69.

8 FLORISTAN, 1998, p. 107-122.

9 BRIGHENT, 2011, p. 70.

A teologia pastoral engloba o fazer e o ser da Igreja, uma vez que sua práxis revela a eclesiologia implantada e desenvolvida. É a teologia que define a partir do seu objeto científico a eclesiologia aplicada. Por isso, é de fundamental importância se perguntar que teologia está por trás de uma determinada prática pastoral, isto é, no exercício da vida pastoral que teologia se passa para o povo. A pastoral não pode estar separada da teologia e vice versa. Segundo A. Brighenti, “cabe a teologia pastoral ajudar a Igreja a mudar-se continuamente, para ser sempre a mesma Igreja, nascida de Jesus Cristo e constituída pelo Espírito de Pentecostes”.¹⁰

O Concílio Vaticano II (1962-1965) deu novo vigor à vida pastoral na Igreja. Isso é expresso na própria natureza como o Concílio Vaticano II foi definido: ser pastoral. Na interpretação de J. Libanio, quando se fala de pastoral na teologia conciliar tem-se um arcabouço de significações:

Pastoral serve para traduzir as atividades da Igreja, seja em seu interior, seja em relação ao mundo externo. Abrange a catequese, a liturgia, os cursos de preparação para os sacramentos, além das ações sociais. Falamos de pastoral da Igreja. Há uma disciplina na teologia que prepara os futuros sacerdotes e agentes leigos para a ação pastoral. É a teologia pastoral. E, finalmente, o conceito indica uma maneira de compreender o conjunto da fé e, conseqüentemente, implica um modo de vivê-la. Nesse último sentido o Concílio foi pastoral.¹¹

A teologia conciliar mais próxima do ato pastoral é definida como conhecimento prático ou discurso comprometido com a práxis da salvação e da fé. Os teólogos J. Libanio e A. Murad afirmam que as mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II atenuaram muito a distância entre teologia e pastoral, porém muitas vezes, surgem questionamentos originados da dificuldade de tal articulação.¹² De fato, somente através de uma prática pastoral que leva em consideração o embasamento teológico é que ocorre em uma cooperação entre teologia e pastoral.

1.1 PRÁTICA TEOLÓGICA

O caminho percorrido pela teologia da libertação na América Latina produziu uma teologia que valoriza os pobres como lugar teológico. Essa libertação busca novos caminhos através de três aspectos práticos: diálogo, profetismo e espiritualidade.

A teologia enquanto prática não pode se fechar em um mundo à parte, mas precisa viver em diálogo com as mudanças e as situações concretas da vida. O diálogo objetiva

10 BRIGHENTI, 2011, p. 70.

11 LIBANIO, 2005, p. 67-68.

12 LIBANIO; MURAD, 2014, p. 51.

necessariamente apontar respostas aos problemas da atualidade: compromisso global com a justiça social, defendendo o ser humano e a criação, bem como respeitando a pluralidade das religiões e, portanto está aberta a vencer posturas fundamentalistas e exclusivistas. Para A. Murad, a teologia da libertação na sua praticidade exerce por meio do diálogo um papel preponderante na Igreja, testemunhando a tolerância, o respeito e o consenso que a fazem crescer.¹³ A pastoral do diálogo deve propor a fé, dialogando com os homens e mulheres da atualidade. A teologia pastoral se tornará concreta na vida das comunidades pelo diálogo. A. Pagola defende a busca incessante da pastoral do diálogo na Igreja: “durante estes últimos anos foi-se tomando consciência de que a Igreja precisa agir sempre com espírito de diálogo com todos; mas na prática, quase não consegue abrir caminhos novos”.¹⁴

A práxis teológica deve ser genuinamente profética, uma vez que encarna a práxis de Jesus na sua elaboração teológica e execução pastoral. O profetismo coloca a teologia em prática, defendendo as mesmas causas de Jesus: os pobres e toda a “casa comum”, isto é, todos os seres que vivem em interdependência. O profetismo consiste em reavivar o espírito profético de Jesus nas comunidades em parcialidade com os pobres, através de uma reação aos abusos e violência que massacram os pequenos. Essa indignação profética deve ser imbuída de um chamado à esperança como ação do Espírito, rompendo silêncios e libertando-se de medos que paralisam a ação pastoral profética.¹⁵

A praxeologia também deve conjugar o discurso teológico com a espiritualidade através de uma mística encarnada e engajada. P. Casaldàliga elucida que “a espiritualidade cristã é, por definição a espiritualidade de Jesus, segundo seu Espírito. Sua opção deverá ser nossa opção, suas atitudes nossas atitudes, sua práxis nossa práxis”.¹⁶

Portanto, estes três aspectos: diálogo, profetismo e espiritualidade abrem perspectivas para novos caminhos pastorais na atualidade.

2 DA PRÁTICA AOS CAMINHOS DA PASTORAL NA ATUALIDADE

Fala-se muito na atualidade em pastoral orgânica, cujo objetivo é a organização de todas as atividades em um exercício de comunhão e corresponsabilidade em vista de objetivos comuns. Essa forma de desenvolver a pastoral expressa de forma concreta a unidade da Igreja e favorece o enriquecimento da ministerialidade. Também, evita sobrecarga de compromissos e atividades paralelas, tanto nos agentes como nos destinatários. Uma pastoral de conjunto é o caminho para que a evangelização seja eficaz. A escolha de uma pastoral orgânica exige eixos prioritários de acordo com a realidade.

13 MURAD; GOMES; RIBEIRO 2010, p. 183.

14 PAGOLA, 2015, p. 19.

15 PAGOLA, 2015, p. 81-90.

16 CASALDÁLIGA, 2008, p. 20.

Na pastoral orgânica, devem-se levar em consideração três dimensões fundamentais: criteriologia, doutrina e praxeologia. A criteriologia ocupa-se dos objetivos com as metas de ação na pastoral da Igreja. O marco doutrinal centra-se na explicitação da doutrina através da revelação e da tradição. Esse marco determina para onde se vai. O marco da praxeologia ocupa-se das mudanças na prática pastoral.¹⁷

A ação pastoral de conjunto exige um planejamento participativo, descentralizado que deve superar o binômio “clero-leigos” em vista de uma comunidade-ministerial, ou seja, uma pastoral orgânica baseada na comunhão deverá promover a participação de todos no processo de tomada de decisões. A Brighenti defende que o planejamento participativo revele uma eclesiologia de comunhão e participação:

Uma eclesiologia de comunhão e participação é o pano de fundo de um processo participativo e constitui-se no ponto partida e de chegada do mesmo [...]. No horizonte dessa eclesiologia, o processo implica crer na força da participação, no discernimento comunitário, na força dos fracos, num trabalho em colaboração com todas as pessoas de boa vontade, em resumo, numa Igreja que tem na trindade o modelo da melhor comunidade.

O caminho de pastoral orgânica deve ser uma resposta consciente para atender às necessidades do mundo de hoje com meios programáticos, objetivos e métodos. A pastoral de conjunto vai além do método ou modo de executar ações e atividades pastorais. Trata-se de um estilo de vida que requer uma mística vivida na vida pastoral. Segundo Salvador Fluentes, “na pastoral de conjunto, mais do que a organização e o método, está em jogo um espírito, uma convicção, uma tomada de consciência”.¹⁸

A pastoral de conjunto está desafiada a buscar caminhos abertos e sólidos que possam dialogar com o cenário eclesial complexo, marcado por ondas de individualismo e religião de mercado. O individualismo leva o sujeito a realizar projetos próprios, alimentando uma religião de mercado que responda a problemas financeiros, familiares, afetivos e econômicos. Essas práticas também são divulgadas e alimentadas por uma mídia social que cria comunidades virtuais a partir de interesses comuns. É neste sentido, que a pastoral deve pedir o auxílio da teologia para dialogar também com neopentecostalismo, buscando elementos de convergências, através de uma linguagem renovada e de uma comunicação com eficiência. Por isso, a pastoral deve buscar o diálogo a partir da espiritualidade. Porém, não se trata de qualquer espiritualidade, mas de uma alteridade que busque causas comuns.

Por fim, a pastoral deve se imbuir de uma teologia que fale a linguagem do povo configurada como uma “espiritualidade popular” ou “mística popular”. Conforme afirma Paulo Suess, “trata-se de uma verdadeira espiritualidade encarnada na cultura dos simples”.¹⁹ Esse

17 BRIGHENTI, 1998, p. 25-58.

18 FUENTES, 2008, p.135-136

19 SUESS, 2015, p. 72.

projeto prático de pastoral será possível se houver evangelizadores com espírito, isto é, homens e mulheres que rezam e trabalham. Na atualidade, é possível enxergar como referencial da teologia do povo, o papa Francisco, que tem despontado com um novo modelo pastoral baseado no diálogo, na comunhão e missão através de uma evangelização com espírito.

2.1 O MODELO PASTORAL DE FRANCISCO: UM CAMINHO PARA ATUALIDADE

O modelo pastoral do papa Francisco desponta como um caminho atraente e eficaz na evangelização da atualidade. A teologia de Francisco é expressa no exercício de seu governo pastoral caracterizando-se numa teologia do povo.

A pastoral do papa Francisco é na atualidade um exemplo claro de uma pastoral eficaz que sabe unir teologia e prática pastoral. Os principais eixos do programa pastoral do papa Francisco estão em um arcabouço chamado de teologia operante que traz o evangelho para a base eclesial, traduzido na primazia do ser humano, do pobre e de um Deus misericordioso.²⁰ De fato, os principais eixos pastorais de Francisco estão baseados em uma pastoral missionária, aberta e que valoriza o cuidado para com a “casa comum” e os pobres de forma acolhedora e misericordiosa.

A Igreja missionária é descrita como uma “Igreja em saída”, tendo sua fundamentação nas figuras bíblicas que fizeram o dinamismo da “saída” na história do povo de Deus. Trata-se de uma verdadeira pastoral missionária que tem como objetivo a transformação de toda Igreja. Esse modelo missionário exige uma mudança estrutural baseada em uma conversão pastoral, suscitada por meio de uma operante renovação eclesial inadiável nas estruturas da Igreja. A reforma pastoral da Igreja exigida por Francisco se reveste de um perfil eclesiológico marcados por inovações como abandonar o imobilismo e o tradicionalismo, sendo ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades.²¹ Nesta perspectiva, é preciso ouvir a todos com proximidade simples e misericordiosa, tendo como finalidade promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, provocando o amadurecimento dos organismos de participação e de outras formas de diálogo pastoral.²²

A pastoral em “saída” contempla necessariamente um encontro com os pobres. Esse encontro deve transformar-se em uma “Igreja pobre com os pobres” e que se deixa evangelizar por eles.²³ Neste sentido, a Igreja de portas abertas não é um “slogan” que dever repetido, correndo o risco de desaparecer pelo modismo da atualidade. Por isso, a Igreja não pode ter medo de colocar o pobre no centro da sua ação pastoral. A proximidade da Igreja com os pobres advém da práxis de Jesus: “Os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho,

20 SOUZA, 2017, p. 139.

21 EG, 2013, n. 33.

22 EG, 2013, n. 31.

23 EG, 2013, n. 198.

e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres”.²⁴ Vale salientar que a opção pelos pobres coloca a Igreja em “saída” e faz com que vença o fechamento e a comodidade.²⁵

A Igreja em “saída” supõe uma abertura para além dela mesma por meio de uma consciência de interdependência entre todos os seres. Em síntese, a teologia afirma que o pecado é também um descompasso ético e com cuidado da “casa comum”. É preciso criar uma política ambiental-ecológica, social e política. Essa reflexão é levada a sério no pontificado do papa Francisco, convidando a todos para uma cidadania ecológica ou mesmo uma conversão ecológica com a finalidade de salvar a “casa comum”.²⁶ O ser humano não deve tratar a criação como objeto, como produto e ser explorado e, por conseguinte, há uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta. É preciso lembrar que a exploração desordenada dos recursos naturais traz consequências devastadoras como poluição, mudanças climáticas, escassez de água e perda de biodiversidade. Além de que deteriora a qualidade de vida humana e acentua a degradação social. Tudo isso afeta a qualidade de vida no planeta com acentos profundos nos mais pobres.²⁷

A teologia prática do papa Francisco é um novo paradigma para os caminhos da pastoral na atualidade por meio de um projeto operante que toca o coração das pessoas, aberto a situação do tempo presente no diálogo com mundo, com a realidade até com quem pensa diferente. Entretanto, convém que as mudanças pastorais do papa Francisco sejam implementadas na pastoral dos nossos dias, caso contrário, pode ocorrer uma repetição de suas ideias em bordões e pouca aplicação de seu programa pastoral.

CONCLUSÃO

Ao delinear os caminhos pastorais hoje, percebe-se um grande desafio marcado pela complexidade do atual cenário religioso. Isso requer lucidez para que a teologia não fique cristalizada ou mesmo tome rumos da época momentânea fazendo valer o gosto dos consumidores religiosos. Por isso, precisa-se de um maior embasamento teológico por parte dos agentes de pastoral. Esta pastoral deve ser cada vez mais exigente, dispondo de recursos que auxiliem suas atividades como a comunicação e a especialização de seus agentes. O impacto da teologia na pastoral dependerá da habilidade de formas eficazes de diálogo com os desafios do tempo hodierno.

Diante do cenário religioso baseado em uma espiritualidade de cunho emocional, faz-se necessário encontrar caminhos de diálogo aberto e crítico. Neste sentido, a teologia pode

24 EG, 2013, n. 48.

25 EG, 2013, n. 49.

26 LS, 2015, n. 211-217.

27 LS, 2015, n.16.

desempenhar um papel preponderante, podendo dar embasamento para uma espiritualidade fundamentada na experiência cristã. É preciso usar a criatividade para evangelizar com espiritualidade, fundamentada em uma teologia que ultrapasse a pura racionalidade e se ocupe de uma linguagem que abarque a totalidade da pessoa e sua relação com o mundo. Trata-se de uma “teologia que seja companheira da humanidade, mostrando a proximidade de Deus ao homem e das possibilidades da proximidade do homem a Deus”.²⁸

O papa Francisco reconhece que é preciso criar espaços para motivar e sanar os agentes de pastorais, onde se possa regenerar a fé em Jesus crucificado e ressuscitado e partilhar questões mais profundas e preocupações cotidianas.²⁹ A. Pagola interpreta esses espaços por meio de uma proposta bem concreta: criar grupos que aprofundem o seguimento a Jesus não por meio de uma doutrinação ou processo de aprendizagem, mas pelo contato com o evangelho. Esses grupos embora tendo uma referência eclesial devem estar abertos a todos como comunidades de iguais, tendo sua criatividade própria com liberdade de organização.³⁰

Sob esta perspectiva, a interação entre teologia e pastoral com a finalidade de encontrar caminhos novos para a prática pastoral na conjuntura atual exigirá diálogo, criatividade e ousadia por meio de uma missionariedade permanente e uma espiritualidade inserida.

REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, A. *Reconstruindo a esperança: Como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. *A Pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas; Valência, Esp: Siquem, 2011. (Teologia pastoral).

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Nossa espiritualidade*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *É hora de mudança*. São Paulo: Edições Loyola, 1998;

FLORISTAN, Casiano. *Teología práctica: teoría y praxis de la acción pastoral*. Salamanca: Sígueme, 1998.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas. 2013. (Voz do Papa).

_____. Carta encíclica sobre o cuidado da casa comum *Laudato Si*. Brasília: CNBB, 2015. (Documentos Pontifícios).

FUENTES, S. Valadez. *Espiritualidade pastoral: como superar uma pastoral sem alma*. São Paulo: Paulinas, 2008.

LIBANIO, J. *Deus e os homens: os seus caminhos*. Petrópolis: Vozes, 1990. (Religião e Saber).

_____. Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005. (Teologia).

LIBANIO, J. B. MURAD, Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 2014.

28 LIBANIO; MURAD, 2014, p. 37.

29 EG, 2013, n. 77.

30 PAGOLA, 2015, p. 93-102.

MURAD, Afonso. GOMES, P. Roberto. RIBEIRO, Súsie. *A casa da teologia: introdução ecumênica á ciência da fé*. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Sinodal 2010. (Percursos e moradas).

PACOMIO, L et al. *Dicionário teológico multidisciplinar*. Salamanca: Sigueme, 1997, V. 2. (vocabulo: Teologia Pastoral).

PAGOLA, A. J. *Voltar a Jesus: para a renovação das paróquias e comunidades*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SUESS, Paulo. *Dicionário da Evangelii Gaudium: 50 palavras-chave para uma leitura pastoral*. São Paulo: Paulus, 2015. (Comunidade e missão).

O pontificado do Papa Francisco à luz dos elementos fundamentais do Concílio Vaticano II

Eduardo Pessoa Cavalcante ¹

Resumo: cremos que o governo de Francisco traduz, em muitos pontos, elementos fundamentais do Concílio Vaticano II. Delimitamos tais elementos como dialógico-pastoral, ecumênico e renovador. Em relação a tais aspectos é que nos propomos a refletir sobre o pontificado do Papa Francisco. Nessa perspectiva, analisaremos algumas características de uma “Igreja em saída” (*Evangelii Gaudium*), sob a luz de três estados eclesiais permanentes: estado de conversão; estado permanente de missão; estado permanente de renovação. Acreditamos que, em meio a tantos desafios que a pós-modernidade nos traz, há também sinais de esperança. O Senhor é sempre novo, uma novidade constante que está a querer derramar a sua misericórdia – “principal atributo de Deus” (KASPER, 2015, p. 107) - a todo o gênero humano. Este é o pano de fundo de nossa reflexão.

Palavras-chave: Papa Francisco; Concílio Vaticano II; Igreja “em saída”.

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II foi um marco na vida da Igreja². Sua convocação, por iniciativa do Papa João XXIII quis inaugurar uma nova fase eclesial, uma mudança de postura frente ao mundo.

Nesse sentido, as palavras de João XXIII, em seu discurso de abertura da primeira sessão do Concílio³, em 11/10/1962, já indicavam o norte a ser seguido:

[...] Nos nossos dias, porém, a Esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade: julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina que condenando erros...A Igreja Católica, levantando por este Concílio o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade com os filhos dela separados.

1 Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Anápolis/GO; Especialista em Direito Canônico Familiar pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília; aluno do programa de Mestrado Interinstitucional de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas; Especialista em Direito Penal pela Faculdade Processus de Brasília; Servidor Público do Governo do Distrito Federal; Atualmente ocupa o mandato de Vice-presidente da Confederação Mundial dos Ex-alunos de Dom Bosco e Conselheiro Mundial para as Américas.

2 Sempre que nos referirmos à Igreja, entenda-se Igreja Católica Apostólica Romana.

3 Sempre que nos referirmos a “Concílio”, entenda-se o Concílio Ecumênico Vaticano II.

O Papa Francisco, por sua vez, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG) 49, nos diz que:

[...] Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que temor em falhar, espero que nos mova o medo de nos encarcerarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: “Vós mesmos, dai-lhes de comer” (Mc 6,37).

À luz dos elementos fundamentais do Concílio Vaticano II, iremos refletir sobre o pontificado do Papa Francisco. Mas quais seriam tais elementos fundamentais?

Para responder a essa indagação, inspiramo-nos nas lições de Libanio, o qual dispôs ter se tratado de um Concílio pastoral, ecumênico, do diálogo e do *aggiornamento* (LIBANIO, 2005, p. 67). De nossa parte, decidimo-nos pelo seguinte esquema: dialógico-pastoral, ecumênico e renovador. Sobre tais aspectos nos propomos a discorrer.

1 DIALÓGICO-PASTORAL

Estamos a indicar a maneira como a Igreja se relaciona *ad intra* (consigo mesma) e *ad extra* (com o mundo). Ainda que os conteúdos fundamentais da fé não sofram modificação em sua essência, a forma como tais verdades são transmitidas e vividas sofre as influências do caminhar da história e da própria cultura. A Igreja não é uma realidade estática. Isso seria reduzir o conteúdo e alcance da Revelação, cuja compreensão está a ser descortinada através dos tempos.

Ademais, por dialógico-pastoral, queremos ressaltar dois aspectos que, para o Vaticano II, caminham juntos: o diálogo e o agir pastoral.

Para o Vaticano II, entretanto, não basta o diálogo, por melhor que seja. A eficácia da fé exige que se passe da palavra para a ação. Por isso a importância do “serviço” que a Igreja deve prestar ao mundo (*Gaudium et Sp* 3b) ou à humanidade (GS 43) [...]. (BRIGHENTI, 2016, p. 83).

No contexto do Vaticano II, os Padres Conciliares decidiram lançar um olhar compassivo frente ao mundo moderno, com a finalidade de empreender um diálogo cooperativo. Afinal, o que a Igreja deseja transmitir é mais que um conjunto ordenado de ideias, e

sim alguém: Jesus Cristo. Diálogo, portanto, tornou-se um conceito-chave para o Concílio Vaticano II (KASPER, 2012, p. 371).

A dimensão dialógico-pastoral implicou para o Concílio o firme retorno à orientação missionária da Igreja e uma clara postura de abertura. Dever-se-ia penetrar na vida de seus filhos, suas angústias, sofrimentos e questionamentos (GS 1) e estar atenta aos “sinais dos tempos” (GS 4). Afinal, a doutrina existe para ser experimentada na vida real das pessoas.

Outrossim, tal dimensão deveria igualmente repercutir no seu interior. Por isso, o Concílio almejou valorizar e repensar o papel de todo o “povo de Deus”, tal como a *Lumen Gentium* ressaltou. Todos aqueles unidos pelo Batismo são, independentemente de seu estado de vida, povo de Deus. A hierarquia não detém o monopólio do Espírito Santo⁴, sendo os seus membros também “povo de Deus” e fiéis da Igreja.

Entretanto, enquanto as estruturas eclesiais, incluindo as de índole decisória e mesmo de reflexão sobre doutrina, não incluírem efetivamente todo o povo de Deus, o Concílio, neste aspecto, ainda não terá germinado em terra boa.

Quanto à concretização da esperança de mudança na estrutura da Igreja, o Concílio pouco conseguiu fazer. A Cúria romana conseguiu anular as proposições do Vaticano II. [...] ela conseguiu aumentar ainda mais o seu poder e reduzir as possibilidades de iniciativa do resto do povo de Deus (COMBLIN, 2011, p. 355).

Parece-nos, por outro lado, que o Pontificado de Francisco agora aponta em outra direção, conforme veremos adiante.

2 ECUMÊNICO

A reintegração da unidade entre todos os cristãos foi explicitamente um dos objetivos principais do Concílio Vaticano II (*Unitatis Redintegratio*-UR 1) e o reconhecimento de elementos de santificação e de verdade no seio de Igrejas cristãs não católicas (LG 8b), um avanço significativo após tantas condenações. Sem diminuir a Igreja Católica, na qual subsiste a Igreja de Cristo (LG 8b), o Concílio, diferentemente do passado, não quis enquadrar o Espírito Santo, o qual age de maneira livre, mesmo em meio a divisões e tensões.

É importante observar que naquelas palavras iniciais de João XXIII, já mencionadas, o então Papa, ao se referir aos “irmãos separados”, o faz no contexto de uma Igreja que deseja ser mãe amorosa de todos, benigna, paciente e cheia de misericórdia. Vê-se aí já um comportamento de acolhimento, de quem enxerga “os separados” como filhos e, diríamos, também herdeiros das graças que irradiam de Cristo por meio da Igreja. Trata-se, pois,

4 Ainda que a Igreja nunca tenha declarado isso, a história nos mostra que as atitudes de alguns de seus membros foram nesse sentido.

de um verdadeiro “vínculo Crístico” que, pela vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus, imprime caráter de comunhão entre todos aqueles que O reconhecem como Deus e Senhor, e igualmente professam a fé na Trindade⁵.

O documento basilar do Concílio Vaticano II sobre o ecumenismo é a *Unitatis Redintegratio*, que se “trata de um novo modo de compreender o cristianismo como um todo. [...] Há o reconhecimento de elementos comuns entre a Igreja Católica e as demais Igrejas; assume-se o valor da oração, do diálogo e da cooperação entre as Igrejas” [...] (WOLFF, 2012, p. 30). Foi também na *Unitatis Redintegratio* (n. 2 a 4) que os Padres Conciliares expuseram os princípios católicos do diálogo ecumênico, o qual “não parte de uma ideia abstrata nem de uma ideologia do diálogo, mas da autocompreensão da Igreja Católica” (KASPER, 2012, p.282). Ser Igreja implica ser ecumênico (a), e a divisão entre os cristãos impede a realização plena da sua catolicidade (UR 4).

Não há, porém, ecumenismo sem uma verdadeira conversão interior e o auxílio do Espírito Santo (UR n. 7). A conversão interior é tarefa das mais desafiadoras, pois implica reconhecer-se necessitado de mudança e dócil à ação do Espírito.

3 RENOVADOR

O Concílio Vaticano II atuou como firme expressão do Espírito Santo em busca da renovação da Igreja. Cremos que esse tenha sido o sentido de João XXIII quando, ao convocá-lo, expressou-se com a palavra italiana *aggiornamento*.

Não se trata de modificar doutrina, mas sim uma atualização para torná-la compreensível e viva aos homens e mulheres da modernidade, como interlocutores e não meros receptores, de acordo com os sinais dos tempos (GS 4). Quanto mais distante de suas realidades, menos encarnada é a Igreja e, portanto, pouco portadora de significado.

A renovação da Igreja é inerente ao seu existir: “a Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação” (LG 8c).

Mais eloquente ainda foi a afirmação Conciliar na *Unitatis Redintegratio* 6, a qual, com coragem, nos diz:

Toda renovação da Igreja consiste essencialmente numa fidelidade maior à própria vocação. [...] A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene. Dela necessita perpetuamente como instituição humana e terrena [...].

5 Na linha das “hierarquias das verdades” na UR 8.

Renovar é próprio de uma Igreja que se reconhece como peregrina. Sem tal consciência, e aí se encontram as razões de muitas mazelas eclesiais de nossa época, corre-se o risco da autossuficiência daqueles que ficam agarrados a um tradicionalismo que nada tem de Tradição. Sob o argumento de defender a Igreja, fecham-se em guetos de pseudo iluminados, e tentam enquadrar até mesmo a misericórdia, “principal atributo de Deus” (KASPER, 2015, p. 107). Para esses é sempre válido recordar as palavras de Jesus ao se dirigir aos escribas e fariseus:

[...] Amarram fardos pesados e os põem sobre os ombros dos homens, mas eles mesmos nem com um dedo se dispõem a movê-los
[...] Praticam todas as suas ações para serem vistos pelos homens. Gostam do lugar de honra nos banquetes, dos primeiros assentos nas sinagogas [...] (Mt 23, 4-5).

Momentos ocorreram na história da Igreja em que o termo renovação, que se relaciona estreitamente com reforma, parecia atentar contra a fé Católica. Parece-nos, porém, que tal é uma visão equivocada e eivada de interesses nem sempre evangélicos, mais ligados à autocracia do que ao Espírito. Pertinente, neste sentido, é a reflexão de Congar sobre o comportamento da Igreja, no passado, frente a atitudes pessoais de fiéis que, seguindo a voz de suas consciências (morada do Espírito), tentavam contribuir para o pensamento cristão.

Por causa de uma avaliação exagerada da função da autoridade e por uma tendência jurídica pronta a remeter a ordem à regra imposta e a unidade e uniformidade, o catolicismo, ao menos na época moderna, desconfiou das expressões do princípio pessoal. Ele desenvolveu um sistema de vigilância que teve sua eficácia para manter uma linha e um quadro de ortodoxia, mas às custas de uma marginalização e muitas vezes de uma redução ao silêncio e à inação das pessoas que tinham algo a dizer [...] (CONGAR, 2005, p. 31).

O Concílio, atento aos sinais dos tempos, lançou as bases para a renovação, para o tão almejado *aggiornamento* de João XXIII. Entretanto, como todo processo dialético, a sua recepção sofre as circunstâncias do “momento histórico”. Inicialmente tivemos uma nova primavera com o Concílio. Posteriormente, alguns falaram de um inverno eclesial. Quiçá estejamos, com Francisco, num outono a caminho do verão.

4 O PONTIFICADO DE FRANCISCO: BUSCA DE CONCRETIZAÇÃO DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO CONCÍLIO VATICANO II

Francisco encarna os elementos fundamentais do Concílio Vaticano II. Seu pontificado, portanto, apresenta um “estilo Conciliar” e tem, se assim podemos dizer, um “plano de governo” bem delineado. Trata-se da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG). Por essa

razão, limitaremos a análise da relação de seu pontificado e do Vaticano II sob a ótica de tal documento. De pronto Francisco diz o que almeja com o documento:

A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus [...]. Com Jesus Cristo renasce sem cessar a alegria. Quero, com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de os convidar para uma nova etapa evangelizadora marcada por esta alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG 1).

Mais à frente irá discorrer:

[...] Apesar disso sublinho que, aquilo que pretendo deixar expresso aqui, possui um significado programático e tem consequências importantes. Espero que todas as comunidades se esforcem por atuar os meios necessários para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão (EG 25).

Já nessas palavras introdutórias que contextualizam a Exortação, Francisco expõe de maneira clara alguns aspectos daquilo que buscaria – e o está a realizar – em seu pontificado:

a) *Levar as pessoas a encontrarem Jesus, fonte de alegria.* “E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós” (Jo 1,14). Eis aí a originalidade e o cume da revelação cristã (SESBOÛE, 1999, p. 180). Ele, que tudo criou, adentra na criação como um de nós, e experimenta as nossas dores, angústias, alegrias e esperanças. Em tudo se assemelha, menos no pecado (GS 22). Em Jesus Cristo, Deus vem revelar a si mesmo, comunicar ao ser humano quem Ele é e, por conseguinte, quem é o homem (GS n. 22). Deus vem. Deus está. Deus é. Chegou a plenitude dos tempos (Gal 4,4).

b) Francisco diz querer nos “convidar”. Estamos a falar de um Papa que sabe estar dialogando com o mundo pós-moderno, com respeito à autonomia do pensar e decidir do ser humano. O seu Pontificado entra na dinâmica de Jesus: “vinde e vede” (Jo 1, 39). O “vede” que Jesus nos propõe é relação, experiência concreta, um “deixar-se encontrar por Ele, de o procurar dia a dia sem cessar” (EG n. 3).

c) Ademais, discorre sobre uma nova etapa evangelizadora. Não é, destarte, um pontificado de conservação.

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação [...] (EG 27).

O novo de Francisco é o novo do Concílio, é o novo do hoje; o novo do Espírito.

Se a *Evangelii Gaudium* é o “plano de governo” do pontificado de Francisco, podemos dizer que um termo traduz a sua eclesiológica: “Igreja em saída”.

Mas quais seriam as características da “Igreja em saída” do Papa Francisco? Vejamos algumas: que saia da própria comodidade e tenha a “coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (n. 20); que tenha uma “alegria missionária” (n. 21); seja “comunidade de discípulos-missionários que ‘primeireiam’, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam” (n. 24); viva “um desejo inexaurível de oferecer misericórdia” e tenha o “cheiro das ovelhas” (n. 24); “em estado permanente de missão” (n. 25); aberta à constante renovação em seu agir e em suas estruturas (n. 27); com uma pastoral ousada e criativa (n. 33); “de portas abertas” (n. 46); que não tenha medo de ser uma Igreja “acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas”, ao invés de ter ficado “enferma pelo fechamento e comodidade de se agarrar às próprias seguranças”, não preocupada “em ser o centro e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos” (n. 49).

Entendemos, porém, que para ser efetivamente uma “Igreja em saída” em sintonia com o pensamento de Francisco e do Vaticano II, são necessários “três estados eclesiais permanentes”, os quais devem ser observados pelo conjunto do povo de Deus⁶ e pela estrutura de governamental da Igreja

- Estado permanente de conversão.
- Estado permanente de missão (Documento de Aparecida n. 201 e *Evangelii Gaudium* n. 25).
- Estado permanente de renovação.

Ainda que o Documento de Aparecida e a própria *Evangelii Gaudium* tenham expressamente se referido a um estado permanente de missão, cremos que tal deve ser complementado pelos estados permanentes – de conversão, que antecede todo o agir; e de renovação, o qual há que ser perene. São “estados” que se depreendem do próprio Evangelho, Concílio Vaticano II, e da visão de Igreja do Papa Francisco, exposta na *Evangelii Gaudium*.

a) O estado permanente de conversão é pressuposto de toda e qualquer ação pastoral. É o encontro transformador com Jesus que impulsiona e qualifica o nosso agir. Sempre que O encontramos, tomamos a consciência de que Ele nunca esteve ausente.

A conversão exprime não apenas um caráter individual, mas também comunitário-ecclesial. E uma estrutura eclesial que não viva se convertendo continuamente, fecha-se em si mesma, torna-se autorreferencial (EG 8, 94, 95), doente.

Só uma Igreja consciente de ser permanentemente necessitada de conversão e misericórdia é capaz de dialogar, pastorear, perdoar, renovar-se e, mais que tudo, amar, especialmente

6 Apenas para que não parem dúvidas, fique-se claro que o termo está na linha do Concílio Vaticano II, ou seja, povo de Deus como todos os batizados, iguais em dignidade e corresponsáveis pela missão evangelizadora.

os pobres e o que mais sofrem. “Esta conversão deve estar presente na vida do cristão como atitude de fundo que o acompanha sempre. E também na vida da Igreja, seja em sua consciência, seja em suas instituições” (MIRANDA, 2018, p. 69).

Ser Igreja é estar em estado permanente de conversão!

b) *Estar em estado permanente de missão* (EG 25 e Documento de Aparecida 201) implica, antes de tudo, ter consciência de que “em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar” (EG 119). Por isso, “cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização” (EG n. 120).

Tal estado permanente de missão pressupõe, como exposto anteriormente, ser precedida de uma conversão pastoral dos fiéis e das estruturas eclesiais, a fim de se evitarem atitudes mecanizadas e carreiristas, esvaziadas da alegria do Evangelho.

Não obstante, de maneira geral, a missão efetiva ainda parece estar relegada a apenas uma pequena parcela do povo de Deus.

A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. A seu serviço está uma minoria: os ministros ordenados. Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja

[...] Mas a tomada de consciência desta responsabilidade laical que nasce do Batismo e da Confirmação não se manifesta de igual modo em toda a parte; em alguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, em outros por não encontrar espaço em suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir por causa de um excesso de clericalismo que os mantém à margem das decisões (EG 102).

Deve-se atentar, igualmente, à “dimensão social da evangelização (capítulo IV da *Evangelii Gaudium*), pois “o querigma possui um conteúdo inevitavelmente social” (EG 177). Isso acarreta reconhecer “que no coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres” (EG 197), e que eles são uma verdadeira categoria teológica para a Igreja (EG 198). O cuidado com os pobres deve ser integral: material e espiritual (EG 199-200). Especialmente em nosso continente (mas não somente), as variadas formas de exclusão social são escândalos que clamam aos céus por justiça. Não raras vezes, somos uma sociedade cristã sem Cristo.

Ser Igreja é estar em estado permanente de missão!

c) *Estado permanente de renovação* implica estar aberto à ação do Espírito Santo, que faz nova todas as coisas (Ap. 21, 5). Só se dispõe em saída quem tem a consciência de ser peregrino. Aqueles que se consideram autossuficientes, frequentemente ficam presos em um emaranhado de obsessões e procedimentos (EG n. 49).

A *Evangelii Gaudium*, assumindo para si as lições da *Unitatis Redintegratio* n. 6, nos recorda que, “como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma”.

O Vaticano II, em diversas passagens, falou de renovação e, em outras, de reforma. Assim também o faz Francisco. São duas faces da mesma moeda. Seja quando falamos em reforma, ou mesmo quando devemos fazer algo novo – renovação –, estamos a nos colocar na lógica do Espírito: atualizar a mensagem de Jesus para cada tempo histórico. Renovar para transformar, e transformar para melhor amar.

Jesus Cristo pode romper também os esquemas enfadonhos em que pretendemos aprisioná-Lo, e surpreender-nos com a sua constante criatividade divina. Sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda a ação evangelizadora autêntica é sempre “nova” (EG 11).

A par da renovação interior e de métodos de agir, é necessário também renovar as estruturas (EG 27).

Um dos grandes desafios eclesiais, e do próprio pensamento teológico, seria, portanto, este: renovar-se sempre a fim de voltar continuamente a Jesus, trilhar os seus caminhos, e fazer os nossos com Ele e por Ele. Relacionar-se com Ele nos faz querer ampliar os nossos horizontes de ação e difundir o seu amor e misericórdia.

Ser Igreja é estar em estado permanente de renovação!

CONCLUSÃO

Buscamos, neste artigo, refletir sobre alguns aspectos do pontificado do Papa Francisco à luz dos principais elementos do Concílio Vaticano II. Para tanto, optamos por elencar como principais características do Concílio Ecumênico Vaticano II as seguintes características: dialógico-pastoral, ecumênico, renovador.

Ademais, procuramos demonstrar o sentido de continuidade, ainda que com características originais, entre Francisco e o Concílio, dando ênfase para três aspectos: estado permanente de conversão; estado permanente de missão e estado permanente de renovação.

Discorrer sobre o Concílio Vaticano II significa rememorar um acontecimento ocorrido em determinado tempo, mas cujas repercussões se prologam até os dias de hoje. O seu alcance e recepção é, ao nosso sentir, um processo ainda em curso, que encontrou novo ardor no pontificado de Francisco.

Cabe a nós, povo de Deus, com o auxílio do Espírito Santo, integrarmos os ensinamentos do Concílio à nossa vivência eclesial e de fé, na certeza de que fazemos parte de um caminho (At 9, 2; 24,14).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 6. impr. São Paulo: Paulus, 2010.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, Decretos, Declarações*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMBLIN, José. *O povo de Deus*. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2011.

CONGAR, Yves. *Ele é o Senhor e dá a Vida*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: a alegria do Evangelho. Brasília: Edições CNBB, 2015.

KASPER, Walter. *A Igreja Católica*: essência, realidade, missão. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

KASPER, Walter. *A Misericórdia*: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II*: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MIRANDA, Mário de França. *A Reforma de Francisco*: fundamentos teológicos. 1 ed. 1 reimp. São Paulo: Paulinas, 2018.

SESBOÛE, Bernard. *Pensar e viver a fé no terceiro milênio*: convite aos homens e mulheres do nosso tempo. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999.

WOLFF, Elias. *Em que o Vaticano II mudou a Igreja*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2016.

WOLFF, Elias. *Unitatis Redintegratio, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate*: textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012.

A esperança transforma a história: por uma pastoral mais escatológica

Tailer Douglas Ferreira ¹

Resumo: Na atual conjuntura, o sistema econômico e político neoliberal, lançando suas influências sobre a cultura, faz crescer uma contra-utopia do *status quo* que mergulha o ser humano numa apatia generalizada, negando a este qualquer alternativa de transformação da realidade. Não se tem mais utopias e a esperança parece haver morrido. No entanto, ainda é possível encontrar algumas forças utópicas que insistem em resistir e, dentre elas, a própria mensagem cristã, que desde sua perspectiva escatológica, quer ser uma palavra de esperança para o homem e para o mundo. Todavia, historicamente, percebe-se uma série de deslocamentos da reflexão escatológica e a sua estagnação como um mero tratado teológico que versa, muitas vezes fantasiosamente, sobre o fim da pessoa e do mundo. Não obstante, a redescoberta da escatologia pela teologia contemporânea, sobretudo as contribuições de Jürgen Moltmann, em sua obra Teologia da esperança, nos oferecem uma nova compreensão da escatologia cristã, que entendida na ótica de uma esperança ativa, é capaz de iluminar nossa pastoral e lançar nossas comunidades e a cada um de nós em projetos de transformação da história.

Palavras-chave: Escatologia; Esperança; Transformação; História; Pastoral.

1 A APATIA PÓS-MODERNA

O ser humano é um ser de possibilidades, de utopias, de esperança; não está fechado sobre si mesmo, mas tende para o futuro, para o novo, para o transcendente! Esse pressuposto antropológico é uma verdade incontestável. Todavia, ao lermos as principais marcas conjunturais do nosso tempo, percebemos que uma apatia generalizada tem impedido as pessoas de lançarem-se corajosamente ao futuro, através de projetos de transformação da realidade.

O grande engendrador dessa situação é o sistema neoliberal, que extrapolando os limites da economia e da política, lança sua influência sobre a cultura. A propagação de uma contra-utopia do *status quo* – alimentada pelas falsas imagens de uma ideologia triunfante, do modo de produção de máxima eficácia produtiva e distributiva, e da liberdade social e individualismo competitivo e consumista² – induz as pessoas a não vislumbrarem outro mundo possível. Ademais, o autocentramento do sujeito – conjugado de maneira paradoxal

¹ Religioso da Ordem de Santo Agostinho, licenciado em Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (2012) e bacharel em Teologia pelo Instituto São Paulo de Estudos Superiores (2017). Atualmente é responsável pela Promoção Vocacional e Animação Juvenil do Vicariato Agostiniano Nossa Senhora da Consolação do Brasil, Representante Institucional no Colégio Santo Agostinho – Unidade Belo Horizonte e Vigário Paroquial na Paróquia Nossa Senhora da Consolação e Correia, em Belo Horizonte - MG. E-mail: tailer.do@hotmail.com

² Cf. MARDONES, José Maria. *Utopia, sociedade e religião*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 25-27.

com o valor da exterioridade – somado à inexistência da história e à negação da alteridade é a marca fundamental da cultura atual. Parece não haver esperança!

Ainda que com um olhar imediato sobre a atual conjuntura sócio-cultural e religiosa, não é também difícil perceber, mesmo diante de um crescente processo de secularização e do descrédito com relação às instituições religiosas, uma busca do humano pelo sagrado. Tal busca, no entanto, tem fortes acentos individualistas e, a experiência de Deus daí decorrente, parece pouco influir sobre a realidade comunitária e social. Numa perspectiva cristã, a vivência que deveria fermentar a realidade com a novidade evangélica, fica reduzida a uma mística sem ação, ou seja, a uma pseudo-mística.

2 A ESCATOLOGIA CRISTÃ: UMA PALAVRA DE ESPERANÇA

À realidade descrita acima se acrescenta, já nos limites da fé cristã, uma visão equivocada da sua dimensão escatológica, devido aos vários deslocamentos hermenêuticos por ela sofridos ao longo da história. Por vezes, sua eloquência como doutrina da esperança cristã se perdeu num emaranhado de especulações – na maioria das vezes, fantasiosas – sobre o fim da pessoa e do mundo. Relegou-se, sobremaneira, para o futuro, o estabelecimento do Reino de Deus. De fato, no futuro está o seu cumprimento pleno, porém, já aqui se começa a vislumbrá-lo através de sinais concretos. Ora, a partir de tal constatação, e por ela profundamente interpelados, motiva-nos nesse trabalho a busca por compreender essa tensão escatológica existente no cristianismo e como a esperança cristã pode fazer da nossa pastoral uma força de transformação histórica.

O Concílio Vaticano II, ao dedicar um capítulo inteiro de sua Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja para tratar da índole escatológica da Igreja peregrina e sua relação com a Igreja celeste, já nos aponta a importância que esse tema tem para a comunidade eclesial. Parece-nos que com essa atenção cuidadosa sobre o tema da escatologia, os padres conciliares ratificavam uma reflexão que já antes mesmo do concílio havia se iniciado e que agora ganhava forças para avançar.

A escatologia – apesar de se configurar como uma teologia mais negativa que positiva, no sentido que sabemos mais o que não é do que o que é, e tendo em vista que seus conteúdos devem ser interpretados mais em sentido pessoal que objetivo ou local – precisa ser melhor explicitada e aplicada em nossas vivências pastorais, afinal os enunciados relativos ao cumprimento nos remetem ao coração do mistério cristão.

O fato de ser também conhecida pelo nome *De novissimus* (Das coisas últimas), fez com que a escatologia fosse sempre a última problemática abordada no curso teológico. Todavia, a escatologia é a reflexão teológica que trata do fim e do cumprimento da criação e da história da salvação (individual e universal) a partir do mistério pascal de Cristo, ou seja, nele já se

encontra “o protótipo da condição final da humanidade como coroação do plano divino de criação e de salvação da pessoa.”³

Ao tratar do fim do indivíduo e da humanidade como um todo, a escatologia não se esquivava de tematizar questões como: a imortalidade da alma/ressurreição, purificação (purgatório), felicidade junto de Deus, fim do mundo, juízo final, céu/inferno, “alma separada”, ressurreição dos corpos, novo céu/nova terra. Não obstante, o que, em suma, se coloca em discussão é a esperança cristã: “tudo o que Deus criou para chamar a uma plenitude de vida não só não volta para o nada, mas acede em sua totalidade e em cada uma das suas partes à plenitude interior e durável de sua essência, ao ser admitido a participar da vida eterna de Deus.”⁴

Veja-se, de antemão, que o campo da reflexão escatológica é bem amplo. A esse somam-se ainda, como já mencionado, as diferentes perspectivas que o tema foi ganhando ao longo da história. Nosso interesse, no entanto, repousa sobre a redescoberta da escatologia pela teologia contemporânea. Nesse momento, assistiu-se a uma verdadeira irrupção do *eschaton* na história, tal como no cristianismo primitivo. O cumprimento prometido tornou-se um estímulo para a ação humana e, o *eschaton*, um questionamento. Como a dimensão escatológica da fé cristã pode iluminar nossa pastoral levando nossas comunidades e a cada um de nós a uma ação transformadora da história é, portanto, a grande questão norteadora desse nosso trabalho.

Tal redescoberta da escatologia na teologia contemporânea teve início, sobretudo, no mundo protestante.⁵ Já no mundo católico, a reflexão escatológica só ganhou maior propulsão a partir do Concílio Vaticano II.⁶ Dentre a gama de autores que trataram deste tema, parece-nos que a reflexão do teólogo alemão e luterano Jürgen Moltmann se faz a mais eloquente para pensarmos essa articulação entre escatologia e história, entre a esperança cristã e a transformação da realidade.

3 AS PROVOCAÇÕES DA TEOLOGIA DA ESPERANÇA DE JÜRGEN MOLTSMANN

A partir da sua própria experiência – Moltmann lutou na Segunda Guerra Mundial, foi preso e levado para um campo de concentração na Inglaterra – sua teologia centra-se sobre um ponto de vista particular: a esperança.

3 STANCATI, Tommaso. Escatologia. In: MANCUSO, Vito. *Lexicon Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 241-242.

4 GRESHAKE, Gisbert. Escatologia. LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004, p. 620.

5 Dentre seus principais nomes podemos destacar: Johannes Weiss, Albert Schweitzer, Paul Tillich, Karl Barth, Wolfhart Pannenberg, Jürgen Moltmann.

6 Dentre os teólogos católicos que trataram a questão encontramos: Karl Rahner, Hubert Lepargneur, Renold Blank, Leonardo Boff.

Além disso, a gente aprende a conviver com o arame farpado e com a vida sem liberdade. A gente procura apagar-se, para não ter dificuldades. (...) A gente não vive mais, apenas se deixa levar. Quando então tudo passou a ser indiferente, a gente não sente mais o arame farpado. (...) Mas no momento em que nossa vontade de viver se reacende e em que determinadas experiências, que chamamos de experiências de Deus, despertam em nós a esperança de viver, começamos a nos revoltar contra a apatia dentro de nós e contra o arame farpado ao redor de nós.⁷

É, portanto, a partir da esperança, e não somente sobre ela, que Moltmann teoriza e faz teologia. Não atoa é por isso considerado o pai da Teologia da Esperança.

Em 1964, Moltmann publicava sua *Teologia da esperança*, não para ser tão somente mais um manual de escatologia, entendida como uma parte, a última, da doutrina cristã, mas uma nova reflexão sobre a esperança cristã em perspectiva escatológica. Assim, já na Introdução, Moltmann afirma: “o cristianismo é total e visceralmente escatologia (...) o escatológico não é algo que se adiciona ao cristianismo, mas é simplesmente o meio em que se move a fé cristã (...) toda pregação e mensagem cristãs tem uma orientação escatológica”.⁸ Nesse sentido, a teologia e a pastoral como um todo devem ser pensadas a partir do futuro, e a escatologia deixar de ser o fim, para ser o princípio.

Moltmann entende a escatologia como esperança que parte de “uma determinada realidade histórica e prediz-lhe o futuro, suas possibilidades futuras e sua eficácia futura”.⁹ Tal futuro, que é o próprio futuro de Deus que vem, é acolhido pelo homem como promessa. É a promessa que o lança para frente, que o faz acreditar em um *novum* que ainda não se conhece. Desde a perspectiva cristã, portanto, é o anúncio de Jesus ressuscitado crucificado, da contradição entre cruz e ressurreição, que nasce a esperança para o ser humano. No Cristo todos podemos esperar algo de novo, ainda que se viva em meio à contradição gerada pela dor e sofrimento atuais. É a dinâmica do Reino de Deus, que embora já presente, ainda não o está totalmente. Nesse sentido é que a esperança nunca acalmará o *cor inquietum* do homem, mas é ela própria esse *cor inquietum* que o lança na transformação da realidade.

Para Moltmann, a esperança cristã é, sem dúvidas, uma força motriz capaz de transformar a história em vista do prometido por Deus. Não obstante, nos interpela: “Qual é, porém, o papel social a que esta sociedade moderna relegou a fé, a comunidade, a igreja e, por fim, o cristianismo?”¹⁰

7 MOLTSMANN, Jürgen. *O Espírito da vida: uma pneumatologia integral*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 106.

8 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã*. 3. ed. São Paulo: Editora Teológica: Loyola, 2005, p. 30.

9 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 30.

10 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 381.

Para responder a essa questão, Moltmann nos leva perceber que o cristianismo já não pode mais ser entendido como a religião da sociedade, com um lugar e função estabelecidos, como o foi desde Constantino até o advento da modernidade. Segundo ele, o processo emancipatório da modernidade se deu justamente frente ao centro religioso que com seu culto e diretivas morais ligava o humano ao divino, e, conseqüentemente, o celeste ao terreno. O caráter de *cultus publicus* foi substituído pelo de *cultus privatus*, e “a ‘religião’, de atividade pública e social, tornou-se ocupação privada e livre”.¹¹

Nesse sentido, segundo Moltmann, faz-se urgente superar alguns papéis sociais assumidos pela religião, pela Igreja no decurso da modernidade. O primeiro deles é a religião como culto à nova subjetividade. A metafísica da subjetividade engendrada pela modernidade colocou no centro a razão humana e a sua capacidade de submeter o mundo objetivo, ou seja, “o mundo tornou-se matéria da transformação técnica pelo próprio ser humano.”¹² Com isso, a fé foi relegada à subjetividade e espontaneidade do ser humano, que não pode ser objetivada, tampouco atingida pelas relações sociais. “Deus não é para ela um Deus do mundo ou da história, ou da sociedade, mas antes o Incondicional no meio do condicional, o além no aquém, o transcendente no imanente.”¹³ E o próximo, a quem se dirige o amor cristão, passa a ser entendido como o outro, aquilo que não sou eu, e não mais em sua realidade social concreta. Perde-se, portanto, a vinculação com a realidade e o discurso da fé torna-se irrelevante, sem conexão com a vida concreta.

Um segundo papel a ser superado é o da religião como culto à solidariedade humana. Segundo Moltmann, a compreensão da Igreja como uma comunidade de solidariedade e vida nada mais é do que um refúgio, uma ilha em meio ao mar das relações da sociedade planejada, racional e utilitária.

É preciso que fique bem claro que tal comunidade, concebida como “comunhão” e como “puro evento”, de modo algum produzirá inquietação e, muito menos, transformações nesta sociedade, pois dificilmente representa um parceiro eficiente para se contrapor às instituições sociais.¹⁴

A comunidade torna-se um gueto, falando para o interior de si mesma, sem implicar-se nos problemas concretos do mundo.

Moltmann acena ainda para o papel da religião como culto à instituição. Se entendemos o processo de institucionalização como o que garante ao ser humano a superação das ameaças e inseguranças da vida, as instituições assumem o papel de libertar o homem da pressão das decisões em tempos de insegurança. Contudo, com isso fica também suspensa a busca pessoal do sentido da existência. Como a instituição é aquela que detém todas as

11 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 387.

12 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 388.

13 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 391.

14 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 399-400.

respostas, cabe àqueles que dela fazem parte apenas acatar suas determinações. Assim, se a decisão de fé é relegada à instituição Igreja, nasce a atitude religiosa da não-obrigatoriedade institucionalizada. O ser cristão torna-se uma evidência social, e não uma adesão pessoal capaz de transformar o meio social.

Pondera Moltmann,

se o cristianismo quer e deve ser outra coisa, segundo a vontade de Cristo, em quem crê e a quem espera, deve tentar nada menos do que irromper para fora desses papéis sociais assim fixados. (...) Somente quando ele aparecer como grupo que, do ponto de vista social, não se adapta perfeitamente e é incapaz de se adaptar; (...) só assim se defrontará com esta sociedade, em uma rivalidade carregada de conflito, mas frutuosa. Somente quando sua resistência o mostrar como um grupo não assimilável, e não oportunista, pode ele transmitir a esta sociedade sua própria esperança.¹⁵

4 POR UMA PASTORAL ACENEDORA DE ESPERANÇA

O que se coloca em discussão aqui é a própria eloquência da mensagem cristã para o mundo de hoje. E nisto reside a importância de se compreender o cristianismo, e consequentemente nossa pastoral, no horizonte da espera pelo Reino de Deus, ou seja, em sua perspectiva escatológica. Ele não é uma realidade em si e para si, mas aponta para algo que o transcende. A Igreja, como uma comunidade exodal, segue os passos de seu Mestre e Pastor só se identifica com Ele na medida em que continua a sua missão: servir o mundo; não ser para si, mas para os outros; romper as cadeias da indiferença, da apatia e missionar a esperança.

A missão está a serviço do despertar de uma esperança viva, ativa e apaixonada pelo reino de Deus, o qual vem ao mundo para transformá-lo. (...) Toda a cristandade é chamada ao apostolado da esperança em favor do mundo e nele encontra sua essência, isto é, aquilo que a torna comunidade de Deus. Ela não é em si mesma a salvação do mundo no sentido de que o eclesiasticismo do mundo significasse sua salvação, mas está a serviço da salvação futura do mundo e é como o indicador do futuro para o mundo.¹⁶

A reconciliação com Deus (cf. 2Cor 5,18ss), meta da missão cristã, não deve, portanto, ser entendida numa perspectiva meramente individual, como salvação das almas, libertação de um mundo mau, consolo da consciência angustiada. Salvação encontra-se aqui na mesma perspectiva do *shalom* veterotestamentário: “realização da *esperança escatológica de justiça*,

15 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 403-404.

16 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 408.

humanização do ser humano, *socialização* da humanidade, *paz* em toda a criação”.¹⁷ Com essa interpretação podemos atingir uma melhor compreensão da dimensão escatológica da fé cristã, superando as especulações meta-históricas formuladas ao longo dos séculos. O cristianismo, desde uma perspectiva escatológica, não é um pacificador religioso das consciências, mas um impulso de transformação da vida pública, social e política do ser humano, no hoje da história.

Destarte, a vocação do cristianismo na sociedade não é mera propagação e apologia da fé, mas antes de tudo, transformação histórica da vida. Ao levantar a questão do sentido, a esperança cristã questiona a ausência de questões, a desesperança, o nada, a morte. Com isso, busca sempre superar “o atual e o presente pela orientação para o novo esperado e procura ocasiões para fazer corresponder sempre mais a realidade presente ao futuro prometido.”¹⁸ Impõe-se aos cristãos, portanto, um “seguimento criativo”, uma pastoral criativa, que rompa com as ordenações sociais e jurídicas e a sua manutenção. A vida só tem sentido quando engajada. E, segundo Moltmann, “para engajar-se na exteriorização de si mesmo, é necessário ter um horizonte de esperanças que dê sentido à exteriorização, um horizonte de esperanças que abranja os campos e os terrenos em que o trabalho da exteriorização se deva realizar, e para os quais se realiza”.¹⁹

Enfim, o mundo não está concluído, mas em processo histórico. A história não chegou ao seu fim! É possível vencer a apatia pós-moderna, a falta de esperança! É possível despertar o ser humano para a exteriorização amorosa e serviçal! Outro mundo é possível! Só nos cabe, como poetizou certa vez um grande profeta da esperança, Dom Helder Câmara, “acender cem vezes, mil vezes, um milhão de vezes a esperança, que ventos perversos e fortes teimam apagar”. Eis um caminho para nossa pastoral; eis a nossa vocação: acendedores de esperança!

REFERÊNCIAS

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004.

MARDONES, José Maria. *Utopia, sociedade e religião*. São Paulo: Loyola, 1999.

MANCUSO, Vito. *Lexicon Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003.

MOLTMANN, JÜRGEN. *O Espírito da vida: uma pneumatologia integral*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOLTMANN, JÜRGEN. *Teologia da Esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã*. 3. ed. São Paulo: Editora Teológica: Loyola, 2005.

17 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 409.

18 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 411.

19 MOLTSMANN, Jürgen. *Teologia da esperança*, p. 419.

Artes de conviver e evangelizar: reflexões sobre a evangelização da juventude hoje

Elson da Silva Pereira Brasil¹

Resumo: Em nossos dias a evangelização da Juventude é um tema urgente na pastoral. O presente trabalho reflete sobre a arte da convivência como perspectiva para a evangelização da juventude em nossos dias, também aponta para as principais reflexões acerca do chamado à promoção de uma Igreja jovem já no presente. Para tanto, levamos em conta as principais contribuições da Teologia pastoral e do Magistério sobre o tema, principalmente as contribuições do Concílio Vaticano II. O Papa Francisco na Exortação Apostólica *Cristus Vivit* (2019) chama atenção da igreja à evangelizar a juventude pautando-se por novos paradigmas. Também o *Documento de Aparecida* (2007) já ressalta a importância da temática da evangelização da juventude, que já se fazia presente como preocupação da CNBB no documento *85-Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais* (2007). Metodologicamente o trabalho parte da reflexão bibliográfica, assim como, da experiência pastoral junto a juventude, para refletir à luz da Teologia Pastoral. A reflexão não ignora alguns aspectos sociais que envolvem o ser jovem em nossos dias, não há como está com a juventude sem considerar seus modos de vida. O contexto de uma sociedade pós-moderna chama atenção, por ser esse um sinal dos tempos, o qual urge ler com profunda sensibilidade. A transdisciplinaridade auxilia na compreensão do mundo onde fazemos pastoral. Entre os planos pastorais ou documentos oficiais e a ação pastoral junto ao jovem existem cotidianamente ações cotidianas. Inspirados nos escritos de Certeau (2014) consideramos essas ações que se dão no âmbito da convivência com os jovens como que artes da convivência. A arte da convivência se mostra hoje um dos principais caminhos para se chegar à juventude. Em tempos de profundas crises existenciais e vida virtual, a presença do outro na caminhada pastoral se faz necessária e é uma forma de seguir a pedagogia de Jesus que caminhou junto com os seus. A arte da convivência transforma os envolvidos em amigos e rompe com uma relação hierárquica vazia. Por fim, esse trabalho a arte do primeiro passo para quem pretende enveredar na inebriante e prazerosa pesquisa em Teologia Pastoral.

Palavras-chave: Teologia Pastoral; Juventude; Magistério

1 O QUE ESPERAR?

O que esperar de um trabalho de Teologia Pastoral elaborado por um aluno do primeiro período do curso de Teologia? talvez alguns nem se dêem ao trabalho de ler tal proposta. Mesmo assim a persistência e ousadia, resquícios dos últimos anos de juventude que nos restam, impelem a refletir no intuito de amadurecer e, quem sabe, contribuir com algo de novo sobre o assunto.

¹ Possui graduação em História (Bacharelado) pela Universidade Federal de Campina Grande (2014). Graduando em Teologia Pela PUC Minas desde 2019. Ainda, possui curso livre em Filosofia pelo Centro de Estudos Acadêmicos do Seminário São João Maria Vianney (2018). Desde 2015 é seminarista da Diocese de Patos-PB. E-mail elsonspb@gmail.com

Nos pautamos pela experiência de fé junto aos jovens, na iluminação de alguns excertos das sagradas escrituras, no diálogo com alguns pensadores que refletem a pastoral para tecer algumas considerações acerca da evangelização da juventude como uma arte de conviver, e como essa arte da convivência pode ser um caminho para a ação pastoral junto a juventude em alguns contextos no mundo de hoje. Todavia, exclua-se qualquer compreensão precipitada de encontrar aqui um manual ou uma resposta para todos os problemas da evangelização da juventude hoje.

Por ser a Teologia Pastoral uma área da Teologia preocupada com a vivência pastoral como “conjunto das atividades com as quais a igreja se realiza, com a finalidade de definir como essas atividades deveriam ser desenvolvidas” dentro de um contexto eclesial e social (SZENTMÁRTONI, 1999, P. 11), ela abrange também a reflexão acerca da evangelização da juventude.

Em nossos dias o tema juventude está sendo razão de muitos debates. Na Igreja Católica o recente Sínodo para a Juventude, realizado em outubro 2018, trouxe novamente² os jovens para o centro das reflexões. O Papa Francisco, ouvindo os jovens e os padres sinodais ofereceu-nos, em março de 2019, a Exortação apostólica pós-sinodal *Cristus Vivit*. Mas, ainda permanece a dificuldade em compreender o que se passa com a juventude e como torná-los protagonistas na sociedade e na Igreja, para não assistirmos a Igreja caducar, ou vê-los perdendo o sentido da vida por falta de sonhos, de um norte ou mesmo por não terem esperança e fé na vida.

O cenário atual é de profundas crises e necessita de muita esperança. Vivemos tempos de mudança de época³, na qual os valores e as instituições são constantemente re-avaliados e modificados. Tudo mundo muito rápido. Nesse cenário, bem problematizado pelas ciências humanas de nossos dias, pensamos a ação pastoral junto aos jovens.

2 EVANGELIZAÇÃO E JUVENTUDE(S)

Consideramos a Teologia Pastoral como a que reflete a ação da Igreja, pois “a ação dá o que pensar, uma vez que não se constitui em um mero lugar de aterrissagem de uma ortodoxia previamente estabelecida, mas fonte criadora de idéias” (BRIGHENTI, 2011, p. 61), refletir a ação pastoral direcionada à juventude é também discutir a ação da Igreja. Principalmente por ser essa faixa etária⁴ uma das preocupações da ação evangelizadora de nossos dias⁵.

Podemos nos perguntar: o que é a juventude? Primeiramente dizemos as conceituações são insuficientes para expressar a complexidade do conceito. Mas o conceito não restringe-se

2 Embora seja o primeiro sínodo sobre os jovens, em outros documentos os jovens já foram razão de reflexões entre o episcopado, por exemplo a 44ª Assembléia da CNBB de 2006.

3 Cf. CELAM, Documento de Aparecida, 2007, n. 44.

4 Tomando como base as referências do Sínodo, os jovens são aqueles entre 16-29 anos.

5 CNBB, Diretrizes gerais para a ação evangelizadora 2015-2019, n. 79.

uma massa uniforme classificada apenas por pertencerem a uma faixa etária, conforme o Papa Francisco:

A juventude não é algo que se possa analisar de forma abstrata. Na realidade, 'a juventude' não existe; o que há são jovens com as suas vidas concretas. No mundo atual, cheio de progresso, muitas destas vidas estão sujeitas ao sofrimento e à manipulação. (PAPA FRANCISCO, *Cristus Vivit* n. 71).

A juventude são os jovens, não uma entidade abstrata. Jovens são aqueles que quase não temos na Igreja, mas que povoam o outro lado da margem. Fazer uma Teologia pastoral pensando o desafio da evangelização da juventude é uma ação libertadora e transformadora no âmbito da pessoa: “Por aí começa a pastoral, ocupando-se da cada pessoa - homem e mulher -, em seu contexto sociocultural, para que se realize como ser humano, em uma comunidade, inserida no emaranhado das relações sociais” (BRIGHENTI, 2011, p. 156), em nossos dias se faz cada vez mais necessário refletir não apenas sobre homens e mulheres, mas, também, as particularidades sociais e de geração.

Quando falamos em Juventude temos entre os jovens: homens e mulheres, pobres e ricos, negros e brancos, um leque de categorias sociais. Mesmo assim, não se trata de fazer uma Teologia personalista ou individualista, mas corresponder ou expandir o modo de olhar para sociedade e a comunidade.

O tema evangelização merece uma reflexão de nosso parte. De acordo com Flrosistán (1999, p. 269-273) Evangelizar pode ser primariamente “anunciar e levar a cabo o evangelho ou a salvação de Jesus que se efetiva com a chega do Reino de Deus, Reino de Justiça”, é anunciar um Deus Justiça que pede de nós atitudes que nos aproximem. Desde a *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, lançada em 1975, que o termo serve para designar a atividade missionária direcionada a cristãos e não-cristãos. Com a *Evangelii Gaudium*, de 2013, o Papa Francisco relaciona evangelização a uma atitude de “Igreja em saída”, em direção aos que estão nas periferias reais e existenciais. Também é forte seu apelo ante os que se dizem de uma religião, mas não assumem a fé em seu ardor missionário.

A evangelização se inspira em três gestos de Jesus: caminhar, olhar a multidão, doar-se. Nos nossos dias a arte da convivência pauta-se pelos mesmo princípios⁶. Romper com os paradigmas de uma pastoral de manutenção, nos coloca diante da possibilidade de aderir a um modelo de Igreja em saída, caminhando no mundo, com a caminhada permite-se descobrir mais sobre a vida, arrisca-se mais, aprende mais, e anuncia com gestos e palavras sua experiência com Jesus como fez a Samaritana (Cf. Jo, 4, 1-42). O olhar é a maturidade de saber o chão onde pisa. O olhar de Jesus pela multidão era de compaixão (Mt 9, 36), transformava o olhado e encoraja para seguir em frente. O olhar inspira a arte da ação, faz discernir como agir a partir do que se enxerga.

6 Cf. FLROSISTÁN, 1999, p. 271.

3 A ARTE DE ACOMPANHAR NA PASTORAL

O historiador e teólogo francês Michel de Certeau (1998) ressalta a importância de reconhecer e estudar as práticas ordinárias, “as maneiras de fazer cotidianas”, compreendidas como artes de fazer são os modos de agir, que cada comunidade e indivíduo traz. Uma arte de existir num mundo disciplinar e cheio de fardos que quase nunca poderão ser totalmente carregadas.

Compreendemos que o agir pastoral junto a juventude exige atenção às propostas evangélicas e eclesiais para a juventude e, procurar meios de anunciar e vivenciar juntos a pessoa anunciada (Jesus). Essa ação é, quase sempre, muito peculiar a cada situação paroquial e comunitária, nenhum grupo de jovens é igual. Isso exige de quem os acompanha um modo de agir particular a cada situação. A isso chamamos artes de conviver: o que está entre o proposto, ou planejado, e ação. Envolve contexto, escolha pessoal de cada um, amizade, e principalmente, adesão ao evangelho que não deixa cair nem no laxismo nem no rigorismo. Mas permite um acompanhamento “pessoa a pessoa” como pede o Papa⁷.

A pastoral tem muito de arte. Em sua base é “necessariamente, criatividade, condição para fazer história da salvação de Deus na história da humanidade” (BRIGHENTI, 2011, p. 67) essa criatividade é essencial na evangelização da juventude. Saliente-se que não se fala em uma criatividade vazia e individualista, mas uma valorosa atitude de inculturar o primeiro anúncio de modo a se fazer entender. Semelhante ao período patrístico no qual a ação pastoral era “pluricultural e tecedora de uma eclesiologia pluriforme” (BRIGHENTI, 2011, p. 67). Quem atua na pastoral deve voltar um pouco a essas origens, e ter um olhar que recria, que transforma, que ajuda a dar sentido a realidade, encorajando a mudá-la quando necessário.

A arte na pastoral é a dimensão livre e confiante na ação de Deus, é “a arte na pastoral que deixa Deus ser o Senhor da história, o verdadeiro piloto na condução da aventura da ação evangelizadora, continuidade da missão de seu próprio Filho, sob o dinamismo do Espírito vivificador” (BRIGHENTI, 2011, p. 68). Ser/existir no mundo de hoje é uma arte. Quem evangeliza sabendo disso permite-se reinventar-se⁸, sem fugir da reta obediência, no cotidiano pastoral.

A arte da convivência com os jovens exige algo comum a qualquer ação evangelizadora: o compromisso com o Senhor e o testemunho de tal opção (FLROSISTÁN, 1999, p. 271). Por exemplo: estar junto fazendo visitas missionárias, é muito mais eficaz que um sermão sobre missão. Se tratando de juventude, *está junto* é essencial. Mostrar como se faz não é um anúncio de si mesmo, mas o anúncio das maravilhas de Deus em cada um. A jovem Maria de Nazaré testemunha isso (Lc 1, 46-55). Acompanhar para ensinar será, também, aprender com eles.

7 Papa Francisco, *Cristus Vivit*, n. 218.

8 Aqui não se fala em subversão, ou revoluções dentro da instituição, mas em acompanhar com atenção, boa vontade e resignação criativa.

Não há receita pronta para estar junto de alguém ou de um grupo, principalmente se for um grupo de jovens. Só arriscando é que é possível algum resultado. Desde o Vaticano II que a Igreja faz esse exercício para aprender a se aproximar dos jovens.

4 PENSANDO A JUVENTUDE COM O MAGISTÉRIO

O Concílio Vaticano II pautou-se pelo diálogo com a modernidade, e pela atenção aos sinais dos tempos⁹. Dois documentos conciliares trazem diretamente na redação o vocábulo *Jovem* (s), na *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, o nº 6 aponta para o impacto das mudanças de valores sobre os jovens, e o nº 49 remete a instrução acerca do amor conjugal. Outro documento em que o vocábulo aparece é o Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o papel dos leigos, o nº 12 atribui aos jovens o papel de “apóstolos da juventude”, pois são eles chamados a evangelizar outros jovens. Mantendo-se em comunhão com o ensinamento dos bispos que conhecerão na Igreja e na família. Já um passo para reflexão sobre a temática. Desde o Concílio as discussões evoluíram.

A contribuição de Puebla, em 1979, foi marcante, colocava os jovens como opção fundamental. Reconhece seus valores e expressa uma estima por seu papel evangelizador.

A Igreja vê na juventude da América Latina um verdadeiro potencial e o futuro de sua evangelização. Por ser verdadeira dinamizadora do corpo social e especialmente do corpo eclesial, com vistas à sua missão evangelizadora no Continente (CELAM, *Conclusões de Puebla*, n. 1132).

As reflexões de Puebla foram de grande importância. Nas décadas posteriores os grupos de jovens se desenvolveram respeitando a diversidade dos carismas. Todavia ainda era necessário pensar como acompanhar os jovens já engajados na vida eclesial.

A conclusão de Aparecida, resultado da 5ª conferência do CELAM em 2007, retoma o tema do protagonismo dos cristãos como co-responsáveis na vida da comunidade¹⁰. O discípulo missionário aprende do Senhor e sai para anunciar a Boa Nova. As conclusões já apontam para a necessidade de acolher e dedicar uma atenção especial aos jovens. É preciso discernir a vocação dos jovens em uma pastoral que acompanhe seu processo de discernimento quanto ao seu lugar no mundo.

A pastoral vocacional, que é responsabilidade de todo o povo de Deus, começa na família e continua na comunidade cristã, deve dirigir-se às crianças e especialmente aos jovens para ajudá-los a descobrir o sentido da vida e o projeto que Deus tem para cada um, acompanhando-os em seu processo de discernimento (CELAM, *Conclusões de Aparecida*, n. 314).

9 JOÃO XXIII, *Humanae Salutis*, 1962, n. 4.

10 CELAM, *Conclusões de Aparecida*, 2017, n. 368.

O grande diferencial parece ser a iniciativa de acompanhar os jovens. Não necessariamente negando seu papel de evangelizadores, mas reconhecendo que é o momento de caminhar juntos, é a fase da aprendizagem (cf. Lc 2, 46-52; Mt 4, 19), de prestar um serviço a comunidade, e principalmente de aprender com a comunidade. A melhor forma de aprender é convivendo.

Um ano antes da Conferência de Aparecida os bispos do Brasil se reuniram, em 2006, para discutir a evangelização da juventude. Como resultado aprovaram o documento 85, *Evangelização da Juventude – Desafios e perspectivas pastorais*. Representa um grande avanço ao analisar o perfil da juventude em um contexto de modernidade e pós modernidade. Expõe os pressupostos para um real seguimento a Jesus, atrelando isso a missão de anunciar o Evangelho a outros jovens. Outro grande marco é a atenção à formação dos líderes que acompanham a juventude.

Também direciona uma atenção especial ao caráter da ação. As oito linhas de ações apresentadas no último capítulo buscam contemplar uma ação pastoral voltada para a juventude. A organização de instancias locais, diocesanas e paroquiais para refletir a evangelização da juventude representa um dos grandes marcos do documento. O documento vem consolidar o tema da juventude como um lugar teológico¹¹(MOTA, 2009, p, 242), fonte de reflexão e exigindo maior atenção dos que pensam sobre a ação pastoral na igreja em nossos dias¹².

Outros textos do Magistério nos últimos 50 anos podem servir como fonte de reflexão acerca da ação pastoral da Igreja junto a juventude; também as Jornadas Mundiais da Juventude provocam reflexão, assim como o Sínodo da Juventude de 2018¹³. Porém, optamos em aqui refletir sobre o mais recente documento do Papa Francisco para os Jovens¹⁴.

O Papa Francisco assinou em março de 2019 a Exortação Apostólica Pós-sinodal *Cristus Vivit* na qual expõe sua leitura acerca do tema da evangelização da juventude. Inicialmente contemplando Jesus e Maria como ícones de juventude, exorta os jovens a encontrar neles inspiração para não cair na desesperança. Com nove capítulos o documento busca inspirar a ação pastora junto aos jovens por meio do “anúncio pessoa a pessoa”, o que nos faz pensar em um ação artística da parte dos evangelizadores. O modelo do Papa é pertinente para nossos dias de cultura Plural¹⁵, pois não homogeneiza, mas ensina a acolher e dialogar.

11 Glaucio Luiz Mota (2009) faz uma análise mais precisa do referido documento, o que, por enquanto, não é o foco de nossa reflexão, ver referências completas na Bibliografia disponível no final deste texto.

12 Assim como os demais documentos do Magistério que remetem ao tema da juventude, este documento pode render longas reflexões teológicas, que levem em conta os avanços da ação pastoral sobre o tema da juventude assim com seus aspectos ainda irrealizados.

13 O sínodo da juventude realizado em 2018 legou-nos um rico acervo para reflexão teológica. O Documento final e a exortação apostólica produzidas nesse contexto trazem novos paradigmas para a reflexão acerca do acompanhamento pastoral da juventude.

14 Aqui não faremos uma análise direta do documento, mas levaremos em conta algumas contribuições no que diz respeito ao nosso tema inicial.

15 Cf. CERTEAU, Michel. A cultura no plural, Campinas-SP: Papirus, 1995.

Em *A pastoral dos jovens*, capítulo sete, percebe-se a sensibilidade pastoral do Papa. Com uma coragem profética Francisco acolhe muitas sugestões do Sínodo. Ouvindo os jovens e os bispos, convida a igreja a práticas pastorais plurais para uma juventude plural. A pastoral juvenil de Francisco faz uso das artes e está atenta aos sinais dos tempos. Não fica lamentando-se das quedas ou querendo produzir adultos prematuramente, pelo contrário, incentiva os jovens a experimentarem na vida e aprenderem até com as quedas:

Jovens, não renunciéis ao melhor da vossa juventude, não fiquéis a observar a vida da sacada. Não confundais a felicidade com um sofá nem passeis toda a vossa vida diante dum visor. E tão-pouco vos reduzais ao triste espetáculo dum veículo abandonado. Não sejais carros estacionados, mas deixai brotar os sonhos e tomai decisões. Ainda que vos enganeis, arriscaí. Não sobrevivais com a alma anestesada, nem olheis o mundo como se fôsseis turistas. Fazei-vos ouvir! Lançai fora os medos que vos paralisam, para não vos tornardes jovens mumificados. Vivei! Entregai-vos ao melhor da vida! Abri as portas da gaiola e saí a voar! Por favor, não vos aposenteis antes do tempo. (Papa Francisco, *Cristus Vivit*, n. 143).

Para o Papa anunciar a esperança que brota de Cristo aos jovens é o anúncio principal. Esperança é não desistir. O convite para continuar exige de quem convida um compromisso de caminheiro, que caminha e decide caminhando. Francisco parece resgatar algo fundamental do cristianismo dos primeiros séculos. Retoma a face materna da igreja¹⁶ quando apela para que seja uma comunidade que objetive testemunhar com a vida a fé proclamada em Jesus, assim como ensinar a palavra de Deus em todo seu ardor amoroso e salvífico de modo flexível e inculturado.

Para alcançar esse objetivo será preciso deixar espaço para a arte criar estratégias para viver o evangelho. Na ação pastoral os dilemas da juventude são muito mais diversos e exigentes. Urge um constante criar, recriar e até improvisar para que a arte de conviver e de fazer acontecer produza algum resultado.

5 ARTES DE CONVIVÊNCIA

O que um jovem que um dia foi evangelizado e hoje assume o papel de evangelizador pode trazer para a presente reflexão? Como respostas julgamos ter aprendido que nunca se está pronto, cada dia é uma oportunidade para viver o Evangelho e anunciá-los. Viver a Boa Nova aprendendo e ensinando é essencial para a Evangelização

Já o termo “evangelização” expressa a ideia de levar gratuitamente o Evangelho e estabelecer, com o interlocutor, uma relação dialógica,

16 Cf. BRIGHENTI, 2011, p. 22.

que pode redundar na conversão. Mas isso não depende do evangelizador. Seu papel é “dar de graça”. O que vem depois depende da liberdade do interlocutor e da graça de Deus. (BRIGHENTI, 2011, p. 87).

Como na parábola do semeador (Mc 4, 3-9) anunciar aos jovens é lançar a semente do Evangelho. Se não cuidar do terreno como um cuidadoso agricultor que conhece o terreno, a semente, o tempo e tudo mais que envolve a produção, podemos por tudo a perder. Saber principalmente, como Jesus na parábola, que nem todos as sementes produzirão de imediato. Evangelizar os jovens é um trabalho custoso e de longo prazo. Não adianta fazer um momento com os jovens e já querer que no outro domingo eles saiam as ruas anunciando o que não conheceram plenamente. Reclamar de sua falta de compromisso não é a saída também. São muitos terrenos, temos que esperar a semente germinar, a planta cresce e que chegue o tempo de colher. Isso demanda tempo e atenção.

A convivência sadia com a comunidade vai fazendo-os perceber o que é viver em comunidade¹⁷. Se houver unidade aprenderão unidade. Se for uma comunidade ranzinza, alguns que já pensam assim permanecerão, mas a maioria procurará uma experiência mais satisfatória. A performance da comunidade conta muito em nossos dias.

A ação surte mais efeito que as palavras. Não significa que a pregação perdeu sua importância, mas em uma sociedade de controle como a nossa em que somos observados constantemente ser percebido como alguém que vive o Evangelho é um diferencial com potencial evangelizador.

O Papa Francisco desde o início de seu pontificado exorta a Igreja a ser mais acolhedora. Vale lembrar que a Igreja somos todos nós. Não adianta um “cartaz de boas-vindas”, se permanecemos com caras de vinagre¹⁸. Temos de acolher de modo gratuito e sem proselitismos, como sinaliza o Papa Francisco, “não é necessário que alguém assuma completamente todos os ensinamentos da Igreja para que possa participar de algum de nossos espaços para jovens” (Papa Francisco, *Cristus Vivit*, n. 143).

O uso de expressões encorajadoras é essencial. Expressões como “quero te encorajar”, “juntos podemos”, “Tudo passa, só Deus não muda... Vamos tentar de novo?”, podem parecer muito banais, mas não são. Podem fazer toda a diferença, sinal de que acreditamos no potencial dos jovens e os apoiamos. Também é questão de humanidade. Uma geração ferida pelos erros precisa ouvir mais: “Acontece, todos erram. Vamos tentar de outra maneira?” Caso contrário, teremos jovens dependentes e medrosos, quando necessitamos de agentes emancipados e capazes de escrever e reescrever suas histórias à luz de Cristo.

Em tempos de profundas crises existenciais e vida virtual, a presença do outro na caminhada pastoral se faz necessária, e é uma forma de seguir a pedagogia de Jesus que caminhou junto, mas à frente dos seus (Cf. Jo 10, 4; Mt 16, 24). A arte da convivência transforma os

17 Cf. Documento final da XV assembléia do Sínodo dos bispos, n. 57.

18 Cf. Papa Francisco, *Evangeli Gaudiun*, n. 85.

envolvidos em amigos e rompe com uma relação hierárquica vazia de sentido. Faz compreender as necessidades do outro, e tomar decisões mais sensíveis e inspiradas na misericórdia.

Criar um clima de amizade é gerar confiança. Jesus chama os discípulos de amigos (Cf. Jo 15, 15). Fazer-se amigo para ouvir a situação atual da juventude certamente abrirá o nosso horizonte para vivenciar as dimensões profética e celebrativa da pastoral de modo mais eficaz. Essa aproximação revelará os códigos, os signos, e os símbolos comuns aos universos juvenis e possibilitará uma pastoral litúrgica com linguagem mais clara e melhor celebrada, pois estará relacionada a vida dos que celebram¹⁹, e uma vez atenta aos sinais daquela realidade celebrada, anunciará o Reino de Deus.

CONCLUINDO UM PASSO DE UMA CAMINHADA INICIADA

O processo de assimilação da evangelização da juventude ainda não se concretizou. Talvez, falte uma compreensão da arte do agir na pastoral, essa arte que é pura 'convivência com'. Entre o proposto pela instituição religiosa e o acontecido, existe um modo de fazer 'artístico', particularmente valioso, próprio da relação "pessoa a pessoa", que anuncia Jesus aos jovens. Urge descobrir meios para tornar estes conhecedores da Palavra e iniciados na fé para ser o rosto jovem tão sonhado pela Teologia e pela Igreja desde o Vaticano II. Uma mudança não se dá do dia para a noite. É um processo dispendioso para quem acompanha.

Temos uma certeza: não adianta cobrar dos jovens um jeito adulto de ser, mas trazer seu rosto jovem para dentro da igreja, deixando-os amadurecer dentro da comunidade. Superar modelos obsoletos de pastoral exige dos líderes maior dedicação e mais tempo na convivência com os jovens. Essa convivência permite ensinar o que já sabemos e principalmente aprender como evangelizar de modo mais eficaz.

A convivência com a juventude e sua evangelização é um tema que desperta outras tantas reflexões. Concluimos, sem a pretensão de ter esgotado algum aspecto, e cientes de que o tema pode, e deve, ser refletido pela Teologia Pastoral.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar: à inteligência da prática transformadora da fé : manual básico de Teologia Pastoral*. São Paulo: Paulinas; Valencia: Siquem, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano - 1. Artes de fazer*. 21. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2014.

_____. *A cultura no plural*. 4a. ed. Campinas, SP : Papirus, 1995.

19 Cf. BRIGHENTI, 2011, p. 85-123.

CNBB. *Evangelização da Juventude – Desafios e perspectivas pastorais*. Coleção

Documentos da CNBB número 85. São Paulo: Paulinas, 2007.

CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe - Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007.

CELAM. *Documentos do CELAM: Rio- Medellín- Puebla- Santo Domingo*, São Paulo: Paulus, 1993.

FLORISTÁN, Cassiano. Evangelização/Nova Evangelização. In: *Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo* [dirigido por Cassiano Floristán Samanes e Juan José Tamayo-Acosta]. São Paulo: Paulus, 1999.

MOTA, Glaucio Luiz. DOCUMENTO DA CNBB SOBRE OS JOVENS: evangelização da juventude – desafios e perspectivas pastorais. In: *Pistis & Praxis*, Teologia Pastoral., Curitiba, v. 1, n. 1, p. 231-242, jan./jun. 2009.

PAPA FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium* .2013.

_____. *Exortação apostólica pós-sinodal Christus Vivit*. São Paulo: Paulinas, 2019.

SBARDELOTTI, Emerson. ESTUDOS DA CNBB 44 – pastoral da juventude no Brasil: memória, compromisso e atualização trinta anos depois! In: *Espaço Teológico*. Vol. 11, n. 19, jan/jun, 2017, p. 71-84.

SZENTMÁRTONI, Mihály. *Introdução à Teologia Pastoral*. São Paulo: Loyola, 1999.

Vaticano II, *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.